

**Universidade de Brasília  
Instituto de Ciências Humanas  
Curso de Graduação em Licenciatura História**

**A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL E AS EXPECTATIVAS  
DA IMPRENSA LOCAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA. (1910- 1916)**

Aluno: Felipe Nunes Soares

Brasília-DF

2015

Felipe Nunes Soares

# **A TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL E AS EXPECTATIVAS DA IMPRENSA LOCAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA. (1910- 1916)**

---

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

---

Brasília-DF

2015

Felipe Nunes Soares

**A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL DO BRASIL E AS EXPECTATIVAS DA IMPRENSA LOCAL DO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA. (1910- 1916)**

---

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de Licenciatura em História.

---

Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015

Banca Examinadora

---

Prof. Dr. Kelerson Semerene Costa -- HIS/ UnB

---

Prof. Dra. Eloísa Pereira Barroso –HIS/ UnB

---

Prof. Dr. Regina Coelly Fernandes Saraiva –FUP/ UnB

Nota \_\_\_\_\_

**Dedicatória**

Seria um erro tentar listar os nomes daqueles que influenciaram seja diretamente ou indiretamente este trabalho. Não pretendo assim esquecer de ninguém, ênfase que estão todos os amigos e familiares presentes na minha eterna gratidão. A pesquisa histórica não é ato fácil, mas pode ser tornar prazerosa quando feita sob o apoio daqueles que por demais queremos bem. Agradeço a Deus pelos anos laboriosos de estudo e produção nessa instituição de ensino, os quais muito me ajudaram a crescer como profissional e ser humano. Guardo um abraço especial a minha querida mãe por todo seu esforço, nunca deixando que faltasse a mim e a minha irmã qualquer tipo de necessidade essencial a todo e qualquer filho. Ofereço também um abraço ao meu orientador por toda sua paciência com meus erros cometidos perante esta caminhada, e por fim um abraço ao senhor Antônio Reis, homem sábio e muito solícito, que guarda no coração e na memória, diversas histórias luzianenses as quais muitos são herança de seu pai Gelmires Reis, grande lutador para o progresso de Luziânia, junto a nomes como, Evangelino Meirelles, Joseph de Melo, Americano do Brasil e diversos outros. Agradecido a todos! Tenham uma boa leitura !

“Às vezes, a verdade não é boa o bastante. Às vezes, as pessoas merecem mais. Às vezes, merecem ter toda a sua fê recompensada.” NOLAN, Christopher. (THE DARK KNIGHT)

## **Resumo**

A proposta desse trabalho será, trabalhar histórica e simbolicamente a evolução da ideia de transferência da Capital do Brasil para o interior- imersa nos diversos contextos políticos em que viveu o país, junto a seus principais defensores- relacionando a história da região de Goiás, cujo os defensores da interiorização pregavam, como ideal para atender as necessidades políticas e administrativas do país. Para tanto será preciso conhecer também um pouco da história de Luziânia ( Santa Luzia), que posteriormente, viria a doar terras para a demarcação do Distrito Federal. Por fim, relacionaremos os dois temas, confrontando uma fonte histórica do período da “Primeira República”, o periódico *O Planalto*, editado no município de Luziânia durante os anos de 1910-1916, o qual demonstra possuir várias ideias acerca da transferência da capital.

Palavras-Chave: Interiorização. Capital. Brasil. Planalto Central. Luziânia.

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
 <b>CAPÍTULO 1</b>	
AQUESTÃO DA CAPITAL NO INTERIOR.....	5
O TEMA DA TRANSFERÊNCIA NO BRASIL INDEPENDENTE.....	7
VARNHAGEN E A CAPITAL NACIONAL.....	10
A QUESTÃO DA CAPITAL NA REPÚBLICA.....	13
 <b>CAPÍTULO 2</b>	
SERTÃO GOIANO.....	20
COLONIZAÇÃO TARDIA.....	21
O FIM DE UMA ÉPOCA ÁUREA.....	26
 <b>CAPÍTULO 3</b>	
ANÁLISE DO JORNAL: <i>O PLANALTO</i> .....	34
A CAPITAL NO PLANALTO CENTRAL.....	37
JUSTIFICATIVAS.....	42
MOVIMENTAÇÕES POLÍTICAS.....	43
DESFECHO.....	46
 <b>CONCLUSÃO</b> .....	 49
 <b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA</b> .....	 51

## Introdução

Em toda a minha vida, presenciei a sombra de uma capital. Embora não fosse morador da mesma, e sim, morador de um município que a rodeia e que de certa maneira depende dela, senti de perto a importância de tal cidade, além do cenário político, mas também do simbólico. Afinal, é na capital que se encontra a cabeça política de um país. Dela, vem a ordem administrativa para gerir todo o território. Ao mesmo tempo, como alegam importantes arquitetos, uma cidade com essa responsabilidade, carrega consigo a necessidade de ser monumental.

Pode-se afirmar que diversos outros motivos justificaram a criação da nova capital brasileira. Durante dois séculos - 1763 a 1960 - a cidade litorânea do Rio de Janeiro carregava essa responsabilidade. Nomes como Hypólito da Costa, José Bonifácio, Varnhagen argumentaram sobre a importância de trazer o Distrito Federal para o interior para que se pudesse favorecer o desenvolvimento do Brasil. Portanto, este não é um tema pouco discutido.

Existe uma ideia errada de que Brasília foi construída no meio de um vazio demográfico e cultural, para que tal espaço fosse desenvolvido e mais tarde integrado ao restante do Brasil e, a partir daí, seguir integrando áreas mais remotas a oeste. É um fato aceito pela historiografia recente que no Brasil, desde o início da colonização, tenha-se atribuído atenções diferentes para diversas partes do território, com uma parte litorânea quase sempre privilegiada. Formou-se, assim, a ideia de que o sertão brasileiro, inclusive a região do Planalto Central delimitada a fim de abrigar a nova capital, era uma região deserta, sem “civilização”. Partindo do conceito citado por Ciro Flamarion Cardoso, criado a partir de uma vertente francesa:

“ As civilizações seriam “altas culturas” caracterizadas pela urbanização, a escrita e o desenvolvimento das ciências, a metalurgia, o surgimento de um poder separado do parentesco ( o Estado), o desenvolvimento da divisão social do trabalho e das diferenças de *status* entre indivíduos e grupos[...]”<sup>1</sup>

Nossa intenção é justamente mostrar a perspectiva local, junto aos anseios de crescimento regional, sobre a possibilidade de se edificar no Planalto Central a nova capital

---

<sup>1</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. HISTÓRIA E PARADIGMAS RIVAIS. Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)- Rio de Janeiro: Elsevier, 1997- 19ª Reimpressão.

do País. Fazendo isso, estaremos mostrando uma visão além daquela formulada pelo Estado ou pensadores de regiões desenvolvidas.

Nosso objeto de estudo é essa relação que o município de Luziânia (antigamente batizado por Santa Luzia), possui com a questão da transferência da Capital. A ideia de interiorização da capital causa um efeito de expectativas nas regiões mais distantes do litoral – como Goiás e Mato Grosso – que, com o passar dos anos, em seus desenvolvimentos tiveram muitas dificuldades pela falta de uma presença enfática do Estado. Reduzimos nosso alvo ao município de Luziânia, não só pela proximidade que possui com a atual capital federal ou mesmo por ser esta a cidade-mãe do autor desta monografia, mas também, por parte - quase dois terços - do atual território do DF ter sido um dia parte integrante do município de Luziânia.

Sabemos que Cruls expressou opiniões muito favoráveis sobre a região ao redor do município, recomendando em seu relatório que ali - junto às fronteiras dos municípios de Formosa e Pirenópolis - se demarcasse o quadrilátero que mais tarde abrigaria o Distrito Federal. Mas o que será neste trabalho destacado são, particularmente, as expectativas da população luzianense diante da possibilidade de receber, em sua vizinhança, a capital do país. Sabemos que, após o declínio do ouro, diversos municípios que dependiam da mineração, sejam eles goianos, mineiros ou mato grossenses, inclusive Santa Luzia, entraram em um período de readaptação econômica que não impediu que muitos entrassem em grave estagnação. Essa ainda era a situação de muitos deles nas primeiras décadas do século XX, período escolhido para este trabalho. Portanto, como teria sido a reação do município frente à possibilidade da mudança da capital?

Para ser possível tal investigação, nossa metodologia contará com uma bibliografia de historiadores ou intelectuais que se dedicaram ao tema “interiorização da capital”. Entre esses autores, destacamos o historiador francês Laurent Vidal que, em seu trabalho *De nova Lisboa a Brasília*, analisou os diversos projetos e iniciativas de transferência da capital, desde o início do século XIX. Bertrand, Saint- Hilaire e Eurípedes Funes, serão os principais nomes para a apresentação de uma historiografia sobre o sertão goiano, mais precisamente o planalto central, junto com textos de bibliografia locais. Posteriormente, nossa pesquisa se concentrará no estudo do jornal O Planalto, periódico da segunda década do século XX, o qual propõe em alguns momentos uma discussão sobre a transferência da capital para o interior de Goiás, baseando-se no artigo constitucional da Constituição de 1891. Através do jornal, vemos a



participação da imprensa como agente instigador e cobrador de uma ferramenta constitucional que implicaria em mudanças cruciais na vida da população local.

Segundo Maria Helena R. Capelato, a imprensa é uma instituição que “registra, comenta e participa” da História, cabendo ao historiador, “reconstituir” essas ações. Para tanto, afim de compreender melhor a participação do nosso periódico na história que lhe compete, seguiremos algumas perguntas metodológicas, ressaltadas por Capelato. “Quem são seus proprietários? A quem se dirige? Com que objetivos e quais os recursos utilizados na batalha pela conquista dos corações e mentes?”<sup>2</sup> Corações e mentes segundo a autora, são justamente os leitores, o público alvo de uma ideia a qual se deseja expressar e convencer.

É importante destacar que no período abordado neste trabalho não consta nenhum grande projeto de transferência da capital. Entretanto, veremos que a discussão não desaparece, pelo contrário, por diversas vezes ganha destaque não só no jornal em questão, mas em periódicos da capital - Rio de Janeiro - bem como em sessões do Congresso. Muito disso se devia aos então recentes trabalhos da Comissão Cruls, que embora tenha perdido força no campo político, encorpava e muito os argumentos dos defensores da interiorização da capital.

A pesquisa visa justamente, através da análise dos artigos, transcrição de discursos políticos, dados, opiniões da época, descobrir que tipo de expectativas parte da população local- uma elite intelectual- possuía sobre o tema, além de tentar descobrir que tipo de visão ela possuía sobre seu município. Acreditamos que muito se pode obter da fonte em questão. Afinal, segundo o criador de *O Planalto*, tem seu jornal a responsabilidade de não só oferecer informação como também, suscitar discussões e críticas em todos os campos do saber. Entretanto, é claro que, como toda fonte, a mesma deva ser confrontada, analisada e submetida a crítica, e isso será feito com auxílio de bibliografia complementar.

O trabalho consistirá de três partes. Na primeira, discutiremos a questão da capital do país, quando este deixa de ser colônia, até a efetiva transferência com a inauguração de Brasília. São quase dois séculos de discussões, projetos e debates que compartilham um ponto em comum, a interiorização da capital. As justificativas, os grupos intelectuais que pensaram tal ideia, tudo será discutido. Na segunda parte, investigaremos o interior do país, mais

---

<sup>2</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*/ Maria Helena Rolim Capelato- São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2ª edição: 1994. P., 13-14.

precisamente a região para onde a maioria dos projetos de transferência da capital apontavam, o interior do estado de Goiás. Contextualizaremos, ainda, o município de Luziânia: sua história, sociedade e economia serão importantes para entendermos como se deu a evolução de tal região do país. Por fim, no terceiro e último capítulo, mergulharemos na fonte primária - o periódico -, analisando e discutindo suas informações, bem como suas representações, sua importância enquanto periódico local e fonte histórica.

## Capítulo 1

### A questão da Capital

A primeira capital brasileira foi a cidade de Salvador. Construída em 1549 como sede do Governo Geral, atendia aos interesses da coroa por possuir localização estratégica, facilitando a comunicação com as demais capitanias. Em 1763, a capital foi transferida para a cidade do Rio de Janeiro devido à importância que esta ganhava como porto comercial. Com a capital e as principais atividades econômicas no litoral, concentra-se aí o povoamento da colônia.

Nísia Trindade Lemos, em seu texto *Brasília: A capital no sertão*,<sup>3</sup> comenta, mesmo que de maneira rápida, que Francisco Tosi Colombina, já no Século XVIII, viajou ao interior do Brasil, mapeando e deixando escritos a respeito da possibilidade de ali se edificar uma capital. A historiografia costuma atribuir a José Bonifácio a formulação da ideia de uma capital, para um país já livre, rumo ao desenvolvimento e união. Para o historiador francês Laurent Vidal, o primeiro nome ligado à menção de transferência para o interior da capital imperial é do britânico Guilherme Pitt<sup>4</sup> (primeiro ministro de 1804 a 1806). Em 14 páginas de discurso publicado em 1809 na Imprensa Régia de Lisboa, Pitt menciona a necessidade da transferência da capital como estratégia para se povoar o interior do território brasileiro. Até então, a política colonial não havia dedicado à América portuguesa esforços para o desenvolvimento local. Os tratados de Madri (1750) e de Santo Ildefonso (1777) haviam ampliado bastante os domínios portugueses definidos pelo tratado de Tordesilhas (1494), mas a parte territorial mais densamente povoada e desenvolvida economicamente ainda era o litoral, que se conectava como o mercado internacional. O sertão, como era conhecida a parte mais distante da faixa litorânea, caracterizava-se pela baixa densidade populacional e era quase totalmente despovoado de luso-brasileiros ou simplesmente desconhecido.

Com a instalação da família real e a abertura dos portos, o Brasil já não era uma simples colônia, e sim, sede da coroa portuguesa. Um série de medidas é adotada, como a instalação da imprensa e de cursos superiores, criação de instituições financeiras, estímulos ao

---

3 Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho/ Nelson de Castro Senra (organizador) Nísia Trindade Lima... [ et al]. *Brasília: A capital do Sertão*. P, 18-19 - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010

4 Laurent Vidal comenta a controvérsia sobre a autoria do discurso que, segundo Francisco Adolfo de Varnhagen, teria sido redigido por um brasileiro ou português. Vidal concorda com Tobias Monteiro, segundo o qual o texto é de autoria de um inglês. Laurent Vidal, op. cit., p.37.

desenvolvimento da agricultura, de manufaturas e da fundição de ferro, tentativas de revitalizar a mineração, construção ou melhoramento de estradas. Nesse contexto, ganha destaque a discussão sobre a transferência da capital para o interior, como forma de estimular o povoamento e o desenvolvimento de todo o território. Guilherme Pitt não foi o único a abordar o tema.

O segundo nome ligado a questão da capital, ainda durante a permanência da família real no Brasil, é o do conselheiro Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira (1750-1824), que em 1810 entrega ao príncipe regente a *Memória sobre o melhoramento da província de São Paulo - aplicável em grande parte às províncias do Brasil*, que só viria a ser publicada pela primeira vez em 1823 quando o mesmo fosse deputado da Assembleia Constituinte. Veloso era paulista, formado em direito pela Universidade de Coimbra, exerceu a magistratura na Ilha da Madeira, sendo posteriormente, já de volta ao Brasil, Chanceler da Relação do Maranhão, Desembargador do Paço, Deputado da Mesa de Consciência e Ordens, Juiz, Comendador da Ordem de Cristo, além de acumular diversos outros cargos jurídicos ou políticos.<sup>5</sup>

Em sua monografia, Veloso propõe a reorientação de certos princípios da colonização, no sentido de uma “valorização mais eficaz do conjunto do território.”<sup>6</sup> Evidenciando, portanto, como testemunha do período, a necessidade de melhor integrar o território a fim de favorecer os interesses da coroa portuguesa. Para ele, convinha ao Estado uma multiplicação efetiva do número de “cidades, vilas e lugares e aldeias, e aumentar o quanto for possível, segundo as circunstâncias do país, a povoação em geral, porque dela procede a indústria e a força da nação”<sup>7</sup>

Atuando como oposição à administração portuguesa, por meio do *Correio Braziliense*, periódico editado em Londres e distribuído no Brasil, Hipólito José da Costa, jornalista brasileiro de “inspiração liberal”, também apresenta a necessidade de se deslocar a capital para o interior do território. Interessante notar antes de tudo que, enquanto Pitt tem um discurso que visa vantagens para a Grã-Bretanha; Veloso, um conselheiro do príncipe regente, tenta garantir com o descolamento uma vantagem administrativa para a coroa portuguesa; e Hipólito da Costa, de inspiração liberal, critica justamente a lentidão administrativa do governo de D. João VI, e o conseqüente prejuízo para as elites produtoras do Brasil, além da incapacidade em valorizar o território, como demonstra a seguinte passagem:

---

5 AMARAL, A. Barreto do. Dicionário de História de São Paulo: Imprensa Oficial 2006. P, 461.

6 Laurent Vidal, op. cit., p.38.

7 VELOSO DE OLIVEIRA, Antônio Rodrigues. Memória sobre o melhoramento da Província de São Paulo..., op cit., p,113 apud Laurent Vidal, op. cit, p., 40

“Persuadidos como nós estamos de que o commercio externo do Brazil não pôde ter bases mais seguras do que o mesmo commercio interno daquelle paiz; e que os innumeravei rios, que banham aquelle fértil território, offerecem as maiores facilidades à exportação dos productos do interior [...] Os brazilianos nos permittirão lembrár-lhe, ao mesmo tempo, que louvamos estes seus esforços para o melhoramento do Brazil; que elles conservam obstaculos à sua prosperidade, que retardaraõ infinitamente os progressos da civilizaçaõ, e da agricultura, e commercio interno. E, por agora, faremos mençaõ de dous. Um he, a má da sede do Governo; outro a falta de populaçaõ, própria e convenientê ao estado actual do Brazil”<sup>8</sup>

Além de exaltar as potencialidades de se deslocar a capital para o interior Brasil, Hipólito da Costa também apela para os pontos negativos da cidade do Rio de Janeiro que em sua opinião oferecia comodidades e luxos a uma corte despreocupada com o desenvolvimento do país. Outro argumento, que mais tarde viria a ser amplamente defendido por José Bonifácio e Francisco Varnhagen, é o da fragilidade defensiva da cidade Rio de Janeiro.

“ O Rio de Janeiro, não possui nenhũa das qualidades, que se requerem, na cidade que se destina a ser a capital do Imperio do Brasil; e se os cortezaõs que para ali fôram de Lisboa, tivessem assaz patriotismo, e agradecimento pelo paiz, que os acolheo, nos tempos de seus trabalhos, fariam um generoso sacrificio das commodidades, e tal qual luxo, que podiam gozar no Rio de Janeiro, e se iriam estabelecer em um paiz do interior, central, e immediato ás cabeceiras dos grandes rios; edificariam ali uma nova cidade, comeeçariam por abrir estradas que se dirigissem a todos os portos de mar[...] ligado, bem defendido, e poderoso imperio, que he possível que exista na superficie do Globo, no estado actual das naçoens que o povôam”<sup>9</sup>

Quanto ao local onde deveria surgir essa nova capital, assim como para Pitt, Hipólito José da Costa acredita ser em ponto onde se encontrava as cabeceiras do Rio São Francisco, em cujas “vizinhanças estão as vertentes de caudalosos rio, que se dirigem ao norte, ao sul, ao nordeste e ao sudeste”<sup>10</sup>. Tal região se encontrava na capitania de Goiás, citada por autores da época, a exemplo do padre Luís Antônio da Silva e Souza, como um lugar que conheceria glória e esplendor devido a suas potencialidades.

Entretanto, D. João VI, ancorado por uma “lógica da política colonial portuguesa” que via vantagens no caráter comercial do Rio de Janeiro, decide fazer, de fato, do Rio de Janeiro uma capital e “emprega toda a sua energia em tonar o Rio de Janeiro digna do nível de capital da Monarquia portuguesa”(Vidal, p. 32). O soberano assim, coloca panos quentes na discussão, que é adiada para um futuro próximo.

8 COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense. Londres, 1813 in: Hemeroteca Digital. Cit., P, 374.*

9 COSTA, Hipólito José da. *Correio Braziliense. Londres, 1813 in: Hermeroteca Digital. Cit., P, 375.*

10 COSTA, Hipólito José da . *Correio Braziliense., op. Cit., p. 375, 18113. VIDAL, Laurent, De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX –XX. P. 43.*

## O tema da transferência no Brasil Independente

Entre 1821 e 1823, o tema da transferência da capital para o interior foi retomado, agora no contexto da participação de deputados brasileiros nas Cortes de Lisboa, convocadas pela Revolução Constitucionalista do Porto (1820), e, depois, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte, no Brasil independente. Nesse período, o principal veiculador da proposta de transferência foi José Bonifácio de Andrada e Silva (1763-1838), no conjunto de suas propostas para o novo Estado Nacional independente. Formado pela Universidade de Coimbra, José Bonifácio acumulou diversos cargos políticos. Em 1821, encontra-se na vice-presidência da junta provincial de São Paulo, organismo político que passa a administrar as províncias do Brasil após a Revolução do Porto. Nessa condição, ele redige um texto para orientar deputados paulistas nas Cortes de Lisboa durante a elaboração da nova Constituição portuguesa. Esse texto também sugere a interiorização da capital:

“9º Parece-nos também muito útil que se levante uma cidade central no interior do Brasil para assento da corte ou da regência, que poderá ser na latitude, pouco mais ou menos, de 15 graus, em sítio sadio, ameno, fértil e regado por algum rio navegável. Deste modo fica a corte ou assento da regência livre de qualquer assalto ou surpresa externa, e se chama para as províncias centrais o excesso de população vadia das cidades marítimas e mercantis. Desta côrte central, dever-ser-ão logo abrir estradas para as diversas províncias e portos de mar, para que se comuniquem e circulem com toda a prontidão as ordens do Governo, e se favoreça por elas o comércio interno do vasto império do Brasil.”<sup>11</sup>

Essa seria, então, a capital da corte portuguesa ou da regência que permaneceria no Brasil. Naquele momento, as elites brasileiras queriam o desenvolvimento próprio do Brasil, mas ainda pretendiam mantê-lo unido a Portugal. Cecília Sales de Oliveira, em seu texto *Repercussões da revolução: Delineamento do império do Brasil, 1808/1831*, trabalha, por exemplo, como o significado da palavra “independência” adquire nesse período político um caráter além do de autonomia. Segundo a autora, o termo foi inicialmente veiculado por “segmentos significativos da sociedade colonial dispostos a se aliar às propostas dos liberais vintistas e a promover profunda transformação interna aos reinos do Brasil e Portugal.”<sup>12</sup> p 19. Adquire-se então o conceito de ruptura com o sistema político ineficaz e absolutista. De início, não se queria a separação entre Brasil e Portugal, mas sim a criação de um “governo constitucional e representativo” que alterasse, redefinisse “não só o exercício do poder, mas

<sup>11</sup> ANDRADA, José Bonifácio de. *Lembranças e apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da Província às cortes portuguesas para se conduzirem em relação aos negócios do Brasil. 1821*, In: *Gazeta do Rio de Janeiro*, Ed. 123. 13 de Dezembro de 1821, p. 5.

<sup>12</sup> OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira. *Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/ 1831*. Brasil Imperial. Volume I: 1808-1831/ Organização: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. 2º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P.,19.

os vínculos políticos e econômicos entre as províncias do Brasil, a corte do Rio de Janeiro, o reino de Portugal e os demais domínios portugueses na Ásia e especialmente na África.<sup>13</sup>”

Só mais tarde, quando se percebe que as Cortes de Lisboa não pretendem conceder os direitos pretendidos pelos brasileiros, é que se desenvolve a ideia de emancipação política. Segundo Lúcia M. Bastos Neves, em seu texto *Estado e política na independência*:

“Vislumbrava-se a ideia de que uma nação, como realidade construída separadamente de Portugal, começava a existir[...] Logo, a partir do final de 1822, a palavra nação começava a despertar sentimento de separação, de distinção de um povo em relação ao outro, despontando a ideia de nacional, como oposto de estrangeiro. Ficava claro que nação apresentava ainda um sentido político - ser um Estado soberano - não assumindo ainda seu significado cultural - ser uma comunidade dotada de identidades singulares.”<sup>14</sup>

Já no contexto do Brasil independente, para Vidal (2009), Bonifácio dá sequência à ideia de interiorizar a capital, como algo importante para a construção do “futuro do Brasil-nação”, apelando assim para conceitos geopolíticos, como defesa e proteção da capital do país, integração do território como alternativa de desenvolvimento das áreas mais a oeste, além de amenizar o enorme contingente populacional nas áreas litorâneas equilibrando o “vazio” demográfico do sertão brasileiro. Pensava também em uma coexistência social positiva entre negros, brancos e indígenas. A nova capital poderia, também, encerrar “as rivalidades e pretensões que podem ter as capitais das diversas províncias, que não querem ceder o direito da corte ao Rio de Janeiro”.<sup>15</sup>

Nesse momento, Bonifácio contava com o apoio de Hipólito da Costa, um velho defensor da ideia. Além disso, devido à sua posição no ministério, todos os projetos de desenvolvimento do país passavam por sua supervisão. Como exemplo podemos citar o do alemão Ritter von Schäffer, que apresenta uma proposta de capital que se situaria perto das nascentes do rio Tocantins e perto de São Félix, na província de Goiás. O lugar escolhido provavelmente se basearia na ideia de povoamento central do Brasil, assim seria possível o fomento de colônias de alemães ocupando o coração do território sob encomenda do próprio José Bonifácio.

---

<sup>13</sup> Idem., P. 19

<sup>14</sup> NEVES, Lúcia M. Bastos. *Estado e política na independência*. Brasil Imperial. Volume I: 1808-1831/ Organização: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. 2º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. P.97.

<sup>15</sup> ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de. Memória de José Bonifácio apresentada à Assembleia Constituinte e Legislativa do Brasil, junho de 1823, *Ant. Hist.*, tomo 1p. 118-119. Apud. VIDAL, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX –XX*, p. 60.

Um outro projeto, de um funcionário público de cuja história pouco se sabe, chamado Paulo Ferreira de Menezes Palmiro, chama a atenção de Bonifácio. As justificativas para tal projeto são as seguintes:

“Persuadi-me que seria útil criar-se uma nova Província, desmembrando parte da província de S. Paulo, de Minas Gerais, Goiás e Cuiabá, entrando pelo sertão do Sul, demarcando um quadrado de 150 léguas de raiz e no centro da Província, fundar-se a Côrte, denominada Cidade Pedrália, esta dará o nome da Província, êste estabelecimento será o meio de povoar o sertão, e evita o ciúme das mais Províncias de Cidades, porque não pode haver rivalidade nem questionar sôbre antiguidade, estando a Côrte no centro da nova Província, fica favorável a todos os povos do Império, e livre de invasão dos inimigos, parece que a fundação da capital deve ser aos 22 graus para abranger parte dos dois climas, o temperado e tórrido; na dita Província, pode produzir os frutos da Europa, Ásia e América[.]”<sup>16</sup>

Menezes Palmiro chama a atenção para problemas concretos relacionados à transferência da capital, como situação, acessibilidade, materiais de construção, financiamento. Ele chega a descrever o traçado da cidade. A cidade estimularia a competência individual, propondo um espaço no qual a estagnação social poderia ser ultrapassada sem, contudo, excluir antigos traços tradicionais. Nota-se também o início de uma valorização simbólica da cidade enquanto espaço social. Afinal, por muito tempo a cidade fora um lugar evitado por aqueles que possuíam poder, pois nela pessoas de todos os tipos se misturavam nas ruas e vielas.

A arquitetura, os jardins e os espaços públicos, a celebração da história nacional e dos valores da coletividade revelam uma cidade baseada em convictas ideias iluministas de liberdade e igualdade. Cidade Pedrália é o nome escolhido por Menezes Palmiro como forma de respeito à figura do Imperador enquanto este agiria como símbolo de força motriz responsável pelo tão desejado desenvolvimento do território, e também abraçaria a miscigenação considerada por Bonifácio como coluna vertebral da identidade nacional. Como já citamos, para Bonifácio, a construção da nação brasileira dependeria da cooperação desses aspectos. Em julho de 1823, por seguir uma política mais rígida e concentrada no executivo, D. Pedro acaba por demitir e exilar José Bonifácio, que acaba sendo chamado de opositor. Com Bonifácio exilado, esfria de novo a discussão para a interiorização da capital.

## **Varnhagen e a capital nacional**

Mas a unidade nacional, política e territorial, demorou a ser construída. Não havia

---

16 MENEZES PALMIRO, Paulo Ferreira de, *Memória a bem do Império e da Pátria*, jan, 1823, Arquivo Histórico do Itamaraty, documentos avulsos, posteriores a 1822, citado em *Ant. hist., tomo I*, p.121 Apud VIDAL, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX –XX*. P.,59.



ainda se consolidado uma identidade nacional e o Primeiro Reinado (1822-1831) e o período Regencial (1831-1840) foram marcados por grandes conflitos, defesas de interesses regionais e recusas à centralização do poder pela Corte no Rio de Janeiro. Esses conflitos se manifestaram e o que houve foi o desencadeamento de uma série de revoltas, tais como a Confederação do Equador, em Pernambuco, a Sabinada, na Bahia, a Balaiada, no Maranhão, a Cabanagem, no Grão-Pará, e a Revolução Farroupilha, no Sul, algumas delas de tendência separatista. Só depois da Maioridade e do coroamento de D. Pedro II é que os conflitos regionais são apaziguados e ocorre a legitimação de um projeto nacional reconhecido tanto dentro quanto fora do país.

No que se refere à relação entre a centralização política e a questão de mudança de capital, Laurent Vidal apresenta algumas questões:

“ Em um regime centralizado, o Estado e sua sede, a capital, são os motores do desenvolvimento: o Rio de Janeiro tem condições de assegurar essa tarefa? Sua função portuária e comercial não constitui um entrave? [...] essa cidade tem mesmo a capacidade de simbolizar a identidade nacional que o Império busca estabelecer? O cosmopolitismo, característico das cidades portuárias não constitui um obstáculo?”<sup>17</sup>

As dúvidas são pertinentes e nos indicam norteamentos para se justificar a retirada da capital do Rio de Janeiro, a qual defendia o diplomata brasileiro, Francisco Adolfo Varnhagen, o Visconde de Porto Seguro. Nascido na província de São Paulo, filho de um engenheiro militar alemão, aos oito anos Francisco é enviado a Portugal para estudar. Estudou Humanidades, Armas e Matemática. Em 1842, é incorporado ao corpo diplomático. Serviu em Lisboa, Madri e em diversos países da América Latina, como o Paraguai e, sobretudo o Chile, onde se casa pela segunda vez. Por fim, torna-se embaixador na Áustria, onde permanece até sua morte, em 29 de junho de 1878.

Segundo Vitor E. D'Almeida<sup>18</sup>, o destaque atual de Varnhagen não se deve ao seu trabalho como diplomata ou às honrarias, mas ao seu trabalho intelectual, sobretudo a quantidade impressionante de “documentos encontrados e copiados, mercê de sua invencível paixão pela pesquisa, possibilitando com eles, uma revisão, e reavaliação de nossa história”. Aproveitando-se desse gênio de pesquisa, formata uma monografia direcionada ao imperador a fim de justificar suas opiniões a cerca da questão da Capital. O texto, conhecido por *1º parte do Memorial Orgânico*, publicado em Madrid no ano de 1849, inicia-se contextualizando

17 Laurent Vidal, op. cit, p. 82.

18 VARNHAGEN, Francisco Adolfo, 1816-1870. A questão da Capital: Marítima ou no Interior? Apresentação de E. D'Almeida Vitor. Edição fac-similada. Brasília- DF, Thesaurus, 1978. Cit, p, 21.

historicamente todo e qualquer leitor sobre o fato de grandes nações europeias terem suas capitais localizadas a favor de sua proteção, mesmo sendo alguma potência marítima - Inglaterra, França, Alemanha, Rússia. Para ele, a transferência da capital se caracteriza como um ato necessário para a proteção e desenvolvimento futuro do império brasileiro.

Varnhagen sempre foi crítico da dependência das principais cidades brasileiras em relação ao comércio exterior e critica a falta de estrutura do comércio interno. Para ele, o mar é um “inimigo da nação”, e defende o distanciamento da capital quanto ao litoral por esta carregar consigo não só deveres políticos - união territorial, integração, estímulos comerciais etc. - como também o simbolismo de representar uma nação, agora independente e desejosa de se inserir no cenário internacional, promovendo, assim, uma ruptura com a herança colonial. Para tanto, Varnhagen lista seus argumentos, dos quais destacamos:

“4° Os governos cuja séde está no interior do paiz tratam mais que os outros em cuidar de facilitar as communaçoens, que são as veias e artérias do Estado, que sem ellas definha e morre.

5° Ao mesmo tempo uma capital central pode distribuir com mais igualdade, em differentes raios sua sollicitude.

6° Quanto mais central esteja a capital, mais obstaculos se poderiam crear para não chegar a ella qualquer inimigo que ousasse invadir o paiz; e ainda, sem imaginar esse caso extremo, qualquer exigente negociador não se julgaria ahi tão forte para dictar condiçoens, como tendo á vista suas esquadras.” P,11

Estes três parágrafos, de um total de doze, encabeçam a resposta do autor sobre qual seria um local conveniente para fixar a sede do Governo Imperial. Quanto à formação de uma identidade nacional, a ser legitimada pela transferência da capital, a ideia é oposta à de José Bonifácio, pois Varnhagen não era a favor da mestiçagem. Projetava uma sociedade brasileira branca, herdeira da civilização europeia. Para o Visconde de Porto Seguro, é responsabilidade do Governo Central, sediado na capital do país, o processo de civilização da população, especialmente os territórios centrais dos país, pouco povoados e relativamente isolados, levando até eles as artes, a educação, o incentivo à agricultura, o desenvolvimento econômico e material, integrando-os ao restante do território por meio de ferrovias.

Para Varnhagen, nenhuma das cidades já existentes no interior do Brasil, quase sempre surgidas da mineração, servirá para exercer a função de capital do império:

"Para nós todas tem o vicio da origem, proveniente de uma riqueza que já não possuem. A sua situação, assento e criação procederam de uma mina em que se trabalhou mais tempo a tirar oiro, e junto à qual os mineiros irregularmente edificaram suas primeiras barracas, perto dos escombros de cascalho e desmonte da cata que abriam" (pag 12)

Portanto, ele afirma ser primordial a construção de uma cidade nova que obedeça a

alguns critérios, baseando-se em condições que se requerem a toda capital de país civilizado. Aspectos geográficos também contam a favor da ideia de Varnhagen, como, por exemplo, o fato de a área imaginada por ele ser cercada por diversos rios, dentre eles afluentes dos rios Tocantins e Paraná. Outros aspectos são também considerados: território fácil de se defender, centralizado e com recursos naturais disponíveis para a construção civil são enfatizados pelo autor.

Em 1850, Varnhagen publica a segunda parte de seu trabalho, na qual menciona um surto de febre amarela para denunciar as condições sanitárias da cidade do Rio de Janeiro e outras regiões litorâneas, reforçando a ideia de um Rio de Janeiro “não higienizado” em contraposição a um sertão de clima ameno, águas doces e limpas, sem a presença de doenças relacionadas à urbanização de grandes metrópoles.

A respeito da localidade, em 1851, o autor estabelece seu discurso no fato de já ter identificado um espaço específico capaz de receber a capital, tendo ele pensado também nas consequências de tal ato. Varnhagen considera que a Providência divina teria concedido ao Brasil um espaço central no território, que seria, além de seguro e sadio, um lugar capaz de ligar os três grandes vales do Amazonas, do Prata e do São Francisco, possibilitando, caso se construísse ali uma cidade do cunho de uma capital, uma integração e união territorial entre as regiões norte, nordeste e centro-sul. O local ideal seria pelo autor situado no triângulo imaginário formado pelas três lagoas - Formosa, Feia e Mestre d'armas - nas mediações de Formosa, província de Goiás, para onde ele se dirigiu pessoalmente, em 1877, com o intuito de confirmar suas suposições e de dar credibilidade à sua proposta.

### **A questão da capital nos primórdios da República**

A primeira iniciativa concreta para a construção de uma nova capital foi adotada nos primeiros anos da República. O tema entrou em pauta em diversas discussões entre juristas e políticos e, depois, nos trabalhos da Constituinte, que culmina com a aprovação de um dispositivo constitucional que possibilita o ato da transferência. Sua promulgação definitiva foi no dia 24 de fevereiro de 1891 e nela ficava estabelecido :

“Artigo 2: Cada uma das antigas províncias formará um estado, e o antigo município neutro constituirá o Distrito Federal, continuando a ser a Capital da União, enquanto não se der execução ao dispositivo do artigo seguinte.

Artigo 3: Fica pertencendo à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 quilômetros quadrados, que será oportunamente demarcada para nela estabelecer-se a futura capital federal.

Parágrafo único: Efetuada a mudança da capital, o atual Distrito passará a constituir um Estado.”<sup>19</sup>

Em junho de 1891, Deodoro da Fonseca dirige uma mensagem ao Congresso na qual solicitava projeto de lei que autorizasse “meios necessários à escolha e demarcação do terreno onde terá de ter assento a nova cidade, sede do governo federal”<sup>20</sup>. O Legislativo recusa esse e outros projetos seguintes, alegando escassez de finanças, e pelo fato de, cada vez mais, a ideia de se manter a capital no Rio de Janeiro, “primeiro porto de comércio do Brasil”, se tornar aceitável para os interesses dos barões do café. É apenas no governo de Floriano Peixoto que se institui, por decreto de 17 de maio de 1892, a Comissão de Exploração do Planalto Central do Brasil, cujo comando seria entregue ao diretor do Observatório Astronômico do Rio de Janeiro, Luis Cruls.

Louis Ferdinand Cruls, nascido em Diest, Bélgica, em 21 de janeiro de 1848, estudou engenharia civil na Universidade de Gant, e depois entrou para o exército belga, onde ficou por pouco tempo. Em 1874, a convite de amigos, vem ao Brasil, onde logo se introduz na alta sociedade carioca. Ao ser apresentado a D. Pedro II- grande simpatizante das ciências - é logo convidado pelo mesmo a se instalar no Brasil, onde seus conhecimentos seriam úteis para a modernização do país. Em 1881, após ser naturalizado, ascende ao cargo de diretor do Observatório Astronômico Nacional, segundo Jaime Sautchuck, “talvez a mais importante instituição de estudos e pesquisas do Brasil daqueles tempos”. Tais fatos justificam o porquê da confiança conferida a ele para a missão no Planalto Central.

A comissão era composta por 22 membros: os astrônomos Henrique Morido e Oliveira Lacaille; o médico higienista A. Martins de Azevedo Pimentel; o geólogo Eugênio Hussak; o botânico Ernesto Ule (André Ferdinand Glaziou integra o grupo em 1894); o médico Pedro Gouveia; o farmacêutico Alfredo José Abrante; os mecânicos Eduardo Chartier e Francisco Souto; os militares Augusto Trasso Fragola (médico), Celestino Alves Bastos, Hastimphilo de Moura, Alépio Gama, Antônio Cavalcanti Albuquerque; e os auxiliares Felicíssimo do Espírito Santo, Antônio Jacinto de Araújo Costa, João de Azevedo Peres Cuiabá e José Paulo de Melo. Havia também uma escolta militar comandada por Pedro Pinto de Almeida.

A Comissão sai em viagem em junho de 1892, de trem vão do Rio de Janeiro até Uberaba, em Minas Gerais, estação final da estrada de ferro. No lombo de animal, viajam mais 5.132 km carregando consigo toneladas de equipamentos. A primeira parte da missão

---

19 Cit, in, Previdência Civil, Casa da república. Acesso em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao91.htm)

20 Cit, FONSECA, Deodoro, in VIDAL, Laurent. De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital (séculos XIX- XX). Brasília, Editora: Universidade de Brasília, 2009)

durou aproximadamente oito meses. Graças à comissão, efetuaram-se estudos do meio ambiente, clima, geografia, topografia, catalogaram-se a fauna e a flora da região, além de se produzir mapas, atualizando certos conceitos errados sobre o planalto. Executou-se com sucesso a demarcação de uma área 14.400 km<sup>2</sup> em forma de retângulo, entre as três lagoas exaltadas por Varnhagen, e que mais tarde serviria de base para a construção de Brasília. A segunda viagem, entre 1894 e 1895, acontece já com certo desagrado por parte do Congresso, que considera tamanho gasto “fantasia realizada às custas dos contribuintes”.<sup>21</sup> Já na sequência, não puderam continuar com seus trabalhos devido às restrições orçamentárias impostas pelo Congresso.

Para Vidal, o encerramento das atividades e a interrupção do projeto de transferência da capital estão associados ao fato de que a posse de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, significa o declínio da influência dos positivistas, a saída de cena dos militares e a ascensão ao poder da oligarquia cafeeira, que não dava maior importância ao tema da transferência da capital e nem à alteração da ordem social. Para Ronald Schneider:

“a nova ordem política inaugurada pelas elites civis torna-se rapidamente tão distante de uma verdadeira democracia parlamentar quanto do inter-reino militar. Finalmente, o essencial da economia patriarcal ficou preservado, e as oligarquias locais e regionais não só sobreviveram, mas tentam agora unir suas forças contra as novas forças políticas que questionaram sua dominação no final do Império. A sobrevivência do coronelismo reside no fato de a República, como na independência, não ter modificado o modo de vida das sociedades rurais tradicionais, particularmente no Nordeste e Norte[...].”<sup>22</sup>

Portanto, a República das oligarquias nunca quis alterar a situação social, e a ideia de transferência da capital sempre esteve associada à ideia de reorganização do país, a uma mudança que, no momento, não lhe era interessante.

Com a presidência de Getúlio Vargas, novos elementos permitem a retomada da questão da capital. Vargas resumia sua estratégia de governo em dois pilares: segurança nacional e a modernização das estruturas econômicas, sociais e administrativas. Fausto enfatiza:

“Em novembro de 1930, ao dissolver o Congresso Nacional, Vargas assumiu não só o poder executivo como o legislativo, os estaduais e os municipais. Todos os antigos governadores, com exceção do novo governador eleito de Minas Gerais, foram demitidos e em seu lugar nomearam-se interventores federais. Em agosto de 1931, o chamado Código dos Interventores estabeleceu as normas de subordinação destes ao

21 Discurso do ex deputado Domingos Jaguaribe. Apud. Laurent Vidal, cit., p., 120.

22 SCHNEIDER, Ronald M. *Order and Progress, a political History of Brasil*. São Francisco: Westview Press, 1991. p. 77-78 Apud Vidal, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX – XX*, op. cit., p.119

poder central.” p,186

Essa centralização de poder possibilitava que Vargas ditasse certas regras do jogo político. E dentre suas ideias, trata de redefinir a industrialização do país, limitada por uma infraestrutura fraca e dispersa. Para Getúlio, a industrialização deve andar de mãos dadas com a urbanização, e a cidade deve ganhar um novo perfil. Isso se evidencia quando vemos metrópoles com um grande crescimento populacional: “Rio de Janeiro passa de 522.651 habitantes em 1890 para 1.157.873 em 1920 e 1.519.010 em 1940; São Paulo, de 64.934 habitantes em 1890 para 579.033 em 1920 e 1.258.482.” p, 145”. Isso nos moldes da nova política representa como a cidade estava incorporando os locais de atividade produtiva.

A política de Vargas, especialmente no que se refere ao território, procurava se apoiar em preceitos técnicos e científicos. Com isso, cria-se em 1934 o Instituto Nacional de Estatística, mais tarde rebatizado como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Para João Marcelo Maia, em seu livro *Estado, território e imaginação espacial*, o IBGE nascia inflamado por um ideal de base “ruralista”, que via na ocupação do interior brasileiro e na dinamização da vida municipal uma chave para o fortalecimento da nação. Os métodos de estudos científicos são aplicados na prática quando, em 1940, faz-se um recenseamento, capaz de investigar “a história, o povoamento e as condições socioeconômicas dos municípios recenseados”. Assim, Maia discute a real função social do IBGE:

“O IBGE buscava também produzir estratégias que reorganizassem o equilíbrio territorial do país, redesenhando regiões e reacendendo de forma decisiva os debates sobre a interiorização da capital (Camargo, 2008). Nesse sentido, o trabalho do IBGE inscreve-se como um dos mais importantes momentos do processo de investimento estatal sobre o território no período republicano, não apenas pela geração de informações padronizadas sobre o país, como também pelo poder de organizar discursos oficiais sobre o Brasil e sua construção geográfica.”

Ou seja, o Estado é agora uma instituição participativa na direção da modernização do País. O poder é efetivamente central, em contraste com o federalismo da Primeira República. O governo possui maior disposição para intervir na economia, na sociedade, na criação cultural ou ideológica.

Em 1945, o relatório do IBGE é publicado. Nele, os problemas básicos do país são mapeados, soluções são propostas. O teor do relatório, de caráter analítico e científico, confirma um cenário ambivalente de dois Brasis: “o desenvolvimento desigual do Brasil litoral e do Brasil do interior, a fraqueza do setor industrial, a ausência de vias de comunicação ligando entre si os Estados... problemas de segurança nacional postos pelas

idades portuárias capitais de Estados[...]”. O relatório fixa soluções que acredita serem capazes de atingir os objetivos de urbanização e fluxo migratório para o interior do país:

“Transferência provisória da Capital Federal para Belo Horizonte, mediante simples troca de sede entre o Governo Mineiro e o Governo Federal, visando aos seguintes objetivos:

- a) Interiorizar e resguardar a Capital da República;
- b) Dar um motivo político para a “federalização” da zona ferrífera brasileira;
- c) Levar progressiva e poderosamente as forças da civilização na direção do Planalto Central, a fim de preparar as condições para a mudança definitiva da Capital da República;
- d) Compensar o retirar-se Capital da República do Rio de Janeiro, com a localização, aí, da capital de um grande Estado, o que impedirá o declínio do ritmo de progresso”<sup>23</sup>

A sugestão, demonstra o desejo de se levar a capital para um núcleo urbano mais centralizado - Belo Horizonte - evitando o risco de se implantar a capital em um lugar quase despovoado. Importante destacar que o presidente era cercado de intelectuais que pensavam cautelosamente na relação entre transferência da capital e o desenvolvimento do interior do país. Por exemplo, Cassiano Ricardo, que Laurent Vidal intitula “ideólogo da marcha para o oeste”. Segundo ele, o cuidado de primeiro desbravar e desenvolver o oeste, mesmo que a longo prazo, para posteriormente colocar-se ali uma capital é primordial para o êxito do processo. A capital seria o prêmio do sucesso do desenvolvimento dessa parte do país, e não deveria ser o seu ponto de partida, ou seja, um processo forçado pelo Estado, o qual estaria fadado ao fracasso.

Em 1946, após a Segunda Grande Guerra, o país entra em um processo de redemocratização, que além de tirar Vargas da presidência - mas não do jogo político - produz uma nova Constituição que, não fosse o deputado por Minas Gerais Arthur Bernardes, não incluiria a ideia de transferência. Após querelas de cunho regionalista, que colocaram em disputa projetos que queriam a capital em Minas, dentro do triângulo mineiro, ou em Goiânia, cidade recém-inaugurada de caráter moderno, em 18 de setembro de 1946, a Constituição estabelece, no 4º artigo das disposições transitórias:

“A capital da União será transferida para o Planalto Central do país;

1º Promulgado este ato, o Presidente da República, dentro de sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital;

2º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso

---

23 Idem, Ant, hist., Tomo 3 p. 108-109. . Apud Vidal, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX –XX*, op. cit., p.,150.

Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União;

3º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital;

4º Efetuada a transferência, o atual Distrito federal passará a constituir o Estado da Guanabara<sup>24</sup>.”

Como indica o texto, uma comissão técnica é preparada, mais de cinquenta anos depois da Missão Cruls. A Comissão Polli Coelho, como viria a ser conhecida (por ser dirigida pelo general Djalma Polli Coelho), durou de 1946 a 1948 e tinha duas atribuições. Primeiro, a localização do futuro Distrito Federal e, segundo, a escolha definitiva do local para a construção da nova capital, partindo dos pressupostos que orientavam o relatório da Missão Cruls. O território delimitado, porém, é maior. Expandindo o quadrilátero Cruls mais ao norte, dos 14.400 km<sup>2</sup> da comissão anterior, para uma área de 77.000 km<sup>2</sup>. Deve-se atentar para o caráter geopolítico do relatório da Comissão Polli Coelho, que sustenta a ideia de que a capital no interior do país conseguiria responder às expectativas de desenvolver tal região, embora, mais uma vez, rivalidades regionais prejudicassem a discussão no congresso. Tanto o IBGE quanto os militares positivistas continuavam a defender a urgência da transferência da capital a fim de “resolver os desequilíbrios econômicos e demográficos ou satisfazer aos imperativos da segurança nacional” (VIDAL, 2009) p,171. Apenas em 1953, a Lei 1.803 sanciona os resultados da Comissão Polli Coelho e autoriza o Poder Executivo a realizar os estudos definitivos necessários à implantação da capital. De 77.000 km<sup>2</sup>, delimitam-se 52.000, no que mais tarde seria nomeado, segundo a mesma lei, Retângulo do Congresso.

Em 8 de Julho de 1953, Vargas, que mais uma vez se encontrava na presidência do país, nomeia, a Comissão Localizadora da Nova Capital Federal - CLNCF, que inicialmente tem o goiano Aginaldo Caiado de Castro como presidente, mas depois conta com a liderança de José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque. Em cooperação com a comissão, uma firma norte americana, Donald J. Belcher, entrega, em 15 de Abril de 1955, relatório propondo cinco sítios para a construção da capital. Já em dezembro, o estado de Goiás, que contou com uma comissão estadual, junto com uma municipal - em Luziânia - começa o trabalho de desapropriação das terras, quase todas fazendas. Semanas depois, em janeiro de 1956, Juscelino Kubitschek toma posse como presidente do país.

Juscelino Kubitschek é o principal nome relacionado à construção de Brasília, afinal, foi ele o executor do antigo projeto que já havia sido previsto em três constituições brasileiras.

---

<sup>24</sup> Citado em : *Ant, hist.*, tomo 3, p. 15-16. Apud Vidal, Laurent, *De Nova Lisboa a Brasília. A invenção de uma capital. Século XIX –XX*, op. cit., p., 164.



Nas palavras de Vizentini (2008, p.205), Juscelino abre a economia nacional ao mercado internacional, ao mesmo tempo em que “retoma o projeto de industrialização, só que agora apoiado no setor de bens de consumo durável para as classes de média e elevada renda”. Não há como negar que em um primeiro momento tais ações, e também acontecimentos externos à política - primeiro título da seleção brasileira em copas do mundo - geram uma onda otimista quanto ao progresso e ao ingresso do país na modernidade. Nas palavras de Fausto (2006, p.253):

“Em comparação com o governo Vargas e os meses que se seguiram ao suicídio do presidente, os anos JK podem ser considerados de estabilidade política. Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. Os “cinquenta anos em cinco” da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população.”

Essa passagem nos antecipa algo importante na política de Kubitschek, que Vidal (2009) ressalva. Por mais que a decisão de construir Brasília pareça ter sido uma simples continuidade, em decorrência dos resultados e encaminhamentos definidos a partir dos trabalhos das comissões Polli Coelho e José Pessoa:

“essa bela continuidade é um efeito de óptica. Concebemos a decisão da mudança da capital como um gesto original e altamente representativo da particularidade política do governo Kubitschek; como o revelador de uma nova cultura política, de um novo projeto para o Brasil moderno: o “desenvolvimentismo”. A este título, o projeto Kubitschek não difere em nada dos outros projetos de mudança definidos desde a independência. Cada um é a expressão, em determinado momento, de interesses políticos particulares servindo para justificar uma certa organização das elites dentro do Estado e para simbolizar um novo projeto de sociedade” p, 186

Aqui, Vidal talvez tenha resumido todo esse capítulo. Em todos os momentos, a transferência da capital sempre esteve ligada a objetivos políticos. Se, por exemplo, no governo de Getúlio Vargas, via-se na interiorização grandes riscos de fracasso, priorizando a Marcha para Oeste, sendo a capital no interior a “cereja do bolo”, para JK os planos eram outros. O presidente iria justamente utilizar a capital, como defenderam Bonifácio e Varnhagen, para impulsionar, direcionar o desenvolvimento do país tão mal distribuído, para áreas ao centro. Brasília, além de motivo concreto, constituiria um motivo simbólico para o *Progresso democrático*. Quanto ao desenvolvimentismo sugerido pelo governo, este buscava uma relação entre o desenvolvimento econômico e o bem estar social.

A decisão de se construir Brasília, no entanto, não era algo definido desde o início. Segundo o próprio JK, a decisão nasceu quando, em um comício em Jataí (GO), ele foi interpelado sobre

o tema por um eleitor. A partir desse dia, a construção de Brasília, a transferência da nova capital, se torna parte do Programa de Metas, como sua “meta síntese”.

## Capítulo 2

### Sertão goiano

Podemos perceber, por todos os nomes que defendiam a transferência da capital citados até aqui, em comum a vontade de levar ao centro do território a capital do país. Muitas foram as justificativas que iam desde a inadequação da cidade do Rio de Janeiro para tal responsabilidade, à construção de um discurso que colocava em um pedestal a região do Planalto Central. Região essa que nem sempre fora unânime para receber a capital. Afinal, para alguns, seria mais sensato que a capital permanecesse longe do litoral mas, ainda sim, em uma zona demograficamente povoada como o triângulo mineiro, como chegou-se a sugerir. Contudo, havia algo com que todos concordavam: a má distribuição populacional dentro do território, que implicaria deficiência no alcance administrativo da ordem de poder.

De nada adianta a conquista da terra quando não se é capaz de mantê-la. Por isso, colonizar é também povoar. Ao se desejar uma capital no centro do país, tais pensadores sabiam da situação do restante do território brasileiro distante do litoral. Como vimos, tais regiões ganham maior atenção do Estado português com a descoberta de riquezas minerais. Ao se extinguir o ouro, extingue-se também a importância que o poder central, localizado em uma capital tão distante, lhes atribuía. Como veremos a seguir, o atual estado de Goiás sofreu para se adaptar à nova realidade pós-ouro, a região do Planalto Central só voltaria a ganhar destaque quando das discussões acerca da transferência da capital.

A palavra “sertão” tornou-se desde cedo uma categoria muito utilizada pela historiografia, literatura ou outras formas de expressão cultural. Como afirma Janaína Amado, talvez nenhuma outra categoria “esteja tão entranhada na história brasileira, tenha significados tão importantes e variados e se identifique tanto com a cultura brasileira”.

“No conjunto da história do Brasil, em termos de senso comum, pensamento social e imaginário, poucas categorias têm sido tão importantes, para designar uma ou mais regiões, quanto a de ‘sertão’. Conhecido desde antes da chegada dos portugueses, cinco séculos depois “sertão” permanece vivo no pensamento e no cotidiano do

Brasil[...]<sup>25</sup>

Desde o século XIV, portugueses utilizavam a palavra “certão” ou “sertão” a fim de designar áreas situadas em Portugal, mas distantes de Lisboa, a capital e metrópole. Esse costume de rotulação vem a ser usado em suas conquistas ultramarinas, logo também no Brasil. A respeito da etimologia da palavra, Amado cita algumas hipóteses:

“Segundo alguns estudiosos (Nunes, 1784: 428), “sertão” ou “certão” seria corruptela de “desertão”, segundo outros (Teles, 1991), proviria do latim clássico serere, sertanum ( traçado, entrelaçado, embrulhado), desertum (desertor, aquele que sai da fileira e da ordem) e desertanum ( lugar desconhecido para onde foi o desertor).” p, 147.

Para nós, o importante é entender que, no Brasil, o litoral tinha no sertão sua antítese, e assim o foi por anos. Tal diferença foi a justificativa de muitos defensores da capital no interior. Em resumo, o sertão brasileiro pode ser considerado uma região distante, geográfica e culturalmente - da civilização presente no litoral. O espaço geográfico de que estamos tratando, o sertão de Goiás, desde sua firmação enquanto capitania, foi caracterizado por pensadores das regiões litorâneas como por atrasado, isolado, selvagem, distante da cristandade e diversos outros caracteres que não lhe conferiam positividade além do ouro que produziu durante o século XVIII.

O sertão torna-se, portanto, uma designação espacial criada por colonizadores, absorvida por colonos e perpetuada com o passar dos anos pelas mais diversas expressões culturais nacionais. Mas é esse “sertão” que se tornará alvo de diversos pensadores como lugar promissor para o desenvolvimento e integração do território, afinal, ele se encontrava em um lugar estratégico a fim de unificar as regiões tão distantes umas das outras. Para tanto, como vimos no capítulo anterior, muito se cogitou a importância de ali se edificar a capital do país.

### **Colonização tardia**

No processo de formação do território brasileiro, a busca por riquezas preciosas e a caçada ao índio se tornam os propósitos para adentrar cada vez mais no território rumo às regiões centrais. As explorações que tinham por objetivo a caça e captura de mão de obra indígena escrava ficaram majoritariamente conhecida por “bandeiras”, embora nem sempre possuíssem caráter oficial. A respeito, Bertran comenta:

---

25 AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos. Cit, p, 145.

“O nome” bandeira” provem da mesma bandeira- flâmula ou estandarte- que essa tropa carregava, insígnia de brasão de armas ou de coroa real, que por velha tradição das guerras europeias transportou-se ao Brasil.

Muitas tinham regimento oficial determinando seus comandantes, os poderes de que dispunham, os objetivos a que se propunham etc... Mas raras foram essas bandeiras regimentadas e muitíssimo mais comuns foram as de caráter informal, às quais se deu o nome de “entradas”.(p.42)

Ao lado da captura de índios, a busca por metais preciosos era estimulada por lendas e mitos de riquezas, como o mito do *Sabarabuçu*, o Lago Dourado, que tem grande importância na história da colonização brasileira. Já em 1549, Tomé de Souza, primeiro governador geral da colônia, tem informação da existência de “serra Resplandecente, imaginada pelo português quinhentista como uma montanha de ouro perdida no interior profundo do Brasil, coroada por uma crista rochosa de esmeraldas, talvez às cabeceiras do rio São Francisco[...] p, 35 . De Portugal, em 1551, são dadas ordens para a busca de tal lugar. Em resumo, Bertran constata:

“Somando-se os mitos de Paraupava e Sabarabuçu ao florescente negócio de exportação de escravos indígenas para os engenhos do Nordeste, reuniram-se tanto condições objetivas quanto subjetivas para o lançamento de diversas bandeiras de preação de índios além do vale do Tietê paulista. Em busca de riquezas minerais, basicamente, e à sua falta – o que foi regra geral- trazendo escravos índios” p, 38

O primeiro registro do homem branco em território do atual estado de Goiás decorre da bandeira de Domingos Grou e Antonio Macedo, entre os anos de 1589 e 1593. Entretanto, é a figura do Anhangüera - pai e filho - que ganha espaço na história da exploração e ocupação do sertão goiano. O primeiro, Bartolomeu Bueno da Silva, tem profunda participação no descobrimento de minas em Mato Grosso e Goiás e comanda expedições à região em 1670 e 1682, das quais também participou o filho. Data de 1694 o descobrimento do ouro de Minas Gerais, o que consideravelmente estimula de maneira concreta, diferente do mito de Sabarabuçu, uma caçada por ouro. Logo seu filho de mesmo nome, e mesma alcunha, Anhangüera II, aos 60 anos em 1722, tem em sua terceira entrada importante sucesso, dando origem ao povoamento colonial, estabelecendo pontos de estadia que mais tarde se desenvolveriam em arraiais.

A comitiva de Anhangüera II volta a São Paulo no dia 21 de outubro de 1725 com apenas 40 sobreviventes dos mais de 150 homens que a formaram. Após três anos de exploração, Anhangüera havia descoberto cinco ribeirões detentores de ouro. Em 1726, ele retorna a Goiás, onde estabelece os primeiros arraiais na região em que, mais tarde, seria fundada Vila Boa.

A notícia do ouro logo eleva o número de novos desbravadores - muitos já insatisfeitos

com as Minas Gerais - que chegam a centenas. Rapidamente se desenvolveram diversas roças a fim de oferecer mantimentos. Com tão forte base estabelecida no interior do território, fica mais fácil a procura de mais minas:

“O Anhangüera, encartado de Superintendente Geral da Minas\_ autoridade que poucos brasileiros natos obtiveram- começou a enviar, apesar de seus 72 ou 73 anos de idade bandeiras aos sertões guiadas, quando não comandadas, pelos homens fiéis da primeira expedição e seguidas por ávidos sócios capitalistas, proprietários de dezenas de escravos, para o descobrimento de um sem número de outras lavras ocultas nos sertões de que ele próprio e os participantes da bandeira de 1722 eram melhor conhecedores, visto por ali terem perambulado três anos a fio.” p,50.

Sendo assim, Urbano do Couto Menezes segue com sua expedição ao Planalto Central, onde em 1730 descobre as minas de Meia Ponte e em 1731 funda o arraial de mesmo nome. Em resumo, a dinâmica seguiu praticamente a mesma para a maioria dos municípios que atualmente conhecemos. Descobriam-se minas, estabelecia-se na região, construíam-se ranchos e arraiais que mais tarde se desenvolveriam em vilas e, posteriormente, cidades. Podemos citar, além de cidade de Goiás, Crixás, Meia Ponte, Santa Luzia, entre outras.

Assim como Meia Ponte, atual Pirenópolis, Santa Luzia - hoje Luziânia - nasceu devido à febre do ouro na região goiana. A fim de conhecer um pouco da rica história de Luziânia, recorreremos à obra de Joseph de Mello Álvares, um dos maiores intelectuais de Santa Luzia. Nas palavras de Paulo Bertran, Mello Álvares era historiador autodidata que, já no fim do século XIX, recorreu a criteriosa pesquisa documental e se debruçou durante anos sobre registros das igrejas, testamentos, inventários e qualquer tipo de documentação sobrevivente aos anos de 1746 até 1775 (BERTRAN, 1994). Assim, sua obra tornou-se primeiramente disponível nas edições do periódico *O Planalto*, nossa principal fonte histórica a fim de realizar essa pesquisa. Importante ressaltar que por conta da escassez de fontes de um período tão distante cronologicamente - quase 150 anos à época - Joseph de Mello apela bastante para o uso do relato oral, comparando, entretanto, sempre que possível, com as informações contidas na obra *Anais da Província de Goiás*, de José Maria Pereira de Alencastre, a qual se caracteriza por imprescindível a todo aquele que quisesse estudar a história da região, pois era o que permitiam os “horizontes da época”.

Santa Luzia deve sua fundação ao paulista Antônio Bueno de Azevedo. Em 1746, desanimado com as minas de Paracatu, parte rumo ao sertão em busca de novas descobertas. No dia 24 de agosto, chega à margem de um rio ao qual nomeia, em “honra do Santo dia”, São Bartholomeu. Ali, estabelece plantações para servir de subsistência nos trabalhos de exploração e mineração que passa a desenvolver nas imediações. Outro plano de Antônio Bueno seria preparar sua fazenda a fim de oferecer recursos aos possíveis viajantes, já que era

dos planos do governador da capitania de Minas Gerais construir estrada para Goiás.

No dia 13 de dezembro de 1746, dia de Santa Luiza, chega à praia de um “lindo riacho” cuja água brilhava devido à grande quantidade de ouro. Sobre a emoção do bandeirante, Joseph de Mello descreve:

“duvidando do que viu e apalpou, mandou Bueno repetir a operação uma e muitas vezes, e tanto ouro em granitos e galhetas cobiu o fundo da espaçosa bateia que o illustre paulista, grato e reconhecido baixando os joelhos á terra e elevando as mãos ao céu, agradeceu, commovido graça que Deus houve por bem fazer a elle, a seus companheiros e a suas famílias, e invocando a Santa Luzia, essa herofna do christianismo que privou-se dos olhos do corpo para melhor gosar dos olhos do espirito, supplicou-lhe para que, em honra do dia em que é commemorada, acceitasse o padroado da povoação que ele ia fundar sob os auspicios de seu gloriosos nome”<sup>26</sup>

A povoação parece ter crescido rapidamente, pois, em 25 de março de 1748, o padre Luiz Gama – o primeiro clérigo do lugar - rege uma grande missa para abençoar a terra e as pessoas, contando com a estimativa de seis mil espectadores. Nesse período, segundo Joseph de Mello, chega da capitania de São Paulo carta do governador, empossando Antônio Bueno como primeiro superintendente e guarda-mor das minas de Santa Luzia. Quanto a tal informação, Bertran discorda, pois uma carta do governador de São Paulo e das Minas de Goiás e Mato Grosso, D. Luiz Mascarenhas, de 8 de junho de 1747, indica para o posto Clemente Simões da Cunha que teria, assim, antecedido Antônio Bueno. O fundador de Santa Luzia morreu em 12 de maio de 1771, pobre e sem herdeiros, tendo utilizado muito de sua fortuna para investir na cidade - como na constituição de força armada de segurança - sem retorno.

Já em 1749, em 30 de outubro, a região é elevada a julgado, ao mesmo tempo em que são indicados os juízes - Manoel de Souza, Manoel José de Andrade - e o tabelião escrivão-Antônio Bezerra Cortes<sup>27</sup>. A decisão é comemorada junto com o edital que comunicava a tomada de posse, em 8 de novembro no mesmo ano, de D. Marcos de Noronha como primeiro Governador da recém-instaurada capitania de Goiás. Os anos seguintes seguem a apresentar um gradual pico de prosperidade. Destaque para três grandes minas do arraial: Ribeirão do Inferno, Minas do Arraial e Santo Antônio dos Montes Claros (atual Santo Antônio do Descoberto). Fato comprovado também com a chegada durante as décadas de 50, 60 e 70, de muitos ricos portugueses, detentores de grande número de mão de obra escrava africana.

26 ALVARES. Joseph de Mello. Santa Luzia: Descrição Histórica política e geographica por Joseph de Mello Alvares. 1910. Cit. In. *O Planalto*. Ed. 1, p. 3.

27 Segundo Bertran, os ditos juízes, chegam com a responsabilidade de julgar crimes e delitos, lançar impostos municipais, empreitar estradas e pontes, além de cuidar da política local. Ou seja a reunião do que seria depois os três poderes de Montesquieu.

Interessante pensar que mesmo sendo fator impulsionador das bandeiras do final do século XVII a busca de índios para escravizar, ali nas minas de Goiás, era o escravo africano a mão de obra utilizada para o trabalho. Os índios, agora, eram muito mais um problema – afinal, ainda existiam disputas por terras.

Podemos destacar desse período umas das mais importantes obras de engenharia, justamente a fim de atender a mineração, cujo autor seria o mestre de campo Manoel de Bastos Nerca. O rego do Saia Velha, segundo Gelmires Reis<sup>28</sup>, começou a ser construído ainda em 1768, ficando pronto em 1770. Sua finalidade era transportar água do ribeirão de mesmo nome por 42 km até as Terras Altas onde hoje se encontra a Igreja do Rosário (BERTRAN, 1994).

Com o intenso fluxo populacional, formaram-se na região grandes famílias, algumas das quais chegam até os dias atuais com nome ligado a política ou economia da região. Como exemplo, temos a família Roriz, tão bem conhecida por luzianenses e brasilienses, cujo fundador foi Gabriel Fernandes Roriz, em 1770. Conhecemos também o início dos Meirelles, descendendo do português José Gonçalves de Meirelles, que destacou-se como comerciante. Tanto que, ao morrer, deixou fortuna em estoque de 3,5 mil oitavas de ouro – 12,5 quilos. Bertran prossegue:

“Famílias outras de grande expressão no Século XIX luziano foram os Sardinha de Siqueira, os Braz de Queiroz, os Gomes Curados e os Araújo Mello. Os Sardinha de Siqueira e os Gomes Curado provinham de Pirenópolis, de velhos troncos fundadores de Meia Ponte.” p, 121

Em 1763, em recenseamento populacional, fica possível enxergar o quão grande era a importância do julgado, havendo 16.529 pessoas contando com 12.900 cativos. Vinte anos mais tarde, em uma carta de *Relação de coisas mais notáveis e notícia formal destas minas, do Julgado de Santa Luzia da Comarca de Goiás de 1783*, assinada pelo capitão-geral da capitania, é possível enxergar um cenário social do arraial diferente, com o declínio da atividade econômica:

---

28 Depois de Joseph de Mello, foi o maior historiador sobre Luziânia. Nascido em 1893, em Santa Luzia, filho do major João Paulo dos Reis e de Hozanna Hermígia de Mendonça. Em 1916, Gelmires Reis é nomeado tenente da Guarda Nacional da Comarca de Santa Luzia pelo presidente Venceslau Brás Pereira Gomes. Foi professor, conselheiro municipal, intendente municipal, Juiz Municipal e promotor de justiça, onde permaneceu até 1956, quando se aposentou. Pertenceu ao Instituto Histórico e o Geográfico de Goiás e às academias Goiana de Letras e Artes do Planalto. Autor de várias obras, entre elas Almanaque de Santa Luzia, em co- autoria com Evangelino Meireles, Efemérides luzianas [...] Gelmires Reis foi destacado como jornalista, com mais de 5.000 artigos publicados em jornais de Goiás e do Triângulo Mineiro. RORIZ. Epaminondas. Revista Dinâmica, . Novembro de 2010.

“Julga-se que os escravos que se ocupam no exercício de faiscaidores, poderão chegar a duzentos e quarenta poucos mais ou menos.

Há no dito Arraial quatorze lojas de fazenda seca , entre maiores e menores. Há uma carregação de molhados. Há no dito arraial sessenta vendas ou tabernas.

Há em todo o Julgado oitenta e um Casais de pessoa brancas. De pessoas pardas, cinquenta e oito. De pessoas pretas forras, vinte.

Acha-se no dito Arraial povoados com duzentos e vinte moradores, Cabeças de suas famílias, os quais todos ocupam em seu Serviço, de porta adentro, duzentos e vinte e cinco escravos.

Todos os mais escravos que hã em toda a freguesia se ocupam em Roças, e nos Ministérios, conforme os tratos de seus Senhores. Rende o Conselho deste Julgado duzentas oitavas de ouro, um ano por outro. O Rendimento desta Freguesia pelo que pertence ao Vigário, por sua informação, são oitocentos e tantos mil réis. Toda Relação acima expressada está conforme o Sentir dos mais antigos moradores deste Arraial.”<sup>29</sup>

## O fim de época áurea

Utilizando-se ainda da *Relação de coisas mais notáveis e notícia formal destas minas , do Julgado de Santa Luzia da Comarca de Goiás*, fica evidente a crise da mineração em todo Goiás, assim também em Santa Luzia vindo a decair o valor do Quinto desde 1753<sup>30</sup>. Como comparativo, temos os dados de toda a capitania comprovando que o total máximo arrecadado foi a quantia de 40 arrobas, em 1753. Já no ano de 1758, são 33 arrobas, em 1763, 26, caindo assim progressivamente até o mísero número de quatro arrobas já em 1803<sup>31</sup>. Em 1783, ano da escrita da carta, apenas nove lavras eram exploradas, de dezoito que haviam pelo menos vinte anos antes. No mesmo ano, o Quinto atinge apenas dez arrobas. Quando o ouro veio a se tornar escasso em Goiás, novas alternativas econômicas foram experimentadas.

Os engenhos, desde sua criação estavam fadados a dificuldades dada a grande distância do mercado nacional e internacional. Entretanto, no julgado de Santa Luzia era possível encontrar 33 engenhocas de fazer farinha, numero maior até mesmo do que na capital Vila Boa<sup>32</sup>. Isso não significa uma atividade econômica dinâmica, pois apenas compensa os custos alimentares que a atividade mineradora produzia. É preciso lembrar que, inicialmente, as zonas mineradoras eram proibidas de desenvolver qualquer tipo de atividade econômica

29 Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783/ Paulo Bertran( Org., Ed.)- Goiânia: Universidade Católica de Goiás; Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p.,196.

30 Para Joseph de Mello, a crise só seria visível quando em 1800, abandona-se o Rêgo Saia Velha, cuja principal finalidade era auxiliar a mineração. Sua manutenção sempre foi algo muito dispendioso.

<sup>31</sup> FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800- 1850; um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986. Cit. P,27.

<sup>32</sup> SALLES, Gilka Ferreira- Economia e Escravidão em Goiás Colonial. 1992. Cit. P.258.



além da mineração, para concentrar o trabalho na extração de ouro e evitar concorrência com produtos do litoral. Tal pensamento só contribuiu para prejudicar a região. Some-se a isso os altos impostos, Quinto e Dízimo, e teremos portanto um quase colapso econômico, como afirma o governador José de Almeida Vasconcelos em 1770: “ O quinto empobreceu Goiás e o Dízimo acabou de matá-lo”

Eurípedes Funes foi um historiador atento a essa nova realidade goiana. Ele escreveu uma dissertação de mestrado pela Universidade Federal Fluminense, em que analisa as tentativas de alteração de opções de atividade econômica na província de Goiás tanto por intermédio do governo quanto por iniciativa privada. O mesmo não deixa de criticar a ausência de interessados no estudo da crise do ouro nas províncias centrais e posterior adaptação econômica de cada uma, salvo o caso de Minas Gerais.

Fato é que o ouro foi se extinguindo. Isso para uma região que dependia da mineração era catastrófico! Dentre os motivos que justificariam o declínio da atividade mineradora, Funes enfatiza: as técnicas rudimentares de exploração, afinal era natural que o ouro de fácil acesso se extinguisse, mas nunca houve investimento em tecnologia capaz de extrair o ouro mais escondido; falta de braços para o trabalho, ficava cada vez mais difícil importar escravos - que eram um produto caro - para trabalhar nas minas; falta de capital, a matemática era simples, por não haver oferta de produtos e gêneros básicos, os mesmos tinham de ser importados a preços exorbitantes, com isso muitas vezes o comércio ficava estagnado por dívidas de mineradores, e o ouro perdia seu valor na região; por fim, a má gestão das autoridades administrativas que apenas se preocupavam com o quinto, ignorando as necessidades da região.

A situação da capitania de Goiás e de seus julgados era grave. A região não conseguia encontrar forças para reagir economicamente, e o governo central pouco se importava com a questão, visto que além dos altos impostos, ainda exigia a remessa de ouro para a capitania de Mato Grosso, a fim de auxiliar em questões de fronteira com territórios espanhóis (FUNES, 1992). No ano de 1804, toma posse no governo da capitania D. Francisco de Assis Mascarenhas, que via como única solução o incentivo da navegação dos rios Tocantins e Araguaia, não só a fim de integrar o território, mas inseri-lo em uma atividade comercial com a capitania do Pará, ao norte. A justificativa de tal iniciativa vinha também do fato de “não se possuir recursos” capazes favorecer o melhoramento das estradas que ligavam Goiás a Minas, Rio e São Paulo, fazendo com que os produtos que conseguissem “sobreviver” à travessia quadruplicassem de preço.

Contudo, tal plano fracassou. Ao contrário do que se imaginava, era mais difícil a transposição de mercadorias pela navegação do que pela a utilização das trágicas estradas que levavam a São Paulo e Minas. Tal fato se devia às dificuldades de navegação apresentadas pelo rio, à falta de segurança contra ataques indígenas e à carência de homens capazes de navegar os rios, além de postos avançados capazes de prestar assistência.

Santa Luzia tenta se adaptar à crise da mineração através da agricultura, mesmo que de forma precária, pois faltam recursos e apoio do governo. Através de um livro de registros de dízimos rurais do julgado de Santa Luzia em 1810, analisado por Paulo Bertran, é possível deduzir que os dois “grandes produtores” de gêneros agrícolas da região eram senhores de engenho que obviamente não se dedicavam só ao cultivo de cana-de-açúcar. “Cada engenho reunia em si volumes de produção superiores a 30 vezes a produção de um sítio de subsistência”. Como exemplo, o engenho do capitão Gabriel Fernandes Roriz produzia 550 alqueires de milho, mais feijão, algodão, farinha de mandioca e cana. Para abastecer a população urbana do arraial, a missão cabia aos chacareiros, em três grandes propriedades: a chácara de José Pereira de Mello, possuindo 22 agregados; a do Capitão Francisco de Araújo Palmeira com 23 agregados e por fim; Isébio da Silva Campos com apenas quatro agregados<sup>33</sup>.

O documento torna possível conhecer também a ocupação da porção do Planalto Central que mais tarde viria a ser Distrito Federal. Isso é interessante ao lembrarmos que, por muito tempo, se dizia que o Distrito Federal seria implantado em um vazio demográfico. Dos duzentos e oitenta e oito sítios contabilizados pelo fiscal de tributos, mais de trinta se encontravam na área que formaria o DF. Nomes de fazendas, sítios ou pequenas propriedades do século XVIII se perpetuaram, vindo a batizar certas regiões administrativas do atual DF, tais como Gama, Sobradinho, Taguatinga, Riacho Fundo.

Acerca da produção rural que mais tarde viria a substituir a mineração em Santa Luzia, fica claro o abuso dos impostos não só em atividades agrícolas, como também de criação de animais. A Fazenda Real lançava impostos de uma oitava de ouro por cabeça de gado adulto, e proporcionalmente a bezerros e potros - segundo Saint-Hilaire, as taxas por cabeça de boi chegavam a 1500 réis. Para Bertran (1994, 190), “esse absurdo fiscal chegou ao ponto de, em 1810, não contar o Distrito Federal com mais de 200 bezerros, nascidos no ano e um pouco

---

<sup>33</sup> BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador/ Paulo Bertran. Brasília: Solo, 1994. P.,190.

mais que isso em potros[...]”.

Vale lembrar que a mineração não desaparece enquanto prática, mas decai enquanto prioridade econômica, se tornando praticamente “residual”, como cita Saint Hilaire:

“Pela época da minha viagem não havia em Santa Luzia uma única pessoa que se ocupasse em grande no trabalho das minas, e apenas quatro ou cinco negros crioulos iam ainda a procurar trabalho das minas[...] Hoje em dia, a exceção de pequeno numero de artífices e mercadores, todos os habitantes de Santa Luzia cultivam a terra e não vêm ao arraial senão aos domingos e dias de festa[...]

Os principais artigos que exportam os habitantes de Santa Luzia são peles de animais selvagens, alguns couros, e principalmente marmeladas excelentes, que enviam até o Rio de Janeiro.”<sup>34</sup>

Auguste Prouvensal de Saint-Hilaire nasceu em Orléans de uma família de naturalistas. Descreve sua viagem pela capitania de Goiás no texto *Viagem às Nascentes do São Francisco e pela Província de Goyaz*. Chegando ao Planalto em 1819, também vindo de Paracatu, chega a Santa Luzia sempre atento a observações e descrições sobre a realidade da região e seus arredores. A primeira constatação de Saint-Hilaire é do abandono, inclusive pelas autoridades centrais, pois ao atravessar a fronteira com Minas Gerais, em um posto de registros em Arrendidos - hoje Corumbáiba - percebe a escassez de registros, além de receber um angustiado pedido dos militares que ali guardavam, que solicitasse a vinda do seu soldo há muito atrasado.

O depoimento de Saint-Hilaire é claro e objetivo, capaz de dimensionar a situação em que se encontrava o arraial. Caracterizado pelo próprio autor como afável, de clima agradável e solo fértil, além de bem irrigado, que no entanto tornava difícil a vida dos homens graças à crise econômica. O arraial era limitado por 30 léguas de largura e 50 de comprimento, segundo o autor, contava com uma população de três a quatro mil habitantes, número esse pequeno devido ao abandono de diversas pessoas em busca de melhores condições de vida. A Igreja do Rosário construída em 2 de junho de 1769 para a expressão de fé de pessoas de cor, com ouro resultante da mineração, se encontrava quase que abandonada, sendo um claro exemplo da pobreza em que se encontrava a região, afinal os templos religiosos mesmo em tempos de crise, continuavam a ter importância para a população local.

Para o viajante europeu: “A localização de Santa Luzia numa região elevada torna as suas terras propícias não apenas aos vários tipos de cultura a que estão habituados os

---

34 SAINT-HILAIRE, Auguste de 1779-1853. *Viagem à província de Goiás*; tradução de Regina Regis Junqueira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.cit. p.26.

brasileiros do interior, como também ao cultivo de plantas de origem europeia, tais como o trigo sobretudo o marmeleiro”<sup>35</sup>

De fato, segundo Funes (1992), em 1804, eram variados os gêneros produzidos em Santa Luzia, tais como: algodão, fumo, arroz, trigo, açúcar, aguardente, marmelada, reses e couros. O que de fato faltava para a economia local eram compradores para os produtos. E estes não existiam, pois era rara a presença de dinheiro cunhado ou mesmo ouro em pó. É citado pelo autor que muitas vezes um serviço era pago pelo troca de mantimentos. Quem ainda detinha certo ouro ou capital conseguia melhorar de forma parca sua produção além de adquirir certo conforto, como era o caso dos fazendeiros que conseguiam patrocinar a importação de sal para o gado ou mesmo exportar alguns produtos. Tamanho dilema explica o “desespero” em buscar alternativas comerciais com a província do Pará pelos governadores goianos.

Saint Hilaire nos possibilita, também, enxergar as consequências da crise na região. Além do declínio populacional, e da diminuição da presença de escravos, é possível perceber, interpretando os escritos, a manutenção de uma ordem de poder em torno de quem consegue driblar as dificuldades do comércio para além da província. A presença dessa “elite” é perceptível quando vemos a importação de produtos de luxo - tecidos de linho, seda, vinho<sup>36</sup>. Algumas ferramentas de trabalho, feitos de ferro também eram importadas, pois não havia tecnologia para extração e tratamento do minério de ferro existente na região. O sal, tão precioso e raro por aquelas terras, também era importado em grande quantidade.

Saint-Hilaire finaliza seu relato destacando a apatia do arraial devido a “penúria”. Para ele, Santa Luzia só não havia se perdido em caos moral graças aos trabalhos do vigário João Teixeira, homem muito culto, detentor de uma civilidade e carga de leitura raras naquela região, que matinha esforços para conseguir “união e honestidade em Santa Luzia” tornando a região diferente das vizinhas, pois: “Seus habitantes tinham bons costumes e o concubinato ali era menos comum”. A exaltação do trabalho era o foco do vigário. Logo, passada a época do ouro, a saída era ir para a zona rural plantar ou criar animais, esperando que de tal prática viessem meios de subsistir ou mesmo, quem sabe, num futuro, lucrar.

O cenário descrito pelo viajante não muda durante muitos anos. Tal característica vem a perdurar até o começo do século XX, tendo por exemplo a constante escassez do sal, que

---

<sup>35</sup> Idem. P. 26.

<sup>36</sup> Correspondência de Francisco de Assis Mascarenhas- 1804. Apud. FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800-1850; um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986. Cit. P. 42.

além de importante para a população, era vital para a criação de um gado de qualidade, capaz de concorrer com outros mercados. A moeda, assim como em toda província, continuava por ser escassa. Segundo Funes (1992), não havia até 1850 mais de 30 mil cruzados em toda a região, chegando ao ápice de se ter arraiais criando a própria moeda de troca – Pilar - ou mesmo utilizando um sistema de troca de créditos - Santa Luzia. Funes comenta também como “as técnicas rudimentares empregadas na agricultura e a abundância de terra funcionaram como estímulo à prática da posse, como forma de aquisição da terra” (p. 96). No entanto, tal prática, sem as condições apropriadas de plantio, terminava por enfraquecer o solo, culminando muitas vezes no abandono da terra.

Quando avaliamos o quadro econômico da região, é possível identificar suas consequências na demografia local. Após a febre do ouro, muitas pessoas migraram em busca de outras possíveis fontes do minério, diminuindo assim, em Santa Luzia, a população, o mesmo valia para os escravos cujos os donos vendiam por não ter condições de mantê-los. FUNES (1992) nos apresenta três dados comparativos, os quais podem indicar algumas características da sociedade luzianense durante o século XIX. No ano de 1804, um censo constata que o arraial de Santa Luzia tem em seu total 3629 habitantes, dos quais 1575 eram escravos, quase quarenta e quatro por cento, indicando ainda um resquício forte da febre do ouro, pois tal número perdia apenas para Vila Boa e Meia Ponte.

No entanto, nos anos seguintes já é perceptível o declínio significativo da população escrava, reforçando o argumento de que a mesma não se sustentava sem a mineração. Em 1825, a população cresce para 4631 habitantes, porém, apenas dezesseis por cento da população é escrava, sendo mais específico, o número irrisório de 741 escravos. Em 1832, com números mais detalhados percebemos que, o número total de habitantes não apresenta alteração, o que provavelmente não condiz com a realidade, porém destaca-se aumento do número de pessoas declaradas pardas, 1037, podendo se concluir, que a população do arraial é altamente mesclada, indicando não só a coexistência étnica entre negro, branco e indígenas como também relações sociais capazes de construir uma população majoritariamente mestiça.<sup>37</sup>

Outro detalhe importante é a presença de apenas cento e seis escravos africanos, dentre os pouco mais de setecentos existentes reforçando a ideia de que a escravidão ainda existente já não conseguia se abastecer com produtos da importação, muito dependente de compras

---

<sup>37</sup> Tabelas disponíveis em (FUNES, 1992), cit. P.108, 111, 113.

regionais. Em 1872, o primeiro censo efetuado pelo Império<sup>38</sup>, contabiliza um aumento não muito significativo- muito devido a perda de território para a formação de outros municípios- na população, apenas 6503 moradores, dos quais apenas 432, seis por cento, são escravos. Além dos problemas inerentes a pobreza na região, é importante ressaltar que já na década de setenta, conta-se com algumas legislações que vão contra a prática da escravidão.

Para onde foram essa população escrava que outrora era tão abundante ?. Embora tenha se tornado comum a venda de tal “produto” para regiões que ainda tinham a capacidade de patrocinar a prática escravista, muitos foram alforriados, integrando-se a população local, ou não. Profundamente ligado à história de Santa Luzia está a criação do *Quilombo do Mesquita*. Antes de apresentarmos um pouco da história desse local social e de memória, além de resistência ao próprio sistema escravista, precisamos considerar que no Brasil, o termo *Quilombo* que segundo Freitas<sup>39</sup> derivaria da linguística *bantu*, com o significado “, significaria “lugar cercado, fortificado” tem significado como um sítio transcultural onde além de escravos africanos, índios e brancos “excluídos” da sociedade em que viviam coexistiam. O estereótipo de estrutura de Quilombo, provavelmente advém do romantismo com que foi tratado o caso de Zumbi, e do Quilombo dos Palmares.

Fato é que, por volta de 1800, alguns alqueires de terra teriam sido doados a três escravas recém alforriadas. Divididas em duas famílias, Teixeiras e Magalhães, o Quilombo teria se desenvolvido na região onde hoje se encontra o município de Cidade Ocidental- até 1995 distrito de Luziânia, (SILVA, 2003). A ancestralidade dos atuais moradores da comunidade quilombola do Mesquita, acredita-se, ser de etnia Malês, islamizados com possível origem no Sudão. Os membros da comunidades mantiveram-se isolados socialmente. Casavam-se uns com os outros dando origem a um núcleo de moradores de matriz africana. De acordo com Silva, a história das três escravas e da constituição da comunidade é compartilhada pelo imaginário coletivo, constituindo o *mito fundador* local.

Portanto, Santa Luzia veio a se tornar vila através de resolução do conselho do Governo em 1º de Abril de 1833. Mais tarde, em 5 de outubro de 1867, a vila passa a categoria de cidade graças à lei provincial nº 393. Já no século XX, por força do decreto-lei nº 8.305, que pretendia evitar municípios de mesmo nome no Brasil, tendo o direito de mantê-lo aquele mais antigo, a cidade passa a denominar-se Luziânia, pois Santa Luzia de Minas

---

<sup>38</sup> *Recenseamento do Brasil em 1872: Goyaz*

<sup>39</sup> FREITAS, 1980, p. 29 apud. SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719-1888*. Goiânia: Kelps, 2003.

Gerais foi fundada em 1692.<sup>40</sup>

O território de Santa Luzia com o tempo foi diminuindo, como pode se constatar da comparação entre o primeiro mapa da época de julgado e o de hoje, como município. Fazendas distantes foram se tornando povoados ou vilas, os quais hoje são municípios independentes, como Formosa, Planaltina, Cristalina, Padre Bernardo, Valparaíso, Novo Gama.<sup>41</sup> A economia, embora tenha se adaptado vagarosamente a uma nova realidade - a agropecuária e comércio - foi incapaz de alcançar melhores resultados do que quando o produto local era o ouro. Tal situação se manteve assim muito pela falta de estrutura tanto do município quanto de toda a província, que tinha dificuldades de se articular com a economia nacional. Após a Constituição de 1891, cresceu na região o desejo de que, com a edificação da capital no Planalto Central, a apatia resultante da estagnação e pobreza desse lugar ao dinamismo e ao progresso. Tal desejo perdurou até a construção de Brasília. A economia sofreu forte guinada após a implantação de Brasília, voltando-se para a atividade agroindustrial.

---

<sup>40</sup> Biblioteca Municípios IBGE.

<sup>41</sup> Atualmente, o município de Luziânia conta com uma área de 3.961.122 km<sup>2</sup>. Sua população é estimada em 191.139 habitantes (2014). A densidade demográfica passa de 44 por km<sup>2</sup>.

## Capítulo 3

### Análise do Jornal o Planalto

No primeiro capítulo trabalhamos a questão da transferência da capital do Brasil para o interior do país, apresentamos alguns de seus defensores, alguns de seus projetos e analisamos seus respectivos contextos. No capítulo seguinte, evidenciamos a distância, não só geográfica, mas social e econômica do sertão goiano, mais precisamente do Planalto Central, tendo por exemplo o antigo município de Santa Luzia. Tendo servido - e bem - à coroa durante o auge das minas de ouro, teve depois de encontrar soluções de sobrevivência econômica, pois encontrava-se relativamente isolado dos principais centros econômicos do país e não tinha visibilidade ante o governo central. Neste terceiro capítulo, vamos mostrar como a questão da transferência da capital é tratada n' *O Planalto*, jornal luzianense, editado nos anos de 1910-1916, considerando a situação do município, bem como os debates e iniciativas de transferência, temas que foram tratados nos capítulos anteriores.

O uso de jornais como fonte de pesquisa é comum na historiografia. Maria do Carmo Aguiar e Clarice Chiarelli descrevem em seus artigos as vantagens de se utilizar a imprensa como fonte. Aguiar enxerga como importante o uso da imprensa, pois se torna possível a “construção e reconstrução da história”. Acrescenta que, através dos periódicos, torna-se possível desvendar “os agentes participantes do processo social” além de “sua participação para a construção da história”. Indo ainda mais além, Chiarelli, tendo por objeto a imprensa cotidiana da cidade de Piracicaba (SP), pretende investigar sua utilização como fornecedora de dados e, também, entender como a imprensa pode agir na sociedade leitora:

“[...] a imprensa é um lugar ideal para apreender a multiplicidade do cotidiano sociocultural. Essa multiplicidade se aplica à contribuição da imprensa que, por meio de sua periodicidade e preocupação com a informação, possibilita a socialização do indivíduo e apresenta as disposições éticas e estéticas que orientam o dia-a-dia daquela comunidade. Isso significa que os jornais, por exemplo, podem expressar os valores e direcionar, informar- educando/ manipulando, o indivíduo para um determinado sistema de organização social” (p.2)

As duas autoras concordam, no entanto, quando citam António Nóvoa, professor do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa. Para o professor “ A análise da imprensa permite apreender discursos que articulam práticas e teorias, que se situam no nível macro do sistema, mas, também no plano micro da experiência concreta, que exprimem desejos de futuro ao mesmo tempo que denunciam situações do presente.” (NÓVOA, 2002) p, 11



O periódico em questão chama-se *O Planalto*. Sob direção de Plácido de Paiva e Evangelino Meireles, tem sua primeira edição lançada no dia 6 de agosto de 1910. Posteriormente, Paiva é substituído por Herculano Meirelles. Organismo independente - segundo seus próprios diretores - dedicado aos interesses do município, publicava-se, de início, semanalmente, ao sábados. Já por volta de 1915, começa a circular de dez em dez dias. Sua assinatura anual equivalia a oito mil reis –depois, cinco mil reis. Conhecer o editorial seria algo importantíssimo, como afirma José Honório Rodrigues “O editorial é a parte menos digna de fé, a notícia e o anúncio devem ser usados com cautela pois contêm erros” *apude* (CAPELATO, 1994). Mesmo não se encontrando uma bibliografia que disponibilizasse maiores informações acerca dos editores, sabe-se que Evangelino Meireles é descendente de uma família influente e poderosa na região. Sabe-se também que a compra de uma máquina de tipografia não é algo simples e barato o que nos indica, a presença de fortes recursos privados por trás da edição do jornal.

A tipografia se encontrava na rua do Sacramento, perto da Igreja Matriz, e contava com o tipógrafo Martinho Rodrigues e seus ajudantes Gelmires Reis e José Irineu<sup>42</sup>. Nessa primeira edição, o jornal se apresenta e expõe seus objetivos:

“ *O Planalto* tem a gloria de ser o primeiro jornal que aqui se publica, é a criação e propriedade exclusiva de seus directores e veio a lume para trabalhar quanto em si couber especialmente, em prol dos interesses deste grande e populoso municipio, fazendo conhecidas as largas fontes de sua riqueza natural, desenvolvendo a sua industria, animando o commercio, a lavoura, tratando de sua parte geographica, de seus limites, meios de communicacão e de tudo o mais que for conducente á grandeza que lhe está reservada em futuro breve; e, geralmente, em favor de todo o Estado de Goyaz, esse corpulento e modesto rajá que dorme o pesado somno do esquecimento engastado no immenso thorax do Brazil, chamando para elle a attenção dos governos e de quem quer mais que lhe possa vivificar com o sopro fortificante e salutar do progresso e da civilisação.

Alem deste dois respeitaveis compromissos. *O Planalto* estará sempre á disposiçãõ dos cultores das bellas lettras, pondo se, ao mesmo tempo, ao lado de qualquer causa desde que ella vise o bem estar do povo, e as suas columnas receberão com prazer o pensamento de qualquer leitor, comtanto porém, que esse pensamento não affecte a Religião e a Moral e nem se desvie das normas que devem caracterisar um jornal proveitoso e bom.” p,1

Como podemos perceber, os editores consideram sua obra como importante - o que de fato é - para o município, trazendo às pessoas dali não só notícias, informações, anúncios ou expressões culturais, mas também levando dali, daquelas pessoas para outras regiões do estado ou do Brasil, suas expectativas sociais, econômicas e políticas. Embora fique claro na

---

42 Anos mais tarde, será Gelmires Reis o responsável pela diretoria da Revista O Planalto.

última parte da citação que o jornal segue certas tendências morais e religiosas e, por que não dizer, políticas, já que ambas caminham lado a lado em um município que tem em sua tradição cultural forte presença do catolicismo, mesmo depois da Proclamação da República e da separação formal entre Igreja e Estado. *O Planalto* parece, portanto, ser uma ferramenta de imprensa capaz de criar uma ponte entre os moradores de Santa Luzia dentro do sertão goiano e o Brasil dito por civilizado. Para tanto, o jornal esbanja apoio de diversas partes da imprensa. Já na primeira edição, fica evidente o apoio de colunistas de diversos periódicos da região.

Na coluna intitulada Cartas de Araguay, o autor J.L.<sup>43</sup> descreve uma antiga amizade entre ele e o também jornalista Evangelino Meirelles quando este escrevia-lhe colunas no jornal Cidade de Araguay. Não é ao acaso a escolha deste artigo como um dos primeiros - presente na primeira página - a aparecer no jornal. Claro que o texto enaltece a amizade entre o J.L e seu “distinto collega e amigo Evangelino Meirelles, o invicto e fecundo jornalista das plagas goyanas”, mas evoca também um acontecimento político que, segundo o autor, “coincide justamente com o advento de um período em que os prodromos de uma grande acontecimento vêm despertar no coração goyano a acalentadora esperança de melhores dias”. Ai está ele, se referindo à construção da Estrada de Ferro de Goiás, uma obra federal que desde o final do século XIX era discutida, afinal, como vimos no capítulo anterior, por todo o século XIX, Goiás sofreu com a falta de alternativas para escoar sua produção.

Desde sua construção, em 1907, o ramal ferroviário ligava a cidade mineira de Araguari à cidade goiana de Catalão. A obra em si significa um grande avanço para Goiás, o que é exaltado pelo autor:

“Não vem de longe o tempo em que a locomotiva, esse poderoso vehiculo do progresso percorrendo as regiões vastas e incultas de Goyaz, irá accordar com o seu silvo, os habitantes deste Estado, trazendo-lhes novos elementos de prosperidade, e pondo-os em comunicação directa com os mais adiantados centros commerciais do paiz, onde os seus productos de sua actividade encontrarão a justa e compensadora valorisação” p,2

A estrada de ferro possibilitaria ao município não apenas o acesso ao comércio interestadual, para escoar produtos como: marmelada, algodão, rezes etc., como também asseguraria o abastecimento de artigos os quais o mesmo não poderia produzir, como o sal. Essa primeira edição apresenta ainda o apoio de autores e jornalistas. Nomes como J. Theodolino, de Formosa, e Miguel José da Costa, pelo *Gazeta de Catalão*, através de cartas e

---

43 Não sabemos se a abreviação é marca registrada do autor ou advém de algum outro motivo.

artigos transcritos, demonstram uma colaboração por um mesmo objetivo: promover o estado de Goiás. Por fim, o periódico ainda conta com uma saudação de Antônio Americano do Brasil, importante político morador de Santa Luzia, nascido em Bonfim, que muito viria a contribuir com o jornal, com o município e com o estado. Tanto que em 1917 se encontra por trás da edição da revista *A Informação Goyana* que tinha por objetivo justamente promover o estado. Mais tarde, o mesmo Americano do Brasil, participou do lançamento no dia 7 de setembro de 1922- centenário da independência- da pedra fundamental de Brasília (VIDAL, 2009).

### **A capital no Planalto Central**

O nosso foco, contudo, é entender como esse jornal trata a questão da interiorização da capital, como expressão de parte da sociedade de Santa Luzia sobre o tema. A escolha desse jornal para fins de pesquisa não foi ao acaso: trata-se de um jornal bastante abrangente, incluindo questões regionais, nacionais e internacionais (como a Grande Guerra de 1914-1918), e foi o primeiro periódico produzido na cidade, por cidadãos luzianenses, voltado para a população local.

As edições analisadas - muito bem conservadas - estão disponíveis no portal de periódicos Hemeroteca Digital Brasileira, oferecido pela *Fundação Biblioteca Nacional*, que além de jornais, possui ainda revistas, anuários, boletins, ou mesmo sessões do Congresso Nacional. É uma ótima fonte de documentação para todo pesquisador ou mesmo um curioso sobre o passado. Do jornal *O Planalto*, estão disponíveis as edições dos anos de 1910 a 1916, o que nos possibilitou mapear algumas ideias sobre o período além de traçar um panorama sobre a cidade e suas necessidades. A escolha de artigos estudados, tem quase sempre ligação com o tema “interiorização da capital” ou com a situação social, econômica e política da região, já que ambos os assuntos se interligam nos argumentos de defesa para a edificação de uma nova capital no interior do país.

O primeiro artigo que comenta sobre a transferência da capital, relacionando-a ao dispositivo constitucional que a previa, vem na edição nº 19, datada de 10 de dezembro de 1910. Não é por acaso que surge essa discussão. Ela vem inteiramente relacionada à revolta armada que havia acontecido entre os dias 22 e 27 de novembro no Rio de Janeiro. A Revolta da Chibata foi o que alguns historiadores chamam de motim e outros de movimento contra abusos inerentes à hierarquia da Marinha. Tinha-se desde muito tempo o hábito de punir faltas

de teor mais grave de marinheiros com a aplicação de chibatadas, vinte e cinco no mínimo. A punição por chibata era algo visto como atrasado e inapropriado para a época, tanto que grandes nações marinheiras já não utilizavam tamanha punição.

O estopim da revolta - segundo Maria Ines Roland, no livro *A Revolta da Chibata: Rio de Janeiro 1910*<sup>44</sup>, se deu quando um certo marinheiro acusado de trazer bebida a bordo e de tentar ferir com navalha certo oficial que o delatara recebeu a punição de 250 chibatadas em frente a uma plateia atenta de marinheiros. O gesto, que tinha por objetivo servir de exemplo, instigou um sentimento de revolta e indignação. Assim, na manhã do dia 22 de novembro, quatro navios de guerra estavam sob controle dos marujos. Além disso, seis marinheiros e seis oficiais haviam perdido a vida. Os marinheiros, liderados por João Cândido, pediam em seu favor o fim dos castigos corporais, anistia aos revoltosos, fim de trabalhos excessivos, do recrutamento forçado além de algumas outras melhorias na carreira. De início, não pretendendo negociar, o governo do presidente Hermes da Fonseca não deu atenção às solicitações dos marujos. Somente após disparar tiros de canhão contra a capital e ameaçar bombardeá-la, os revoltosos conseguiram ter atendidas as reivindicações.<sup>45</sup>

A primeira notícia sobre o evento em *O planalto* vem estampando a primeira página somente no dia 10 de dezembro, quando já se iniciava uma segunda revolta - tal demora deve-se à distância percorrida pela notícia, visto que a linha telegráfica só seria instalada na cidade dias depois. O jornal e, ao que parece, também a imprensa do país, em geral, manifesta-se contra o movimento, opondo-se à anistia dos revoltosos. A nós interessa o pedido da transferência da capital evocando o ex-presidente Floriano Peixoto e o dispositivo constitucional de 1934. O artigo - que por falta de assinatura deve ser de autoria dos editores - denuncia que os trabalhos para mudar a capital do Rio de Janeiro ao Planalto Central haviam sido suspensos pela “falta de meios pecuniários”. Diante disso, clama:

“Agora que o Brazil se acha em excellentes condições financeiras e que está sendo governado por um soldado, como o era Floriano, não poderia levar a effeito essa elevada medida de segurança estatuida na sua Cartilha Nacional? Oh! Muito!

Cesse-se com os banquetes dispendiosos e fatuos; suspenda-se as encomenda de navios de preços fabulosos; corte-se a basofia sustentada no estrangeiro sem proveito algum; vote-se com zelo e pausa os orçamentos; e cumpra-se, enfim, a lei, transferndo a Capital da Republica para o Planalto Central do Brazil, assente no encantador Estado de Goyaz, e o socego será absoluto, podendo o governo agir em prol da grandeza patria sem preocupar-se com as hiantes boccas dos leões de aço que povoam a tantas vezes cantada Guanabara.” p,1

<sup>44</sup> ROLAND, Maria Inês. *A revolta da Chibata: (Rio de Janeiro, 1910)*. Editora Saraiva. 2000. p, 12- 30.

<sup>45</sup> As reivindicações duram até o governo colocar a cidade do Rio de Janeiro sob estado de sítio, anulando assim a anistia, gerando uma segunda revolta em 10 de dezembro.

O pedido para instalar a capital no interior aqui vem de um episódio que a colocou sob ameaça evidente. Como vimos no Capítulo 1 desta monografia, o temor por se ter a capital tão exposta a ameaças vindas do mar vinha desde muitos anos. Aqui, mais uma vez, esse medo se torna a principal justificativa para se executar um artigo que já previa a transferência. Ao criticar os gastos frívolos do governo, o jornal claramente sugere a priorização, pois colocar a capital em um lugar seguro é um gasto que por si só se justificaria. A partir desse artigo, e do acontecimento de uma segunda revolta na marinha no mês de dezembro, o que se evidencia é uma onda de discussões e projetos no Congresso, inflamando a questão da capital, que já se encontrava meio fria desde o fim da Missão Cruls, além de uma cobertura e maior cobrança da imprensa sobre o tema.

O ano de 1911 é o que mais apresenta publicações a respeito da interiorização. Pelo que evidencia o jornal, a população local, assim como o estado de Goiás, estavam imersos em um poço de otimismo. Importantes “progressos” haviam sido implantados no estado. Além da Estrada de Ferro e das linhas telegráficas, a instalação de uma Escola de Aprendizes e Artífices, uma inspetoria agrícola, assim como o próprio nascimento de três periódicos (*O Planalto, Gazeta de Catalão, A Semana*)<sup>46</sup>. Logo, com tamanha perspectiva de progresso somada à ameaça que recebeu a capital no Rio de Janeiro, não é estranho ver publicações relacionadas ao tema. Afinal, a transferência da capital serviria como instrumento de desenvolvimento do estado de Goiás assim como de todo o interior brasileiro.

O jornal deixa de fora as querelas regionais como justificativa do insucesso da transferência da capital após os trabalhos de Cruls. Entretanto, o próprio cientista belga só vem a ser citado na edição de 25 de fevereiro de 1911. O autor - assina apenas por “C.” - da coluna *Paulistas* escreve texto sob título “A capital no Planalto”, no qual evoca a lembrança do Marechal Deodoro como líder de atitude, e onde, pela primeira vez, busca-se respaldo nos trabalhos de Cruls. Assim, mais do que somente dizer que a capital correria risco estando no litoral, o artigo contempla os leitores com comentários sobre as riquezas naturais que muito seriam úteis e grafando do relatório de Cruls a seguinte passagem:

“[...] a única parte a qual cabe a denominação de central é aquella que se acha na proximidade dos Pyreneus, no Estado de Goyaz, não somente por ser realidade, a mais próxima do centro do Brazil, como, *por se acharem ahi as cabeceiras de alguns dos mais caudalosos rios do systema hydrographico brasileiro*”

---

46 PATROCLO, G. *O Planalto*. 21 de Janeiro de 1911.

O grifo na última frase não é descuido, mas intencional para chamar a atenção para o fato de que o Planalto Central - área que já foi do município de Santa Luzia - detém a cabeceira de rios importantíssimos para a navegação. Mesmo sem o dizer diretamente, o artigo sugere que o potencial da região é favorável para a integração da região com o restante do país, mesmo que seja por navegação. Devemos lembrar que o transporte rodoviário é algo caro e dispendioso, assim como a construção de estradas de ferro. Então, por que não se valorizar um sistema de transportes cuja natureza já parece ter indicado como o mais eficiente? O rio Araguaia, importantíssimo para Goiás, é repetidamente evocado no periódico.

O otimismo goiano por progresso não consegue disfarçar a tristeza com a forma que o governo central tratava seus territórios. E *O Planalto* foi uma ferramenta não só de divulgação de notícias, como de protesto. Antônio Americano do Brasil foi médico e jornalista, antes de se tornar, como deputado, ávido defensor de Goiás no Congresso Nacional. Foi um dos idealizadores do projeto que colocava a pedra fundamental da capital em Planaltina. Embora tenha nascido em Bonfim (atual Silvânia), Americano do Brasil era um apaixonado pela cidade de Santa Luzia, tendo sido lá, por puro infortúnio do destino, assassinado. Mas são dele muitos artigos no jornal do amigo Evangelino Meirelles. No primeiro deles, ele destaca justamente o desdém do governo para com o estado goiano:

“Ver esta esquecida parte do Brazil, este Estado abundante em riquezas immensas nivelado com os primeiros da república -- é o sonho ideal que faz pulsar o coração dos que prezam o seu berço natal, dos que desejam a garantia de seus conterraneos, de seus direitos e propriedades e a perenne felicidade de suas famílias”<sup>47</sup>

Dito isso, podemos relembra as intenções reais do jornal: servir de ferramenta para reclamar e divulgar a política da época, que mesmo com a República ainda falhava em integrar Goiás e seus municípios à economia nacional. Sabemos que os municípios ao sul de Goiás, próximos da estrada de ferro o suficiente para colher suas vantagens, só o farão após alguns anos, quando roubarão dos municípios do triângulo mineiro o monopólio sobre o comércio da região. Mas, no começo da década, a indignação era tamanha que encontramos publicações, como a do Dr. Urbano Gouveia, que mais se parecem com desespero e ira. Para Gouveia, Santa Luzia tinha potencial para ter a mineração - a mesma que trouxe momentos de auge para a cidade - outra vez desenvolvida, só que de forma organizada e a trazer progresso ao município. O município, que ainda não sentia os efeitos da estrada de ferro, carecia de dinamismo econômico, vivendo apenas de uma pecuária e agricultura morna, a qual não tinha como e nem por onde crescer. O autor resiste em aceitar o fim das reservas auríferas e

---

47 BRASIL, Antônio Americano do. Carta Aberta. Ed., 1. 6 de Agosto de 1910. p., 3

pronuncia:

“Uma companhia que dispuzesse de capital sufficiente e que se propuzesse a explorar scientificamente as exuberantes mñas auríferas existentes neste município, não perderia de modo algum, o seu tempo e o seu dinheiro; ao contrario, tornar-se ia rica e poderosa: assim nos diz a mais funda e inabalavel convicção[...]”<sup>48</sup>

Assim, Dr. Gouveia baseia-se em uma convicção -a qual não deixa claro para o leitor de onde vem- para pedir investimento no município, outra vez através da mineração, porém caso não fosse essa “convicção” algo convincente, não deixariam os diretores que se publicasse algo assim, ou deixariam ? Certamente, Dr, Gouveia gozava de prestígio suficiente para que sua matéria fosse transcrita. Fato é que existiam aqueles que acreditavam que a solução para se reerguer economicamente estaria de novo na mineração, afinal, a região de São Sebastião dos Cristais, no município de Santa Luzia, que mais tarde viria a se tornar o município de Cristalina, muito se orgulhava da extração da pedra de mesmo nome. Isso pode servir para mostrar um lado paralelo quanto à edificação no Planalto Central da capital do país como “única” forma de mudança na estagnação econômica do município, como alguns acreditavam. Não sendo dependente única e exclusivamente da ideia já que haviam passado pela frustração de não ver a transferência realizada após os trabalhos de Cruls, fazendo com que novas propostas, para acabar com a estagnação econômica que vivia o município fossem buscadas com tamanha convicção como a do Dr. Gouveia.

Tamanha “frustração” se torna claro na publicação da coluna *Ideias e comentarios*, assinada por “J”. Segundo o autor, enquanto a imprensa mineira e carioca fazia grande pressão sobre o governo, a goiana se mostrava indiferente a “esse problema, cuja solução seria para este Estado o mais seguro penhor de um progresso”. Ao explicar o porquê, o autor é direto: “É que os goyanos não tem mais esperança na realização de tal transferência, assunto esse que desperta na maioria deles o rir sarcástico da descrença”. Na sequência, resgata a memória do trabalho do parlamentar Joaquim Nogueira, autor de projeto de mudança da capital no Congresso Nacional, o qual parece sequer ter sido discutido. Assim, podemos definir dois grupos de pensadores na cidade acerca da questão da capital: os otimistas, que vêm no caos da capital e nos riscos que ela corre estando no litoral um momento decisivo para a mudança, e os pessimistas, que creem estarem diante de mais uma onda argumentativa que nada mudará.

---

48 GOUVEIA, Urbano. Ouro ! O Planalto. Ed 2. 13 de Agosto 1910.

## Justificativas

No jornal *O Planalto*, encontramos dois tipos de justificativas acerca da mudança da capital para o interior. Aquelas que, como citadas por Laurent Vidal, condizem em caracterizar o Rio de Janeiro como uma cidade insalubre, cosmopolita, inapropriada para a função de capital, e aquelas que acreditam que a transferência permitirá o desenvolvimento do país e o aproveitamento das vantagens oferecidas por Goiás. Quanto às primeiras, já sabemos, por exemplo, que o estopim para reacender a discussão foi a ameaça à ordem durante a revolta dos marinheiros, em 1910. A esse respeito, José de Campos Meirelles escreve em sua coluna *Impressões sobre a revolta*, lembrando os leitores de ameaças anteriores - Duguay Trouin, Villegaignon, Revolta da Armada – afirmando que enquanto o governo não reconhecesse a necessidade de mudar a Capital Federal do litoral, calamidades parecidas poderiam se repetir. Ele não é o único: de Petrópolis, chega uma carta assinada por Oldino, sendo publicada no dia 11 de março, denunciando a dificuldade carioca com a “falta d'agua” em diversos pontos da cidade – segundo o autor, por falta de chuvas -, o que, associado ao famoso calor do Rio de Janeiro, causaria mazelas à saúde. Não perdendo a oportunidade, o próprio jornal, desconsiderando publicações de outrora em que Joseph de Mello descrevia já terem ocorrido momentos de forte estiagem na região de Santa Luzia, publica uma coluna reforçando a ideia da carta de Oldino, de um Rio de Janeiro insalubre contrastando com um ambiente receptivo como o do Planalto Central :

“Emquanto no Rio de Janeiro está-se morrendo à sede e insolação, nós, os goyanos, estamos desfructando de um tempo regular e ameno; as chuvas ainda não nos faltaram e a lavoura se acha animadíssima. No planalto de Goyaz tudo é vida tudo floresce e mesmo assim a capital da União continua no perigoso littoral, á mercê de peste, fome e guerra e com a manifesta postergação da Constituição Brasileira!”

O ponto de exclamação na fala não pode significar outra coisa senão indignação. Quando fala da peste e da fome, com certeza seriam esses problemas oriundos de um acúmulo populacional desordenado. As doenças que muito assolavam o Rio de Janeiro eram a tuberculose, a peste bubônica e a varíola. Esta última é noticiada no interior do estado de Goiás em 29 de abril de 1911. Embora tenha se criado desde Varnhagen uma crença de que o interior estaria imune às doenças e mazelas do litoral, tal pensamento logo cai por terra quando, analisando o jornal, em certos artigos e boletins médicos entre 1910 e 1914, vemos que doenças como a varicela, a varíola e sua forma mais branda à qual chamavam de variolóide ganham espaço entre pessoas que, dotadas de certa “ignorância”, não isolavam o



paciente, e sim o visitavam aos grupos, o que facilitava a contaminação<sup>49</sup>. A própria varíola esteve associada à região, sendo seu surto tido por controlado após a vacinação da população.

Fato é que, após a revolta sanitária do Rio de Janeiro, já não fazia sentido defender o interior do país como paraíso de saúde. Isso por que ambas as regiões apresentavam doenças e mazelas, equilibrando a balança na disputa de “insalubridade”. Porém, o Rio de Janeiro ganhava vantagem ao favorecer a sua população com conscientização e acesso a políticas públicas sanitárias capazes de melhor lidar com as doenças da metrópole. Seguindo a linha de raciocínio do Dr. White Junior, e mais tarde, em 1913, na publicação do conto *A Pequetita* de Arthur de Azevedo<sup>50</sup>, no qual exemplifica a resistência da população sem educação contra a vacina, o interior de Goiás carecia de maior informação e conscientização contra doenças contagiosas. Aqui, doenças relacionadas à alimentação, péssimos hábitos de higiene, ou mesmo infecções virais também eram comuns.

O momento econômico do país, tratado pelo periódico como positivo, e o progresso exemplificado pela chegada da estrada de ferro são indícios, para alguns, de que a capital seria enfim transferida para o centro do país, em Goiás. Na coluna *Ideias e Comentarios*, do misterioso autor “J.”, que escreve de Corumbá, temos o resgate da figura do deputado piauiense Joaquim Nogueira Paranaguá. O parlamentar teria sido o principal defensor da ideia *Mudancista* durante o ano de 1905. Para Paranaguá, a capital no interior possibilitaria o povoamento do território, desenvolvimento da instrução em um lugar onde a “ignorância” seria mais acentuada, facilidade de exploração de “incalculáveis riquezas naturais”. O potencial natural do estado sempre fora muito explorado, que o digam os diversos municípios fundados a partir da mineração. O solo, o clima são também elogiados pelo político, pois possibilitaria o desenvolvimento de uma policultura. Não é difícil entender o pensamento do Dr. Paranaguá, o Brasil no começo do século tinha sua economia toda em prol do café e sua produção era muito restrita ainda a certas áreas na região Sudeste. Querer, portanto, explorar o potencial de uma terra capaz de oferecê-lo parece razoável, mas seu raciocínio não convence o Congresso.

## Movimentações políticas

Ao destacar a figura do Dr. Paranaguá, *O Planalto* atribui à discussão da mudança da

---

<sup>49</sup> Um exemplo é o artigo intitulado: Ah Hoc Ed Ab Hoc, no qual o Dr. White Júnior critica a falta de conscientização da população na forma de lidar com as doenças infectocontagiosas. Cit. Ed. 6 de 1910. P, 1.

<sup>50</sup> Ed. 123. P. 1

capital um caráter político, fora daquele caráter jurídico que somente reclamava a execução do artigo 3º da Magna Carta. Por falta de dinheiro, ou por reclamar do alto gasto de tal campanha, o Congresso havia paralisado a continuação dos estudos da Comissão Cruls. Anos depois, o Dr. Paranaguá, apoiado por figuras públicas como Euclides da Cunha e Olavo Bilac, dá vida à discussão no legislativo. É o que se destaca em três publicações sequenciadas, a coluna *Ideias e Commentos*, cujo objetivo seria justamente trazer fatos nacionais que pudessem ser importantes aos goianos. No dia 24 de junho, a publicação traz a fala do parlamentar:

“si a natureza nos ensina que os seres organizados têm os seus centros vitais colocados nas mais abrigadas regiões e se acham protegidos de tal forma que difficilmente, podem chegar a elles os agentes destruidores, como acontece ao cerebro e ao coração, por que não aproveitarmos esta lição de inexcedivel sabedoria e collocarmos a nossa capital, que é o centro vital do paiz, em logar menos acessivel aos nossos possíveis inimigos ?”<sup>51</sup>

Como já mencionado, dentro do discurso ainda foram listadas as vantagens que a mudança traria para o país. Embora tivesse o apoio dos senadores Glycerio, Alfredo Ellis e Barata Ribeiro, a discussão mais uma vez se paralisa até, por fim, a capital mais uma vez se encontrar ameaçada no dia 27 de novembro de 1910. Isso faz com que nova agitação acerca da discussão seja mais uma vez trazida ao plenário do legislativo. Na Coluna *Semi-Chronica*, do planaltino Jhon Sweet, do dia 7 de outubro de 1911, é trazido a conhecimento público um requerimento dos engenheiros Adolfo Leyret e Mario Teixeira Lopes Guimarães, apresentado ao congresso no dia 12 de setembro do mesmo ano. Segundo o documento, os engenheiros estavam pedindo concessões para a construção da capital. A firma oferecia diversos serviços como: construção dos edifícios públicos; abertura; calçamento e arborização de ruas; construção da estrada de ferro ligando a nova capital ao Rio de Janeiro; fornecimento de luz e força; construção de linha de bonde; linhas de esgoto; abastecimento de água; instalação de linhas telefônicas entre diversas outras coisas. Em troca, pedia o privilégio de 90 anos recebendo lucros da estrada de ferro, abastecimento de luz, esgoto, água etc. Solicitava, também, isenção fiscal de 20 anos, isenção alfandegária sobre a estrada de ferro etc.<sup>52</sup>

A proposta no entanto, representaria a ausência de arrecadações importantes aos cofres brasileiros. Em consequência, o deputado goiano Eduardo Sócrates, em sessão do dia 11 de outubro 1911 leva ao plenário um projeto de lei. O jornal luzianense, no dia 4 de novembro,

---

51 Ed. 47. p, 3.

52 Ed. 61. p., 2.

transcreve o projeto de lei e o discurso , que exaltam as vantagens da transferência da capital além de elogiar os trabalhos da Comissão Cruls. O projeto é uma resposta direta ao requerimento dos engenheiro Leyret e Guimarães, visando assim autorizar o governo a abrir concorrência não só no país, mas também estrangeira, para propostas de construção da capital na zona já definida por Cruls. O objetivo era evitar a maior “soma de sacrifícios para a União, ou antes sem o menos ônus pecuniário para o Tesouro Nacional”.

O projeto do deputado Sócrates, segundo o colunista Jhon Sweet, teria tomado “grande vulto no seio do Congresso e perante toda a Nação”<sup>53</sup>. Segundo o cronista, o projeto teria conseguido importantes apoios, como o de Fonseca Hermes, parlamentar do Rio Grande do Sul, irmão do Marechal presidente do Brasil, o que possibilitou que vencesse a primeira discussão no Congresso. É através de Jhon Sweet que ficamos conhecendo a figura do deputado Eduardo Sócrates, que, ainda em 1911, apresenta diversas emendas para votação de orçamento a fim de trazer vantagens para Goiás. Entre essas emendas, encontrava-se o projeto de expansão da linha telegráfica, que, então, terminava em Corumbá, até Formosa, o que muito ajudaria o município de Santa Luzia. Em 30 de janeiro de 1912, acontecem novas eleições para o legislativo, e a discussão parece ter mais uma vez esfriado. Sabemos contudo que o deputado consegue se reeleger. Entretanto, um novo requerimento,<sup>54</sup> datado de 23 de Julho de 1913, no qual os engenheiros Levrete e Lopes Guimarães rogam “ainda uma vez, o andamento do requerimento” de 1911 demonstra a demora ou desinteresse em se discutir a proposta de projeto.

Aos poucos, vemos o próprio otimismo goiano desaparecer, como no artigo datado de março de 1912<sup>55</sup>. Na coluna *Varietades*, é citada entrevista com o deputado do Distrito Federal Pereira Braga. Na opinião do parlamentar, embora fosse conveniente a mudança da capital para o interior, no Planalto Central, como dispõe o artigo 3º da Constituição, a execução seria sempre difícil, segundo afirma:

“Quem, porem, já visitou o Rio, conhece os seus encantos, as bellezas que a natureza ali creou, não encontradas em nenhum outro ponto do Paiz e as que o engenho humano ali tem formado, descrê da realização desse sonho dos constituintes.”

A discussão vai perdendo força, e aos poucos muda-se o foco. Assim, da interiorização

---

53 Ed. 70. p., 1.

54 Biblioteca Digital. Câmara dos Deputados << <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3039> >>. Visitado em 20/01/2015.

55 Ed. 82. p., 2.

da capital federal, o jornal nesse período passa a atenção ao projeto de mudança da capital estadual que até então se encontrava em Vila Boa. Diversos são os problemas na região que de tão atrasada em seu desenvolvimento, sofre com os questionamentos de Tolentino Savio, este enfatiza a dificuldade de se alterar até mesmo cidade sede da capital goiana. O escritor opina que “a escolha da nova situação, dada a configuração geográfica do território goiano e a falta de comunicações faceis e rápidas”, atrapalharia e muito na escolha de um novo lugar. Embora o texto não se coloque contra transferência- ao contrário é a favor- das duas capitais, a crítica quanto a situação de Goiás, é diferente do discurso que tornava a região excelente espaço natural para a edificação da Capital Federal. Com palavras ásperas Savio prossegue:

“Ora, sem estradas de ferro nem de rodagem, que ponham em comunicação as suas esparsas localidades em curto espaço de tempo; sem vias fluviaes facilmente praticaveis, e só com seus trilhos de carros de bois e de cavalleiros,- como se por o governo em contato preciso com as administrações locaes de seus municípios ?”<sup>56</sup>

Tolentino Savio, termina por sugerir a confluência do Rio das Almas com o Maranhão, um ponto estratégico para na nova capital goiana, capaz de ligar norte e sul tanto pela hidrografia quando por possíveis futuras estradas de ferro.

### **Desfecho**

No começo 1912, a discussão sobre a transferência da capital do país para o Planalto Central dentro de *O Planalto* se esmorecem. Eleições legislativas, a aparente paz após Revolta da Chibata e mesmo o início da Grande Guerra tiram o foco da discussão, a deslocando para âmbito quase que regional. A discussão em si não desaparece seja no congresso ou em argumentações da imprensa, mas como visto, passa por momentos alternados de “aquecimento” e “esfriamento”, sempre relacionado a momentos chaves como foi a Revolta da Chibata. A construção da estrada de Ferro, a chegada de linhas de telégrafo, a chegada de vacinas contra a varíola, para uns são uma esmola de bom tamanho para uma região acostumada ao esquecimento do governo central. Para outros, no entanto, tais medidas apenas instigaram o desejo por mais e mais progresso. Como exemplo temos em abril 1917 o lançamento da revista *A informação Goyana*, de autoria conjunta de Americano do Brasil e Henrique Silva, o último ex integrante da Comissão Cruls. A proposta é inversa ao do jornal pois editada no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de “levar Goiás ao conhecimento do

---

56 Ed., 88. p., 2.

mundo”<sup>57</sup>. Nela a discussão de interiorização da capital volta a ser questionada.

Em uma parte especial do jornal, intitulada Rococós, destinada a publicações de versos literários cujo autor se auto denomina Dr. Pé de Perdiz, temos resumido na poesia, o sentimento do luzianense, do goiano a respeito do desenvolvimento da região, relacionado à interiorização da capital federal:

“ Rococós<sup>58</sup>

Passa um anno, outro anno passa;

sahe um governo, outro vem;

E Goiás, sempre esquecido,

No stato quo se mantem.

O Rio tudo absorve, egoista,

Commercio, vida, opulencia,

E os estados sertanejos,

Vegetam nesta indigencia!

Si cuidam num beneficio,

A cruel politicagem

Se põe logo de permeio

Tomando tudo em pilhagem.

Da capital a mudança,

As vias ferreas goianas

E demais melhoramentos

Têm dado tudo em bananas,

A massa toda empregada

Em commissões de linguixa,

Daria até p'ra fazer

Deste Goiás a Suissa.

Todo mundo enxerga tudo,

Que tem olhos na cariz;

---

<sup>57</sup> ALVES. Rodrigo. Tesouros digitalizados. Revista: A informação Goyana. O Popular. >><http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/tesouros-digitalizados-1.73526> >> Acessado em 24/01/2015.

<sup>58</sup> Ed., 59.p., 3.

Mas é bom ser repetido

Do Dr. Pé de Perdiz.

Mais do que um lamento, é uma evidente crítica ao descuido com que o governo federal vinha tratando a região, centralizando tudo em uma cidade tão perto do mundo e tão distante do próprio Brasil, como o Rio de Janeiro.

## Conclusão

Muitos foram os temas pensados capazes no sentido de identificar a relação entre a transferência da capital para o interior do país e o município de Luziânia. Entretanto, durante a busca por fontes, o recorte temporal foi reduzido devido à pouca disponibilidade de arquivos. Deixo registradas uma mágoa e uma crítica, as forças locais que durante anos governaram um município tão rico em história e cultura, que pouco fizeram em prol da organização na manutenção de sua memória ou história. Tamanho descaso com a própria história reflete também o descaso que a própria província de Goiás sofreu por parte do Governo Central, cuja capital se mantinha na cidade litorânea do Rio de Janeiro.

Como vimos, a ideia de se transferir para o interior a capital do Brasil teve ao longo da história diversos idealizadores, defensores, e projetos. Contudo, tal transferência demandou anos para finalmente acontecer em 1960, com a inauguração de Brasília. Essa nova capital sempre foi carregada de simbolismos e responsabilidades que serviam como norteadores para todo e qualquer projeto de interiorização. Muitas idealizações se baseavam no consenso sobre a desorganização com que era administrado o território nacional. Má distribuição populacional, má administração de territórios interioranos, e a própria ameaça física que sofria uma capital litorânea, foram os argumentos ao longo dos anos.

Em paralelo, temos o surgimento de um território vasto, porém de pouca densidade populacional, e ausência de incentivo ao desenvolvimento, mas com muitos recursos naturais. O sertão brasileiro - mais precisamente a área onde quase sempre se concentraram as ideias de edificação da nova capital - foi uma área que só no início do século XX veio a receber medidas de integração com o restante do território - a construção da Estrada de Ferro de Goiás. Esta parte do Brasil, tão diferente da região litorânea- rotulada muitas vezes como atrasada e carente de “civilização”- sempre demonstrou interesse favorável à transferência da capital para o interior. Para os representantes e locais, a capital seria a salvação para o descaso com o qual era tratada tal parte do território brasileiro, uma oportunidade para o progresso. Para o estado de Goiás, então, representava a possibilidade de, por fim, reagir economicamente a crise do fim da mineração, e enfatizar sua existência enquanto território brasileiro, carregado de cultura e história muito importantes para construção do país.

Dentro deste estado, há um município que carrega nas costas o peso da idade e da memória distante do auge do ouro. Hoje, talvez seja difícil entender como um município tão

antigo quanto Luziânia (Santa Luzia) foi incapaz de ascender a grande cidade, mesmo estando tão perto da capital do país. O interesse desta pesquisa, de início, era averiguar como teria sido a recepção, no município, da ideia da transferência da capital e da edificação de Brasília. É importante compreender, mesmo sendo em um pequeno recorte temporal (1910 - 1916), que a simples discussão de um projeto já previsto em Constituição representava para o povo da cidade, mesmo em um momento em que não existia nenhuma movimentação política concreta, como foi a Missão Cruls em 1892 ou mesmo as comissões Polli Coelho e Pessoa nas décadas de 40 e 50 de interiorização em andamento. Economia, sociedade, cultura, geografia, política, enfim, as expectativas que a possibilidade de interiorização da capital fez aflorar na região. Para tanto, foi importante estudar e tentar entender seu desenvolvimento histórico, a fim de observar aspectos que pudessem, junto com as fontes, nortear-nos em nosso estudo do passado.

Como constante aluno, e agora historiador, fica o prazer de trabalhar um tema não só próximo, como também querido. Por meio desse texto, talvez seja possível a divulgação não só da importância do município de Luziânia (Santa Luzia) para a vinda da capital do país para o interior, como também, sua importância histórica desde o contexto do Brasil Colônia. Fica da minha parte a empolgação de descobrir durante as pesquisas, coisas surpreendentes, fatos históricos quase únicos, e infelizmente, “desleixados” não só por estudiosos do passado, mas pelos moradores, que em sua maioria não parecem se atentar para as potencialidades, de produção de conhecimento ali tão perto deles. Além disso, negligenciam seu dever enquanto moradores, de preservar esse conhecimento acumulado.



### Fonte Primária:

O *Planalto*. De 1910 a 1916. Disponível em >>  
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=720020&PagFis=0&Pesq=> >>  
 Acesso em 12 de Dezembro de 2014.

### Referências Bibliográficas:

- AGUIAR, Maria do Carmo Pinto Arana de, Imprensa: Fonte de estudo para construção e reconstrução da história. Fundação Universidade Federal do Rio Grande. 2010. Disponível em [http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975\\_ARQUIVO\\_artigoimprensaanpuhrs\[1\].pdf](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279234975_ARQUIVO_artigoimprensaanpuhrs[1].pdf). Acessado em: 08 de novembro de 2014
- ALVES, Rodrigo. Tesouros digitalizados. Revista: A informação Goyana. O Popular.<http://www.opopular.com.br/editorias/magazine/tesouros-digitalizados-1.73526> >> Acessado em 24/01/2015.
- AMADO, Janaína. “região, sertão, nação”. Estudos Histórico, Rio de Janeiro, vol.8, n.15, 1995, pp. 145-151.
- BERTRAN, Paulo. História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-histórica do Distrito Federal: do indígena ao colonizador/ Paulo Bertran. Brasília: Solo, 1994.
- Câmara dos Deputados. Biblioteca Digital <<  
<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/3039>>> Visitado em 20 de Janeiro de 2015.
- CARVALHO, Austricliano de. Brasil Colonia e Brasil Império. Tomo I Brasil- Colonia. Rio de Janeiro. Typog. Do Jornal do Commercio, 1927.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa na história do Brasil/ Maria Helena Rolim Capelato- São Paulo: Contexto/ EDUSP, 2º edição: 1994.
- CHIARELI, Clarice Pavan: A IMPRENSA COMO FONTE HISTÓRICA PARA O ESTUDO DA ESCOLA NA PRIMEIRA REPÚBLICA. Universidade Metodista de Piracicaba. >>[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada7/\\_GT1%20PDF/A%20IMPRENSA%20COMO%20FONTE%20HIST%20RICA%20PARA%20O%20ESTUDO%20DA%20ESCOLA%20NA.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT1%20PDF/A%20IMPRENSA%20COMO%20FONTE%20HIST%20RICA%20PARA%20O%20ESTUDO%20DA%20ESCOLA%20NA.pdf). Acessado em: 07 de novembro de 2014.
- COSTA, Kelerson S. Meiaponte: história e meio ambiente em Goiás. Brasília: Paralelo 15, 2013.
- Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia/ Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.)- Rio de Janeiro: Elsevier, 1997- 19º Reimpressão.
- FAUSTO, Boris, 1930. História Concisa do Brasil/ Boris Fausto,- 2.ed- São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2006.
- FUNES, Eurípedes Antônio. Goiás 1800- 1850; um período de transição da mineração à agropecuária. Goiânia, Ed. Da Universidade Federal de Goiás, 1986.
- MAIA, João Marcelo Ehlert Maia. Estado, território e imaginação espacial. O caso da Fundação Brasil Central/ João Marcelo Ehlert Maia- Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico do quilombo da África. Revista *USP*, n° 28: 56-63, São Paulo, dez./fev. de 1995/1996.

- Notícia Geral da Capitania de Goiás em 1783/ Paulo Bertran( Org., Ed.)- Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996.
- NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do repertório português. IN: CATANI, Denice B.; BASTOS, M. Helena C. (orgs.). Educação e em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação, São Paulo: Escrituras, 2002, p. 11 – 31.
- OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles Oliveira. Repercussões da revolução: delineamento do império do Brasil, 1808/ 1831. Brasil Imperial. Volume I: 1808-1831/ Organização: GRINBERG, Keila. SALLES, Ricardo. 2º ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PALACÍN, Luis. História de Goiás em Documentos: I. Colônia/ Luis Palacín, Ledonias Franco Garcia, Janaína Amado Goiânia: Editora da UFG, 1995.
- Relatório dos governos da província de Goyaz de 1875-1879: relatórios políticos, administrativos, econômicos, religiosos etc. / Sociedade Goiana de Cultura, Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central, Centro de Cultura Goiana.- Goiânia: Ed UCG, 1999.
- ROLAND, Maria Inês. A revolta da Chibata: (Rio de Janeiro, 1910). Editora Saraiva. 2000. p, 12- 30.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de 1779-1853. Viagem à província de Goiás; tradução de Regina Regis Junqueira; apresentação de Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1975.
- SALGADO, Plínio. História do Brasil. Volume II. Editora F.T.D. S.A. São Paulo, 1970.
- SALLES, Gilka Vasconcelos Ferreira de . Economia e escravidão na Capitania de Goiás, Goiânia: CEGRAF/UFG, 1992.
- SAUTCHUCK, Jaime. Cruls: histórias e andanças do cientista que inspirou JK a fazer Brasília/ Jaime Sautchuck, – São Paulo: Geração Editorial, 2014.
- SILVA, M. J. *Quilombos do Brasil Central: Violência e Resistência Escrava 1719-1888*. Goiânia: Kelps, 2003.
- SOUTHEY, Robert. História do Brasil/ Robert Southey; traduzida do inglês pelo Dr Luís Joaquim de Oliveira e Castro.- Brasília: Senado Federal, conselho Editorial, 2010. 3v. (620 p.; 562 p.; 722 p.) Edições do Senado Federal, v. 133- A)
- SOUTO MAIOR, Armando. História do Brasil para o ensino de 2º e vestibulares. Décima edição. São Paulo, 1974. Editora: São Paulo Editora S.A.
- Veredas de Brasília: as expedições geográficas em busca de um sonho/ Nelson de Castro Senra ( organizador) Nisia Trindade Lima... [ et al]. - Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010.
- VIDAL, Laurent. De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX – XXX) / Laurent Vidal; tradução, Florence Marie Dravet.- Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945- 1964). Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2008.



# O PLANALTO

DIRECTORES: Plácido de Paiva e Evangelino Meirelles

ESTADO DE GOYAZ—BRAZIL

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

ANNO I

Santa Luzia, 6 de Agosto de 1910

NUM. 1

## "O Planalto"

ENTRADA

Vencendo as mais serias e estafantes dificuldades, rompendo os mais altos e complicados embaraços, arrostando severos espectros agourentos de mau éxito, mas sempre de physionomia alegre e prazerosa, sempre cheios de consolo e de confiança inmutos a quem possui o sentimento do Bem e procura pô-lo em via de aproveitamento commum, eis-nos no glorioso mundo da Imprensa, esse rutilante cherubim de candidas roupinhas que, em vãos triumphaes, por toda a superficie do nosso planeta, derrama com amor e liberalidade a sciencia, a vida, a riqueza, o progresso, enfim, tudo o mais de que é encarnada a humanidade para bem encaminhar-se na senda tortuosa e escarpada da vida terrena.

Ao entrarmos, pois, nesse mundo superior, seja-nos licito traçar o nosso caminho, mas sincero e franco, programna de acção, a linha pela qual livremo-nos de nos conduzir.

O *Planalto*, que tem a gloria de ser o primeiro jornal que aqui se publica, é criação e propriedade exclusiva de seus directores e veio a lume para trabalhar quanto em si couber, especialmente em prol dos interesses deste grande e populoso município, fazendo conhecidas as largas fontes de sua riqueza natural, desenvolvendo a sua industria, animando o commercio, a lavoura, tratando de sua parte geographica, de seus limites, meios de communicacão e de tudo o mais que for conducente à grandeza que lhe está reservada em futuro breve; e, geralmente, em favor de todo o Estado de Goyaz, esse corpulento e modesto rajá que dorme o pesado somno do esquecimento engastado no immenso thorax do Brazil, chamando para elle a attenção dos governos e de quem quer mais que lhe possa vivificar com o sopro fortificante e salutar do progresso e da civilisacão.

Alem destes dois respeitaveis compromissos, O *Planalto* estará sem-

pre á disposicão dos cultores das bellas lettras, pondo-se, ao mesmo tempo, ao lado de qualquer causa desde que ella vise o bem estar do povo, e as suas columnas receberão com prazer o pensamento de qualquer leitor, comtanto porém, que esse pensamento não affecte a Religião e a Moral e nem se desvie das normas que devem caracterisar um jornal proveitoso e bom.

O *Planalto* é um semanario independente, mas isto não o inhiibe de pôr os seus leitores no facto da politica, tanto estadual como federal. Elle sempre terá palmas para bater a um governo previdente e constitucional, assim como estará com o povo quando este o chamar em defesa de seus direitos e liberdades que por ventura estejam sendo espezinhadados pelos mais fortes.

Quem nos suppor um organ de tricas locais ou regionaes, um offensor gratuito deste ou daquella cidade, um sectario apaixonado enfim, engana-se vergonhosamente, porque a nossa orbita passa muito acima dessas miserias e fraquezas que só podem trazer o aviltamento e a mais desastrosa morte moral.

Defineado deste modo o nosso escasso programna, finalisamos o presente prologo na expectativa de que o publico, não levando em conta a nossa incompetencia, nos favoreça, nos preste o seu valioso apoio, dando-nos assim a seiva preciosa e vital que nos aprestará para a batalha altruistica e sacrosanta da imprensa honesta e bem intencionada.

\*\*\* O prelo que pedimos de São Paulo não veio de accordo com a medida que mandamos, pelo que O *Planalto* saiu menor do que desejavamos; entretanto, esperamos poder augmental-o de formato brevemente. Enquanto não realisarmos este melhoramento, elle terá tantas paginas quantas se fizerem necessarias para as materias destinadas á publicidade.

Foi eleito presidente do Estado do Rio de Janeiro, dr. Oliveira Botelho, candidato do partido nilista, tendo sido derrotado o candidato backerista, dr. Edwiges de Queiroz.

## CARTAS DE ARAGUARY

I

Acquiescendo prazerosamente ao captivante appello que dirige-me o meu distincto collega e amigo Evangelino Meirelles, o invicto e fecundo jornalista das plagas goyazas, que tão brillantemente se tem distinguido nas gloriosas pugnas da nossa imprensa sertaniza, aprez-me encetar, deste recanto mineiro, uma serie de ligeiras missivas, para registro dos acontecimentos mais notaveis que aqui ocorrerem, os quizes serão acompanhados das considerações que foram dictadas pelo espirito calmo e reflectido de quem, como eu, sabe render o peso devido á Justiça e á Verdade, e se interessa vivamente pelo engrandecimento moral e materal da patria.

Desde o saudoso e ineluctavel tempo em que nesta cidade se publicou o jornal que redigi, de collaboração com alguns amigos, a *Cidade de Araguay*, que contaldi para com o Evangelino uma dessas dividas de gratidão que jamais se borra. Durante aquelle periodo de faticosos labores para nullo, tive o sempre ao meu lado, nessa santa cruzada do Bem, prestado por elle, alem do poderoso contingente de sua muscula e viril intelligencia e da sua inquebrantavel oporiedade, favores outros, tão relevantes, que nunca pagaria licito. Por essa occasião o incensavel moço, que vivia então privado de um organ de publicacão em sua terra natal, onde dar expansão a sua actividade e ao seu amor de lettras, publicou na *Cidade de Araguay* innumeráveis artigos sobre diversos assumptos e fulgurantes produções litterarias que ali ficam para sempre, como uma testemunha inconfessada da sua capacidade intellectual e da sua enfloradura moral.

Assim, pois, não é por mera dilettantismo, mas por uma obrigacão, a que não posso esquivar-me, que me venho alistar no numero dos que vão mouregar nas columnas do *O Planalto*, que, em um certo, apparecendo sob tão bellas auspícios, será um baluarte inexpugnavel para a defesa dos interesses desse prospero Estado, cujo povo desperta agora do seu antigo indifferencismo, embalado pelas mais fagueiras esperanças, ao desponer de uma nova era de engrandecimento, para o seu Estado natal, que está fadado a um futuro invejavel, graças a os poderosos elementos de vitalidade que em breve irão sevar-lhe a animação commercial e, com esta, a opulencia e a prosperidade.

E o surgimento do *O Planalto* coincide justamente com o advento de um periodo em que os prodromos de um grande acontecimento vêm despertar no coração goyazense a acalentada esperanca de melhores dias, já se apparellhando os meios de serem aproveitadas as inexauríveis e inexploradas fontes de riquezas que possui o vasto territorio goyazense, e já se congregando em torno desses elementos os esforços dos seus ilustres representantes no Congresso Federal.

# O PLANALTO

ESTADO DE GOYAZ—BRAZIL

DIRECTORES: Plácido de Paiva e Evangelino Meirelles

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

ANNO I

Santa Luzia, 13 de Agosto de 1910

NUM. 2

## Ouro!

No seio immenso do vasto territorio deste município, nas mudas entranhas desta terra abençoada, como que rugindo-se ao barulhento trafego humano, como que esquivando-se de adornar arminhos collos, jazem, numa quietude egoista e vária, riquezas fabulosamente grandes...

Esta terra, que melhor denominar-se-ia Terra Aurea, em vista da profusão de ouro por ella guardado, até hoje, não teve uma exploração symétrica que puzesse a claro a sua alta importancia mineralogica. Volvida refinadamente pela alavanca inexperiente dos bandeirantes, ella ainda conserva quasi todo o cabedal com que lhe fadon a proba natureza.

Uma companhia que dispuzesse de capital sufficiente e que se propuzesse a explorar scientificamente as exuberantes minas auríferas existentes neste município, não perderia, de modo algum, o seu tempo e o seu dinheiro; ao contrario, tornar-se-ia rica e poderosa: assim nos diz a mais funda e inabalavel convicção.

Temos, além de outras de somenos importancia, as minas do Descoberto, do rio Vermelho e do Palmital: as do Descoberto, enquanto davam o precioso metal, as arrobas por cada apuração, foram aproveitadas pelos antigos mineiros; mas logo que passaram a dar libras, elles acharam que era perder tempo e as abandonaram; as do rio Vermelho, que são as que circumdam esta cidade, até hoje são visitadas pela careomida bates dos poucos mineiros que ainda existem, os quaes só o fazem quando se vêm a braços com insuperáveis difficuldades pecuniarias; e, finalmente, as do Palmital, que demoram a uma legua daqui, e que a nosso ver são as mais interessantes, por fornecerem melhor e mais grosso ouro, conservam-se em estado de rude e lamentavel abandono.

Existe nesta cidade um velho criollo, muito dado a bebidas, que quando se encontra em apuros, enbora na cabeça a sua batea, cor-

re no Palmital, alli trabalha uma ou duas horas lavando a arcia corredia, e volta todo ancho por trazer no bolso a oitava para o regado da semana!

O illustrado engenheiro francez, mr. Gabriel Lamancier, que pretende brevemente entrar para Goyaz com o fim de explorar as suasafumadas jazidas de ouro e outros mineraes, tudo teria a ganhar si chegasse até Santa Luzia; deste modo seria cabalmente confirmado o que vimos de dizer.

As condições hydrographicas em que se acham as minas referidas, permitem a maior facilidade nos serviços de exploração, desde que hajaapparelhos proprios para a mobilisação da agua dos trez ribeirões que as banham.

A exiguidade do espaço de que dispomos, não nos deixa fazer de uma vez largas considerações sobre este importante assumpto, mas em numeros subsequentes do nosso periodico, iremos esclarecendo com mais particularidade, acerca de tanta riqueza aproveitavel que preguiçosamente dorme envolta neste solo magestoso e bello, por falta de uma iniciativa intelligente e efficaz.

Em outubro proximo futuro, partirá para o Rio o sr. dr. Urbano de Gouveia. Consta que a sua viagem prende-se a capitales interesses do nosso Estado.

### Francisco Caraciolo

A morte, na sua horripilante fama de ceifar vidas preciosas, acaba de fazer baixar ao tumulo na vizinha cidade de Formosa, a pessoa util e prestante do nosso carissimo amigo Francisco Caraciolo. *O Planalto* ajoelha-se cheio de lagrimas ante a memoria innoculada do illustre e saudoso morto e leva fundos pesares aos majores Paulino Lobo, José Theodolino, Othilio Rocha e a todos os seus demais parentes.

Segundo diz a nossa illustrada collega *Gazeta de Catalão*, ainda este anno vai ser inaugurada a estação da Estrada de Ferro de Goyaz que ficará aquem do Paranahyba.

### CARTA ABERTA

(Concluão)

Todos os que desejam ardentemente o engrandecimento e a prosperidade do Coração do Brazil devem imprimir em seu fulgurante labaro este sacrosanto lema: Deus! Patria! Liberdade!

É esta a abençoada trindade que pode fazer a felicidade deste estado, inspirando no goiano ideias luminosas e indicando-lhe a trilha florida do progresso e da gloria—sua so e ardente aspiração:

Evangelino, louvo tua brilhante ideia, apresento-te meus prolfacos pela celebração da mesma. É digna dos mais calorosos elogios, porque mostras de certa maneira que comprehendeste o véro sentido do magna nimo trio acima referido, e que nos foi deixado pelo memoravel estadista. Comprehendeste que só a instrução poderia eschecar os espiritos, explicando-lhes o sentido do abscasso d'aquellas douradas palavras; e por isso, lutando com serias difficuldades, resolveste dar á luz este modesto pero colico—um paladino da boa causa—Pedito minha humilde collaboração. Recusar-ta seria faltar a um dos preceitos da analise. Porém, que ideias poderá ter um pobre caloso sertanejo? Sõmente banalidades. Isto é que eu queria te fazer ver—mostrar-te minha falta de competencia. Pedias escolher, para abrilhantar as columnas do *Planalto*, um outro collaborador, nesta cidade, tendo illimitado alcance intellectual e uma exposição brilhante de pensamentos. Mas, não quizesse assim: fotebater á porta de um pobre estudante, uamente obscuro e falta dos requisitos necessarios, uma penna desastrada e sem experiencia...

Confundido por tanta consideração, confesso-me deveras, reconhecido e, provando minha gratidão, procurarei mandar para *O Planalto* minhas ensossas exposições de ideias, as quaes eu me esforçarei para expressar do melhor meio que estiver a meu curto alcance.

Leitores Amigos: Quando lerdes no *Planalto* as fracas linhas deste valôiro, não vos des pensar que foram escriptas *au gré du vent*, não; minhas ideias, ainda que sossas, são dictadas pelo verdadeiro sentimento que me enche o peito. Bater-me-ei sempre e sempre por meu berço natal: vel-o progredindo é meu febril desejo. Esta é a calorosa aspiração deste pequeno goiano; é a causa que elle sempre defenderá. Sou inda um *fedelho* que nada pôde, mas que concorrerá, com suas diminutas forças, com o que estiver a seu alcance, para o beneficio de sua terra natal. Mas, meu caro Evangelino, vou-me tornando prolixo e é tempo de terminar.

De teu affectuoso amigo,

A. A. DO BRAZIL.

Bomfim—24—7—1910.



Santa Luzia de Goyaz -- Vista do centro da cidade, onde se vê a matrix.

# SANTA LUZIA

Descrição historica, politica e geographica por Joseph de Mello Aivares

ANTONIO BUENO DE AZEVEDO, em por- que considerasse, que as minas aurife- ras de S. Antonio de Paraquari, onde se a- chava estabelecido, não produziam as ri- quezas por elle vistas em seus outros dois ramos e romancesos; em parcos; quizesse proseguir nos trabalhos de exploração que seu pae, o capitão-mór Francisco Corrêa de Lima e outros tinham começado em 1733, no meo de agosto de 1746; for- mou naquellas minas uma grande bandeira da patrioia, amigos e escravos seus e del- les, e collocando-se á frente della, marchou ao rumo occidental, e atravessando a serra de Lourenço (distante) o rio S. Marcos, as vastas campinas, largos buriticaes, e me- dinhos tremolares, que demoram aquem daquelle rio, e o ribeirão Arrepêditos, a 24 fez alto á margem de um outro rio a que, em honra do Santo (da) deu o nome de S. Bartholomeu.

Conhecendo, pela exploração, a que procedeu, que o territorio por elle pisado era rico de ouro, e que o de além do al- da mais rico era; que de muitos eram fes- teira e os campos cobertos de uberrima pas- tagem e considerando que estava, em uma paragem inteiramente erma, somente co- nhecida pelas tribos indigenas que, alar- macas conservavam-se em respeitosa dis- tancia; resolveu-se a fundar uma fazenda de lavoura que, no presente, lhe desse os meios de subsistencia nos trabalhos de

mineração que ia encetar no futuro, prestasse recursos aos viajantes da estrada que o governador da capitania de Minas Gerais preteha abrir para Goyaz.

Erecta uma elevada cruz em tumba de farçada collina que proxima ficava, levanta- do o arranchamento e roteado o terreno destinado á seara, á margem de um riacho que deu a denominação de Riacho Frio, feita a plantação em setembro e cultivada em novembro, Bueno, achando-se restabe- lecido de uma febre intermitente que o havia atacado e deixando no seu estabelecimento uma guarnição commandada por Domingos Alves Ferreira, para defendê-lo das aggressões dos indios que ferozmente manifestavam despejos, de reivindi- ção do dominio das suas terras e dos seus la- ras, partiu para o rumo opposto a 11 de dezembro e chegando a 13 de janeiro de um lindo riacho, mandou lavar a nascente de areia corrida, cuja vista lhe agradou, e tamanha foi a quantidade de ouro que levi- thou ante os seus olhos avidos e ambicio- sos que, por momentos, descairon-se-lhe a razão intelligente e esclarecida.

Duvidando do que viu e apalpon, mandou Bueno repetir a operação uma e mil- tas vezes, e tanto ouro em granitos e pa- lhetas cobriu o fundo da espacosa bacia, que o illustre paulista, grato e reconhecido baixando os joelhos á terra e elevando as mãos ao céo, agradeceu, commovido, a

# Reconhecimento

...gracia que Deus houve por bem fazer a elle, a seus companheiros e a suas familias, e invocando a Santa Luzia, essa heroína do christianismo que privou-se dos olhos do corpo para melhor gosar dos olhos do espirito, supplicou-lhe para que, em honra do dia em que é commemorada, accettasse o padroado da povoação que elle ia fundar sob o auspicio de seu nome.

No dia seguinte, Bueno, apesar de dor- mir pouco e achar-se constantemente en- volto em sonhos que, ora davam ás suas esperanças como plenamente satisfeitas, e ora como inteiramente illudidas, despe- to-se quando raiaram os primeiros clarões, da aurora, e tratando de construir uma cruz de magestosa restaura, em acto suc- cessivo, levou-a em procissão para uma eminencia que vizinha estava das suas tendas, ali a arvorou, ao som de um hym- no em que pedia a Deus a graça necessaria para que o producto das minas que elle ia explorar, e todas as perçoes que tivessem de habitar o povoado que pretendia fundar só servissem para glorificar o seu Santo No- me.

(Continua.)

— Esta obra já foi publicada, em parte, no ESTADO DE GOYAZ, Journal que existia na capital, sob o titulo de MONOGRAPHIA DO MU- NICIPIO DE S. LUZIA; agora, porém, a re- produzimos depois de correctas e augmenta- da pelo seu illustre e talentoso auctor. — N. DA R.



# O PLANALTO

DIRECTORES: Plácido de Paiva e Evangelino Meirelles

SEMANARIO INDEPENDENTE

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

ANNO I

Assinatura—8\$  
Toma-se só  
anualmente.

S. Luzia, 10 de Dezembro de 1910  
ESTADO DE GOYAZ

A REDACÇÃO  
não se responsabilisa  
pelas idéas dos  
colaboradores.

NUM. 19

## A REVOLTA

O facto que se desenrolou na bahia de Guanabara, ás 11 horas da noite de 22 do transacto e que já está bastante divulgado pelos jornaes, consternou profundamente o coração brasileiro, não só porque delle resultou a morte de muitas pessoas, entre as quaes a do illustre Baptista das Neves, commandante do *Minas Geraes*, como tambem por ter sido um desrespeito ao governo da Republica.

Quem diria que essa poderosa machina de guerra que tantos suores nos custou e que ha poucos dias em recebida com tamanhas demonstrações de regosio pelo povo brasileiro, movida ao mando despotico de marujos assassinos, vomitando pela primeira vez fogo mortifero, fosse o seu vomito lançado contra a capital desse mesmo povo que deu-lhe a existencia? Triste realidade!

E o que mais nos dóe é o Congresso Nacional, que diz representar o povo, estar cuidando de amnistia para os cruéis revoltosos, sendo que a nação inteira condemna-os, execra o seu nefando procedimento. Si assim acontecer, si a amnistia tiver logar e os assassinos passarem incolmes, pôde-se contar como certo que o facto terá breve reproducção que, mais bem combinada, poderá nos pesar muito.

A Republica Brasileira, na sua infancia, foi convulsionada por nma revolta provocada pela armada infiel que muitos males nos causou, privando-nos de vidas altamente preciosas e desorganizando extremamente as nossas finanças; agora repete-se, sem capital importancia, mas grandemente insultuoso ao governo e ao povo, um movimento congenero.

Floriano, o timoneiro superior que então dirigia o barco governamental, suffocada a revolta, achou que o governo da Republica não devia continuar com séde no Rio de Janeiro, por estar esta capital exposta aos assaltos do mar, e dando cumprimento a um dispositivo da nossa Constituição, iniciou os trabalhos afim

de ser mudada a Capital da União para o centro do Brazil, trabalhos que, depois de muito aleantados, foram suspensos, por falta de meios pecuniarios.

Agora que o Brazil se acha em excellentes condições financeiras e que esta sendo governado por um soldado, como o era Floriano, não poderia levar a effeito essa elevada medida de segurança estatuida na sua Cartilha Nacional? Oh! muito!

Cesse-se com os banquetes dispendiosos e fattsos; suspenda-se a encomenda de navios de preços fabulosos; corte-se a basofia sustentada no estrangeiro sem proveito algum; vote-se com zelo e pausa os orçamentos; e cumpra-se, enfim, a lei, transferindo a Capital da Republica para o Planalto Central do Brazil, assente no encantador Estado de Goyaz, e o socego será absoluto, podendo o governo agir em prol da grandeza patria sem preoccupar-se com as hiantes bocas dos leões de aço que povoam a tantas vezes cantada Guanabara.

## Dsr. Emilio Povoá

De regresso do Rio de Janeiro, onde fora a tratamento de sua saúde, já se achia na capital do Estado desde o dia 22 do passado o nosso verdadeiro e prestimoso amigo, desembargador Emilio Francisco Povoá, profundo juriscônsulto, brilhante jornalista e um dos cultos que mais se têm distinguido na politica actual do nosso Estado. Juiz de direito por longos annos da comarca de Formosa de que então fazia parte esta, soube o desembargador Emilio sempre manter-se na altura de um magistrado recto, verdadeiro sustentáculo da Justiça; e como amigo pessoal, sempre primou pela lealdade e pela lhanesa de seu trato fidalgo e insinuante, conquistando por tudo isto, entre nós, tantos titulos de beneferencia, que seria impossivel descrever-os nas raias estreitas de nma noticia de jornal.

O *Planalto*, cujos directores devem-lhe innumerous favores, apresentando boas vindas, congratula-se com a exc. pelo lisonjeiro estado de saúde que conseguiu do feliz tratamento a que se submetten na capital da Republica.

As lettras mundtaes acham-se cobertas de crépe com a morte do emittente escriptor russo, conde Leão Tolstoi, occorrida em Astapowo no dia 20 do mez proximo passado.

## Idéas e Commentos

Está concluida a pequena picada e tomada a recta da linha telegraphica que brevemente ligará esta cidade de Corumbá á de Jaraguá, ponto extremo da linha actualmente.

Por esse lado, sob o ponto de vista de communicação telegraphica estará brevemente resolvido o problema para algumas cidades goyanas.

E tempo de se cuidar de outro assumpto de vital interesse: a facilidade de transporte.

E o meio mais ao alcance de nossas forças, mais compativel com o nosso meio e com os recursos de que podemos dispor, é, incontestavelmente, o automovel. Ha uma circumstancia que prova a excellencia d'esse meio de transporte: é a sua diffusa applicação e o progresso do seu emprego na Europa e na America do Norte.

Os automoveis, autocarros, motocicletas, eis a ultima palavra em materia de locomoção, eis o meio mais pratico de transporte e o mais conveniente ás industrias e ao commercio.

Não é só para o commercio e para meio de transporte que o automovel val sendo applicado: já usamo-no os exercitos e a policia.

Nos Estados Unidos o numero d'essas machinas augmentou de 6,000 a 30,000 em 8 annos.

Na Inglaterra é espantoso o progresso deste carro de propulsão mechanica em substituição ao emprego da tracção animal. Na Alemanha e na França em 7 annos quintuplicou-se o numero dos automoveis.

Nesta ultima, ainda agora, por occasião da grande greve dos empregados das Estradas de Ferro, foi graças ao enorme desenvolvimento do automobilismo que Paris se abasteceu dos alimentos, de que a população parisiense carecia, e que ha vêm diariamente de todos os paizes da Europa. Sem o automovel, sem a facilidade de transporte, que esse substituto do trem de ferro offerce, Paris soffreria privação de muitos generos indispensaveis á sua vida.

Qual a razão d'esse progresso? E que o automovel é nma machina muito possante e rapida, que vence um grande numero de kilometros em um dia, e cujos novos aperfeicoamentos a tornam muito economica, ficando assim mais barato o transporte, mais rapido e mais facil.

O automovel deve ser o ideal de todos nós pelas vantagens que apresenta em todos os casos sobre a via ferrea.

Cumprre, portanto, que os municipios desta zona, da zona de que este jornal, em razão do nome por elle adoptado, tornou-se o defensor, cumpra que os municipios do Planalto Central se colliguem, afim de melhor resolverem o problema.

Porque não convocam um congresso, ao qual cada municipalidade interessada envie o seu representante, e onde em acção conjuncta, se estabeleça a maneira de satisfazer



O pessoal tecnico da estrada vai ser augmentado criando-se mais os logares de engenheiros chefes da construcção, de exploração etc.

Actualmente estão sendo tomadas as providencias no sentido de serem incrementados os serviços de construcção do prolongamento tendo ido para o local turmas de operarios barbadenses.

Os trabalhos do prolongamento serão atacados em diversos pontos do traçado, desde que seja estabelecido o serviço de navegação do rio, alem do Itaboca, até Marabá.

Agora neste mez de janeiro, será inaugurada a navegação do Tocantins, desde Araguaya, até Marabá, nas visinhanças da confluencia dos caudalosos Tocantins e Araguaya.

Ariparý, ponto inicial dessa navegação, é servido por um ramal da estrada de ferro de Alcobaça, que tem uma extensão de tres kilometros. Na navegação desse trecho serão empregadas tres grandes e possantes lanchas de aço doce, do fabricante Tarncraft, sendo que duas já estão no local e a terceira deve estar ainda no porto de Belem.

Neste mez de janeiro ainda será estabelecido o serviço de navegação do rio Araguaya, no longo trecho comprehendido entre Santa Maria e Leopoldina, onde se veem os restos de um pequeno arsenal alli montado em outros tempos, pelo saudoso general Couto de Magalhães, e que fica a cerca de 30 leguas da capital goyana.

Logo depois será inaugurado o serviço de navegação do rio Tocantins, no seu alto curso, por systema mixto, isto é, a lanchas a vapor, e a barcos de remo.

A companhia Estrada de Ferro do Norte do Brazil, concessionaria da estrada de Alcobaça á Praia da Rainha e da navegação dos rios Tocantins, Araguaya e respectivos afluentes, vai montar um pequeno estaleiro e officinas de concertos, em Leopoldina.

Corumbá, 9 de Janeiro de 1911.

J.

No dia 29 do passado o syndicato A. B. Leach & C. apresentou á Camara Federal um requerimento pedindo privilegio para a construcção de uma estrada de ferro que da capital da União vá se ter ao planalto central de Goyaz.

## POUSO DE FOLLA

Chora a viola na fazenda alegre  
E a toca flauta de taquara chora,  
Feliz de quem alli poder nessa hora  
O canto ouvir á sua seisma entregue.

São estylo, porem lindas, bellas,  
Todas meigas que o matuto crente  
A-branca pomba—com fervor ardente  
Contrico entoa em phrases muisin-  
[gelas.

A noite é fria, a matutada em torno  
De uma fogueira, espera o folião  
Pra começar um bom catina inornu.

E' velha a noite e lá no entanto estão  
Sambando ainda... Da crescente  
[um corno  
Soberbo surge alegre num clarão.

17—Abril—1910.

XERENTE ÔASSI.

Corumbá.

O nosso illustre collega de Uberaba, *Correio Catholico*, censura-nos por haver-mos dormitado no dia 19 de dezembro, quando publicamos a noticia 'Fundações Catholicas'. Fomos elle de erros typographicos. Fomos verificar e encontramos um s em logar de um o, na palavra 'canonisação', o que é natural porque quem em tender da arte sabe que os compartimentos destas duas letras são unidos. Até aqui pedimos desculpas; o mais corre por conta do *Almanack do Rio Grande do Sul* para 1911, pagina 135, de onde, em boa fé e sem procurarmos a fonte para verificação, extractamos aquella curiosidade.

Agora vamos cá: um *lebré* como *O Planalto*, que ainda se acha em uso da *Mafrearia*, errar typographicamente ou não, é naturalissimo; mas um respeitavel *avido* como é o nosso censor, deixar sair na primeira pagina, no artigo de fundo, no fim da 1ª columna e principio da 2ª, um erro como este: *quando foram prezas, afim pair, após proclade serem expulsas do unção da Republica, se apresentarem etc.* é lamentavel! Vejamos á sua edição de 19, do corrente, a mesma que traz a censura.

Quem tem telhado de vidro...

Do illustre goyano e competente financeiro, dr. Leopoldo de Bulhões, recebemos uma elegante brochura contendo a introdução do relatório apresentado por s. exc.ª, ao ex-presidente da Republica, dr. Nilo Peçanha, cuja leitura nos veio attestar ainda mais quão acertada, quão util e proveitosa para a Nação foi a administração daquelle insigne estadista, em tão feliz hora convidado para gerir pela segunda vez a mais importante pasta do governo da União.

O dr. Bulhões, homem fadado para negocios financeiros, não podia, de forma alguma, errar como querem alguns despeitados, e de sua criteriosa gestão tivemos agora a prova mais irrefragavel com o estudo que fizemos do movimento financeiro durante o ultimo periodo desse ramo da administração nacional, em que foi ministro esse nosso eminente patriota, orgulho dos goyanos que encamam as coisas com isenção de espirito.

## Da Capital de Goyaz

Boas festas aos illustres redactores d' *O Planalto* pela entrada do novo anno de 1911, aos quaes ardentemente desejo todos as felicidades pessoais e para o denodado compeño do progresso da nossa santa terra, desejo uma vida immorredoura, sempre progressiva, tendo sempre o mesmo programma, que é o de trabalhar para o desenvolvimento e grandeza do territorio, desse Eden que se chama Planalto Central, logar não só fadado pela natureza, como tambem delineado pela nossa carta basica para ser em não remoto futuro a capital desta grande nação que se chama Republica dos Estados Unidos do Brazil. Assim como a laa influe em certos seres animaes e vegetaes, assim tambem esperamos a benefica influencia do anno novo no animo de nossos homens estadistas, de modo a agil-os a um sentimento patriotico, deixando de lado as questões de aldeia e pessoas, para volverem as suas vistas para essa primordial idéa da mudança da Capital Federal, hoje mais que nunca tão necessaria para o resguardo e segurança do governo federal.

O governo, o chefe do estado não pode estar á mercê da caudil'agem, dos golpes imprevistos dos maus brasileiros, que, para satisfazerem a uma ambição desregrada, não trépídram em ensopar de sangue innocente a terra que lhe serviu de berço, para chegarem ao criminoso fim.

O anno que findou-se não foi de todo improficuo para nós, pois temos a registrar importantes melhoramentos que são a base de nosso progresso. O proseguimento da E. de Ferro de Goyaz, já prestes a transpor as raiz do Estado; a inauguração de duas estações telegraphicas em duas importantes cidades —; a instalação de uma Escola de Aprendizizes artifices —; a criação de uma Inspectoria agricola; uma de Catechese; — o apparecimento de tres importantes orgãos da imprensa: « *O Planalto* », « *A Gazeta de Catalão* » e « *A Semana* » —; tudo isso vem attestar que no espaço de um anno, quando os governos e o povo querem, muito se faz e felizmente para felicidade nossa os governos de hoje muito trabalharam.

Que o anno novo seja mais lisongeiro para as finanças do nosso Estado afim de que elle possa satisfazer a certas e ingentes necessidades, entre as quaes sobrosae a da con-

ra isso, como já foi referido, a secca rigorosa que domina actualmente grande parte do Brazil.

Ha factos que embora tardiamente realizados não deixam contudo de ter a admiração e applausos do povo, — qual o da inauguração da estatua de D. Pedro II nesta cidade. Ao acto, que teve lugar a 5 do corrente, compareceram as autoridades superiores da Republica, a commissão dos illustres brazileiros que promoveram a aquisição do monumento e a bella sociedade petropolitana.

Teve parte saliente na justa homenagem o eminente brasileiro, sr. Conde de Affonso Celso, um dos maiores adoradores do regimen decahido. S. exc.<sup>a</sup> por occasião do acto inaugural, com a facilidade que lhe é sempre habitual e seu invejavel talento, vibrou eloquentissimo discurso.

O monumento toscamente feito não é dos mais perfeitos. O que é mais notavel é a sua simplicidade e modestia excessiva.

A festa foi ainda abrihantada com a presença de um batalhão do exercito que fez a guarda de honra, prestando as continencias do estylo. Está portanto alcançado o desideratum para o qual trabalhou longo tempo um grupo de patriotas dedicados.

Petropolis, 13 — 2 — 1911.

OLDINO.

A 4 do presente deixou-nos com destino a Corumbá, onde mora, o nosso presadissimo amigo, Olympio O. lino de Oliveira, que aqui esteve por algum tempo em exercicio de sua profissão de dentista. O illustre moço deixa nesta cidade innumeros amigos, cujas sympathias elle soube captar com as suas maneiras attentiosas e com o seu genio expansivo e prestimoso. Que tenha feito optima viagem, são nossos desejos.

## FOI POR TI

(Para Myriem)

Foi por ti, mimosa flor,  
Linda flor de meus amores,  
Onda linda, que mil flores  
Recolhi de nosso amor.

OCEANAM E FELICIO.

Quando a esarpada ladeira  
Subi, com tão negra dor,  
Do amor, que é bem feiteira,  
• Foi por ti, mimosa flor •.

Foi por ti, virgem amada,  
Que soffri tão negras dores,  
Quando fui por essa estrada,  
• Linda flor de meus amores •.

Foi por ti, anjo querido,  
• Onda linda, que mil flores •  
Tenho n'alma recolhido,  
Me lenindo as duras dores.

Foi por ti, minha querida,  
Linda estrella, minha flor,  
Que esta flor de minha vida  
• Recolhi de nosso amor •.

Goyaz — 26 — 9 — 1909.

SYRUS.

## UM RESABIO DE AMOR

(A MILITINO CORREIA)

Amor, saudade, esperança: triade divina que constitue a deidade do coração!

O amor que te consagra, cruel Auta, era ardente como as lavas de um vulcão prestes a se abrir em crateras. E eu devia guardalo occulto no fundo do coração.

Mas sou de carne e osso, não tive a coragem sublime de viver só de esperanças; não tive a força e a resignação precisa para amar sem ser amado, para guardar no peito como sigillo de confissão, esse amor ardente que me devorava o peito, levando-me pouco a pouco a existencia.

Revelei-te o meu amor, e de ti só recebi o mais cruel desprezo a mais escarminha zombaria, a mais vil traição!...

Tive amor por ti, tive esperança, tive saudade de ti. Não, não era amor o que eu sentia por ti; era loucura.

Nada no mundo valia para mim como um só fio de teus cabellos dourados castanhos; toda a ventura da terra eu rejeitaria por um sorriso de teus labios mais doces que o mel; um olhar de teus olhos negros de ebano, a tua voz argentina, me transportava ás regiões sonhadas de visões ethereas de amor! Um beijo teu, ah! ventura indizivel! nem a felicidade eterna se lhe poderia comparar!

Um instante sem a tua presença, era um anno de martyrio! um dia sem te ver, a eternidade...

Hoje, volvidos doze annos, si te amo ainda, não sei; o que sei é que existe dentro em mim uma cousa como a lembrança vaga de um sonho horrivel.

Será um resabio de amor, ou serão as derradeiras scintillações de uma saudade moribunda?...

CARVALHAES FILHO.

## O MAR MORTO

O velho lago Asphaltite, hoje denominado Mar Morto, está nas vespéras de tornar-se um grande centro de actividade industrial. As extraordinarias riquezas mineiras dos seus arredores levaram o sr. Jehid Bey, deputado do parlamento turco e rico proprietario de uma folha politica, a organizar uma empresa, com capital de 350 mil estrlinas, destinado a explorar a mineração naquelles sitios.

As margens do Mar Morto encerram vastas jazidas de betume e enxofre e, a crer na historia, tambem de cobre, cuja industria prosperou nos afastados tempos de Bisancio. E' abundante igualmente o marmore o porphyro e os phosphatos.

Alguns viajantes americanos affirmam a existencia de carvão de pedra e petroleo.

O sal, que é abundantissimo, crearia uma fonte de riquezas, si o monopolio do governo turco não impedisse a vida dessa industria.

O Mar Morto mede 47 milhas de extensão sobre 10 de largura e esta superficie tem augmentado até os nossos dias.

O nivel das suas aguas está abaixo da superficie do Atlantico, cerca de 400 milímetros, o diz-se que contém forte porção de magnésio, pelo que pôde ser medicinal.

A região é escassa em peixes e aves, pelo que se suppõe estereis as margens do lago, crença que carece de exame.

A lenda dá como tendo estado situadas ás margens deste lago as cidades de Sodoma e Gomorrhá, destruidas pelo castigo do céu mas não ha vestigios nenhuns dos seus alicerces. Apenas a existencia dos minerios de enxofre fazem crer que foi esse o material empregado no incendio divino, si incendio houve. *Extr.*

Emquanto no Rio de Janeiro está-se morrendo á sede e insolação, nós, os goyanos, estamos destructando de um tempo regular e ameno; as chuvas ainda não nos faltaram e a lavoura se acha animadissima. No planalto de Goyaz tudo é vida, tudo floresce e mesmo assim a capital da União contiua no perigoso littoral, á mercê de peste, fome e guerra e com manifesta postergação da Constituição Brasileira!

## Regimento de custas

Ha quinze annos que sentindo-se a necessidade de se reformar o regimento de custas de 2 de Setembro de 1874, foi, por lei de 22 de Julho de 1896, encarregada uma commissão de organisal-o; mas esta sem fazer mais alteração ou modificação, limitou-se simplesmente a carregar 20% sobre os emolumentos do dito regimento de 74.

Depois, a lei numero 285 de 11 de Junho de 1907 autorizou o presidente do Estado a nomear uma commissão de juriconsultos para

# O PLANALTO

DIRECTORES: Placido de Paiva e Evangelino Meirelles

SEMANARIO INDEPENDENTE

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

ANNO I

Assignatura—8\$.  
Tomada só  
anualmente.

S. Luzia, 11 de Março de 1911  
ESTADO DE GOYAZ

A REDACÇÃO  
não se responsabilisa  
pelas idéas dos  
collaboradores.

NUM. 32

## DUAS PONTES

Ha muitos annos se acha interceptado o commercio deste municipio com o de Corumbá, devido unicamente á falta de duas pontes, uma no ribeirão Descoberto e outra no ribeirão Arejas, os quaes são volumosos e caudalosos e não se prestam, de sorte alguma, á passagem por meio de vãos. Emquanto nelles existiam as velhas pontes, que foram aproveitadas até ficarem imprestaveis, não obstante os repetidos retoques que soffreram sempre por conta de particulares, eram animadissimas as nossas transacções com aquelle municipio, advindo dali grandes vantagens para nós e para os corumbanistas, de quem somos intimos amigos e com quem desejamos manter sempre as mais unidas relações, quer commerciaes, quer de amizade.

Agora, que aproxima-se a reunião ordinaria do Congresso, lembramos de fazer sentir aos illustres congressistas goyanos, notadamente aos representantes deste circulo, a absoluta necessidade da reconstrução dessas pontes, nos mesmos logares onde outróra existiram, para que, desta maneira, commodamente possamos reatar o fio dessas relações tão a nosso contragosto cortado por um acontecimento, por um caso de todo modo remediavel, desde que haja um pouco de boa vontade da parte de quem legisla sobre os nossos destinos, com a patriótica acquiescencia do executivo.

Á capital de Goyaz teria muito a lucrar com esse melhoramento, porque os numerosos carregamentos de

generos de consumo forçado que desta zona se dirigem para Araguay, si houvessem as pontes de que tratamos, procurariam a mesma capital abastecendo ainda mais o seu mercado, o que não acontece em razão das pessimas condições dos caminhos a transitar, que são obstados por profundos vãos, pontes perigosas, feias cavas e medonhos atoleiros, além do grande augmento de distancia que se verifica na actual estrada que nos leva até lá.

Fazendo estas rapidas considerações, não visamos outro fim senão o que se relaciona com verdadeiros interesses de dois ricos, populosos e feracissimos municipios goyanos, quaes sejam o de Santa Luzia e o de Corumbá, não se falando nas vantagens que poderiam diserto auferir os de Pyrenopolis, Jaraguá, Currallinho e da capital; pelo que, esperamos do acendrado patriotismo do Congresso e do Governo as providencias para que se torne real a nossa justa aspiração.

Si isto constituisse sacrificio para o Estado, em tal não tocaríamos, mas a quantia a despender é tão diminuta e tamanha é a utilidade das pontes, que afugentam qualquer apprehensão má que podesse advir relativamente ao ponto financeiro.

Segundo uma communicação que em excellentes artigos fez o talentoso goyano Ricardo Paranhos ao « Lavoura e Commercio », de Uberaba, só por todo o anno de 1912 a Estrada de Ferro de Goyaz tocará a importante cidade de Catalão, devendo até dezembro deste anno transpor o caudal Paranahyba e silvar em terras goyanas.

## 5 de março

Correu com grande animação a eleição para senador federal realisada a 5 do vertente, tendo o eleito deste municipio patenteado mais uma vez ao conspicio goyano, dr. Leopoldo de Bulhões, a admiração que nutre e a bem fundada confiança que nelle deposita como seu supremo e eminentissimo chefe.

Eis o resultado geral das votações:

Dr. Leopoldo de Bulhões 411 votos  
Dr. Eduardo Socrates 46

Como se vê, foi brilhante o resultado e não extranhemos que obtivesse votos o illustre dr. Eduardo Socrates, pois, como goyano trabalhador e prestavel, conta tambem muitos admiradores entre nós. Estes votos foram expontaneos, visto como, só se teve aqui conhecimento dos desejos de s. exc. depois da eleição, com a chegada dos jornaes da capital em que vem estampado o seu appello.

Felicitando ao distincto candidato do partido democratica pelo triumpho completo que vai obtendo no seu Estado natal, folgamos de ver cumprido o dever dos santaluzianos para com elle.

## Djalma M. Brazil

Gostosamente surpreendidos, tivemos a dita de amplexar hontem o nosso particular amigo e valente auxiliar Djalma Moreira Brazil, illustre collaborador e representante geral desta folha na vizinha e sympathica cidade de Bomfim. O attrahente moço, que aqui esteve a negocios, regressou hoje aquella cidade deixando-nos pesarosos pela sua tão pequena estadia entre nós. Feliz retorno, é o que ardentemente lhe desejamos.

## De Petropolis

Um assumpto que muito preoccupa actualmente a attenção da imprensa carioca é a falta d'agua que ha em varios pontos da cidade.

Reclamações diarias têm partido de todas as partes do Rio de Janeiro em relação á escassez do precioso liquido, que nessa epocha de calor é reclamado a todo o momento pela população.

Embora tenha o governo lançado as vista para esse assumpto, submettendo-o á consideração das autoridades competentes, baldados são os esforços e todas as medidas postas em pratica para resolvê-lo. A questão ao que parece não está exclusivamente subordinada a defeitos de encanamentos como todos julgam, um outro facto ainda mais consideravel auxilia a acção do primeiro. Esse facto não é mais do que a falta de chuva que peiores consequencias acarretará certamente. Queixam-se os lavradores de que as plantações, ao em vez de verdejantes e viçosas, definham-se, tornando-se mirradas; os fructos não chegam a attingir a sua phase de maturação: murcham e logo desprendem de suas hastes. E essa a situação actual. O mal, porém, é contagioso e sua acção se estende até a esta cidade.

Petropolis, a bella cidade serrana, sempre florida e toda perfumada, já resente da falta d'agua, devido á estacção que atravessa.

Não é portanto o abastecimento d'agua mal feito a ponto de produzir a diminuição do mesmo liquido; concorre poderosamente pa-

O pessoal tecnico da estrada vai ser augmentado criando-se mais os logares de engenheiros chefes da construcção, de exploração etc.

Actualmente estão sendo tomadas as providencias no sentido de serem incrementados os serviços de construcção do prolongamento tendo ido para o local turmas de operarios barbadenses.

Os trabalhos do prolongamento serão atacados em diversos pontos do traçado, desde que seja estabelecido o serviço de navegação do rio, alem do Itaboca, até Marabá.

Agora neste mez de janeiro, será inaugurada a navegação do Tocantins, desde Araguaya, até Marabá, nas visinhanças da confluencia dos caudalosos Tocantins e Araguaya.

Aripary, ponto inicial dessa navegação, é servido por um ramal da estrada de ferro de Alcobaca, que tem uma extensão de tres kilometros. Na navegação desse trecho serão empregadas tres grandes e possantes lanchas de aço doce, do fabricante Tarncraft, sendo que duas já estão no local e a terceira deve estar ainda no porto de Belém.

Neste mez de janeiro ainda será estabelecido o serviço de navegação do rio Araguaya, no longo trecho comprehendido entre Santa Maria e Leopoldina, onde se veem os restos de um pequeno arsenal alli montado em outros tempos, pelo saudoso general Couto de Magalhães, e que fica a cerca de 30 leguas da capital goyana.

Logo depois será inaugurado o serviço de navegação do rio Tocantins, no seu alto curso, por systema mixto, isto é, a lanchas a vapor, e a barcos de remo.

A companhia Estrada de Ferro do Norte do Brazil, concessionaria da estrada de Alcobaca á Praia da Rainha e da navegação dos rios Tocantins, Araguaya e respectivos afluentes, vai montar um pequeno estaleiro e officinas de concertos, em Leopoldina.

Corumbá, 9 de Janeiro de 1911.

J.

No dia 29 do passado o syndicato A. B. Leach & C. apresentou á Camara Federal um requerimento pedindo privilegio para a construcção de uma estrada de ferro que da capital da União vá se ter ao planalto central de Goyaz.

## POUSO DE FOLLA

Chora a viola na fazenda alegre  
E a toca flauta de taquara chora,  
Feliz de quem ali poder nessa hora  
O tanto ouvir á sua seisma entregue.

São estylo, porem lindas, bellas,  
Todas meigas que o matuto crente  
Á «branca pomba» com fervor ardente  
Contrico entoa em phrases muisin-  
[gelas.

A noite é fria, a matutada em torno  
De uma fogueira, espera o folião  
Pra começar um bom catira inornu.

E' velha a noite e lá no entanto estão  
Sambando ainda!.. Da crescente  
[um corno

Soberbo surge alegre num clarão.

17—Abril—1910.

XERENTE ÔASSI.

Corumbá.

O nosso illustre collega de Uberaba, *Correio Catholico*, censura-nos por havermos dormitado no dia 19 de dezembro, quando publicamos a noticia «Fundações Catholicas». Falamos elle de erros typographicos. Vamos verificar e encontramos um «s em lugar de um o, na palavra «canonização», o que é natural porque quem entender da arte sabe que os compartimentos destas duas letras são unidos. Até aqui pedimos desculpas; o mais corre por conta do *Almanack do Rio Grande do Sul* para 1911, pagina 187, de onde, em boa fé e sem procurarmos a fonte para verificação, extractamos aquella curiosidade.

Agora vamos cá: um *lelé* como *O Planalto*, que ainda se acha em uso da *Matricaria*, errar typographicamente ou não, é naturalissimo; mas um respeitavel *avido* como é o nosso censor, deixar sair na primeira pagina, no artigo de fundo, no fim da 1ª columna e principio da 2ª, um erro como este: *quando foram prezas, a fim pair, após proclame serem espulsaes do unção da Republica, se apresentaram etc.* é lamentavel! Vejiam lá a sua edição de 19. do corrente, a mesma que traz a censura.

Quem tem telhado de vidro...

Do illustre goyano e competente financeiro, dr. Leopoldo de Bulhões, recebemos uma elegante brochura contendo a introdução do relatório apresentado por s. exc.º, ao ex-presidente da Republica, dr. Nilo Peçanha, cuja leitura nos veio attestar ainda mais quão acertada, quão util e proveitosa para a Nação foi a administração daquelle insigne estadista, em tão feliz hora convidado para gerir pela segunda vez a mais importante pasta do governo da União.

O dr. Bulhões, homem fadado para negócios financeiros, não podia, de forma alguma, errar como querem alguns despeitados, e de sua criteriosa gestão tivemos agora a prova mais irrefragavel com o estado que fizemos do movimento financeiro durante o ultimo periodo desse ramo da administração nacional, em que foi ministro esse nosso eminente patricio, orgulho dos goyanos que encamam as coisas com isenção de espirito.

## Da Capital de Goyaz

Boas festas aos illustres redactores d' *O Planalto* pela entrada do novo anno de 1911, aos quaes ardentemente desejo todos as felicidades pessoais e para o denodado compello do progresso da nossa santa terra, desejo uma vida inmorredoura, sempre progressiva, tendo sempre o mesmo programma, que é o de trabalhar para o desenvolvimento e grandeza desse terrão, desse Eden que se chama Planalto Central, logar não só fadado pela natureza, como tambem delineado pela nossa carta basica para ser em não remoto futuro a capital desta grande nação que se chama Republica dos Estados Unidos do Brazil. Assim como a lya influencia em certos seres animaes e vegetaes, assim tambem esperamos a benefica influencia do anno novo no animo de nossos homens estadistas, de modo a agil-os a um sentimento patriotico, deixando de lado as questões de aldeia e pessoas, para volverem as suas vistas para essa primordial idéa da mudança da Capital Federal, hoje mais que nunca tão necessaria para o resguardo e segurança do governo federal.

O governo, o chefe do estado não pode estar á mercê da caudilhagem, dos golpes imprevistos dos maus brasileiros, que, para satisfazerem a uma ambição desregrada, não trepidam em cuspar de sangue innocente a terra que lhe serviu de berço, para chegarem ao criminoso fim.

O anno que findou-se não foi de todo improficuo para nós, pois temos a registrar importantes melhoramentos que são a baze de nosso progresso. O proseguimento da E. de Ferro de Goyaz, já prestes a transpor as raias do Estado; a inauguração de duas estações telegraphicas em duas importantes cidades —; a instalação de uma Escola de Aprendizizes artifices —; a criação de uma Inspectoria agricola; uma de Catechese; — o apparecimento de tres importantes orgãos da imprensa: «*O Planalto*», «*A Gazeta de Catalão*» e «*A Semana*» —; tudo isso vem attestar que no espaço de um anno, quando os governos e o povo querem, muito se faz e felizmente para felicidade nossa os governos de hoje muito trabalharam.

Que o anno novo seja mais lisonjeiro para as finanças do nosso Estado a fim de que elle possa satisfazer a certas e ingentes necessidades, entre as quaes sobrosae a da con-

gem, capulho (de algodão), chocolate, salsa, cogote, corcunda, percevejo, lacrau, escorpião, lagarta, jobô, araticum ou araticum, guabirola, guariroba, estomago etc.

No numero dos barbarismos da especie mencionada devem-se collocar os nomes em que o povo suprime o *h*, e augmenta um *s*; como: paia por palha, faia por falla etc e mio por milho, repolo em vez de repolho etc, etc.

Neste ponto, cabe-me dizer que si a instrução, infelizmente, tão esquecida, não vier em auxilio da lingua vernacula, esta ramificar-se-á a uma restea de dialectos, inintelligíveis e detestáveis, nos varios estados do Brazil. E como prova do que acabo de affirmar, citarei aqui phrases e periodos que tenho apontado em minhas notas curiosas.

Um pharmaceutico recebeu o seguinte bilhete, que me foi apresentado:

— Seu farmacebo.

Minha poeira estando no astro, teve tulinha de passar uma agulha açada no papo. Durrubei uma natula e ella comen a metade de uma agulha sapecada. Entooes teve uma sapitacação de vento e agora desapregou lhe uma zagaia no limbigu que chega de tá enroscando. Devo dar oleo de risico ou sal?

Mande-me uma purga dos dois.

Labaneas a todos de sua casa F. >

Outra feita, ouvindo uma conversação entre dois matutos, tive receio de que brigassem, quando o que diziam nada tinha de offensivo.

— Compadre que qué bão pr'a estambo? — Porrete — Então devo tomar porrete? — Sim, ao menos 3 vezes no dia — Pois vou usar delle.

Sabem que é porrete neste caso? Pois si não sabem, en lhes digo que é um chá ou mesinha caseira muito usada entre o povo do sertão. São varias as plantas que em medicina trazem este

nome — paratudo — porem a que gosa de maior fama curativa é a tal porrete, planta da familia das apocineas, extremamente amarga e conhecida pelo nome de chá de porrete ou simplesmente porrete.

Os senhores já tomaram porrete alguma vez?

TOLENTINO SAVIO.

### Semi-chronica

Muito se tem falado sobre a futura capital da Republica no Planalto Central de Goyaz, e tal empreendimento, que é de transcendental importancia, pois que, delle dependem a segurança do governo e o desenvolvimento geral do paiz, tem sido encarado pelos grandes da terra com a maior frieza, com o descaço o mais antipatriotico, deshumano e condemnavel que se possa conceber. Assim, já é tocado de gelida desconfiança que recebe as noticias que se relacionam com este assumpto. Contudo, vamos ver que resposta vão ter os srs. Adolpho Leyret e Mario Teixeira Lopes Guimarães que, na sessão de 17 do passado, apresentaram á Camara federal um requerimento propondo as bases em que apoiam o pedido de concessão para a construcção da capital no nosso soberbo Planalto Central. Entre as bases da concessão figuram estas: construcção gratuita dos edificios publicos federaes; abertura, calçamento e arborisação de ruas; construcção da estrada de ferro do Rio á nova capital; fornecimento de luz e força para as necessidades da capital; construcção de linhas de bonda aperfeçoadas e de esgottos; abastecimento de agua; installações telephonicas; colonisação dos contornos da capital; terminação dos serviços no prazo de cinco annos, ficando o governo obrigado a transferir a capital do Rio para a nova cidade, no prazo de um anno, após a conclusão de todos

os edificios publicos. Os favores que pedem os requerentes são: privilegio, por 90 annos, para o serviço da estrada de ferro, luz, força, telephones, bonds, agua e esgottos; doação dos terrenos da zona destinada á futura capital; direito de desapropriação; isenção de impostos por 20 annos; isenção de direitos alfandegarios e redução de fretes nas estradas de ferro para o material destinado á construcção da nova capital. No caso de fracasso da tentativa, obrigam-se os requerentes a entregar á União o que estiver prompto, sem direito a indemnisação alguma.

Ea, que sou planaltino, acho que o negocio é optimo para o governo, mas talvez assim não pensem os paes da patria que, attrahidos pela belleza artificial do Rio, esquecem os encantos, os prodigios derramados tão profusamente nestes sublimes paragens pela natureza perdularia e caprichosa.

O Rio com sua Guanabara, com suas serras, com suas avenidas, com seus prediados todos reunidos, é pequeno deante da magnificencia arrebatadora destes pinturescos serões, onde inspira-se a vida e respira-se a poesia nas ondas melifluas do aroma silvestre...

— Deixemos, porem, de predicas aos peixinhos, e vamos saber o que fez o nosso Conselho na ultima sessão. O Conselho fez pouco e fez tudo, porque vendo a situação precaria dos professores publicos, votou uma lei autorisando o sr. intendente a vender legalmente a casinha que possui o municipio nesta cidade e empregar o producto da venda no pagamento áquelles funcionarios. Foi uma boa medida, porque a tal casinha ia em visivel progresso de estragos e de nada servia ao municipio.

E foi só o que fez o Conselho? Não; tomou tambem as contas do sub-inten-

dente da Serra, sr. Marinho do Egypto e... fechou a sessão.

JOHN SWEET.

Do dia 1 de janeiro a 9 de setembro ultimos, morreram no Rio de Janeiro 2.260 pessoas de tuberculose pulmonar.

Uma moça em Roma suicidou-se por não ter sido proclamada a mais formosa da rua em que morava.

Isto já é ter orgulho.

### Limites

ENTRE S. LUZIA E CAMPO FORMOSO

Abrimos hoje espaço para o discurso pronunciado no Senado Estadual, na ultima reunião do Congresso, pelo illustre e operoso senador Herenlano de Campos Meirelles, em defesa do territorio de aquem Paracanjuba pertencente, de facto e de direito, á Santa Luzia e que tem sido tão renitentemente sequestrado pelos dirigentes de Campo Formoso.

Eis o discurso:

Sr. Presidente. — O projecto em discussão apresentado pelo meu illustre amigo e collega sr. José Reginaldo, deve ser regeitado, porque os limites do municipio de Campo Formoso com o de S. Luzia são bem claros e conhecidos, não havendo, portanto, necessidade em alteral-os.

Os habitantes de Campo Formoso pedem, na sua representação, a aviventação dos limites dos dois municipios, dizendo, que Campo Formoso antes de ser constituido villa pertencia ao municipio de S. Cruz e havido á categoria de villa pela lei n.º 277, de 12 de Julho de 1906 ficou constituido com os limites seguintes:

« Com os municipios de Bonfim e Santa Luzia pelas mesmas divisas antigas e até hoje respeitadas ». En-

## O PLANALTO

que se acha estacionaria e sem cultivo geral.

Tudo concorre para a decadência e deturpação das bellas expressões do nosso idioma, até os homens de estudo, os quaes, para se fazerem entender, têm necessidade de recorrer ás corruptelas, barbarismo e outros vícios de linguagem. Si eu disser ao meu criado: «nós iremos amanhã, a S. Luzia», elle nada entenderá; porem si eu disser, com o costumeado solecismo: «Nóis vai, amanhã, em S. Luzia», elle comprehenderá claramente o que quero dizer.

TOLENTINO SAVIO.

## Semi-chronica

Começo esta felicitando ao eminente dr. L. de Bulhões pela data de 28 de setembro, que corresponde ao seu natalicio. Assim procedendo, nada mais faço do que cumprir um grato dever de goyano que sabe comprehender os meritos de um patrio que tem sabido honrar o seu Estado natal.

— Afinal saiu á luz a chapa com que o partido democrata vai pleitear as eleições de janeiro proximo. Não houve surpresa, porque ninguém ignorava que o popular Jayme fosse o apresentado para senador e os operosos drs. Ramos Caiado, Marcello Silva e Sebastião Fleury, para deputados federaes. O dr. Olegario Pinto, goyano de escol, não ha duvida, foi o indicado para o 4.º lugar, e isto já era esperado, porquanto o Herões assim queria e assim impoz, com o que tudo terão a ganhar os goyanos. Eu disse a cima «pleitear», porque realmente ha pleito: a politica de Goyaz não está lá tão fundida, conforme trombetam alguns. A opposição tem o seu candidato, o illustre dr. Eduardo Socrates, e, alem disso, temos tambem os *fierantes*, como o amigo Déco, que está cavando sem tregoas nem mercês. Consta que a chapa não agradou

muito a alguns democratas da capital; entretanto, não vejo nella sequer um nome que possa deslustrar a nossa representação. Coisas da politica e... nada mais.

JOHN SWEET.

## Olhemos para o futuro

Agora que o nosso Estado vai receber o influxo vivificador da via-ferrea, ha tantos annos esperada com anseio, é preciso que o povo goyano não se contentando com o que ella nos traz, saiba encarar seriamente os multiplos problemas de cuja execução depende o futuro da Terra Goyana.

Termos a Estrada de Ferro não é tudo; ella não é um fim, mas um meio de que dispomos para alcançar o grau maximo de prosperidade e grandeza.

E' tempo, pois, de despertarmos da lethargia, em que até agora temos vivido.

Voltemos as vistas para a lavoura, que ali jaz entregue aos processos primitivos; procuremos fomentar o nosso commercio e as nossas industrias, principalmente a pastoril e a do fumo, que são e continuarão a ser as nossas maiores fontes de renda.

Quanto á ultima, cabe a Bella-Vista, em primeiro lugar, o seu desenvolvimento.

Para isto, só se faz preciso mais esforço e trabalho.

E' uma industria que não depende de capital, e que convém, mais do que qualquer outra, a este municipio, cujas matias foram privilegiadas pela natureza, para o cultivo da preciosa solanea.

Cada vez mais conhecido e afamado, como vai sendo o fumo especial, fabricado em Bella-Vista, o seu consumo tende a augmentar-se; e si hoje a sua produção é de 10.000 arrobas, com a facilidade de transporte e consequente augmento de consumo, elevar-se-á talvez a 30.000 arrobas, ou seja o triplo, o que representa uma somma superior a 400 contos de reis, que entrarão a mais, annualmente, para o municipio.

Ficaria optimamente situada em Bella-Vista uma machina para desfição de fumo, annexa a uma fabrica de charutos e cigarros.

O espirito emprehendedor do sr. major Felcissimo Domingues, já tem, segundo consta, concebido essa idea.

E assim, cada municipio do Estado procurando dar incremento ás suas industrias, virá a Estrada de Ferro completar a obra do nosso engrandecimento, ao passo que, si cruzarmos os braços, teremos, fatalmente, de ceder o campo a vindouros mais habeis e menos negligentes.

Treguas á politicagem, e olhemos para o futuro.

Bella-Vista—1911.

LEO LYNCE

*Bolos de Judith.* Tome se fermento de meia libra de farinha de trigo, 12 ovos bem batidos com 1 chicara grande de assacar limpo; misture-se os ovos com o fermento e mais 1 e meia libra de farinha de trigo, 1 chicara de gordura de porco, 1 colher de manteiga, canella e sal quanto basta, sove-se bem e ponha-se em formas untadas de manteiga, não muito cheias. Forne como para pão de Lot.

## Ypameri

De um distincto amigo recebemos a carta que abaixo publicamos, a seu pedido, e que trata da politica de Ypameri:

«Informações que temos de Ypameri, esta boa cidade sul-goyana, nos scientificam de que ali surgiu um partido em opposição ao do nosso amigo sr. ecl. José Vaz.

Surprehendeu-nos sobretudo esta noticia momentaneamente sendo aquelle nosso bondoso amigo um homem que sempre logrou, por suas virtudes civicas e qualidades incontestaveis, gosar de real prestigio naquelle meio e de merecida estima por parte dos seus concidadãos.

E' com pezar que an-

nunciamos este facto, pois que Ypameri sempre manteve-se em uma posição digna, tendo como director dos seus destinos um homem virtuoso como o é o ecl. Vaz.

Noticias que nos foram transmittidas affirmam que a opposição tem por fim combater a transgressão da ordem ali suscitada pelo chefe local, tratando de melhorar a situação precarissima do logar, corrigindo os erros de sua direcção e preparando-o, ao mesmo tempo, para bem receber o progresso que lhe advem da via-ferrea de Goyaz.

Ao nosso ver nada é mais justo, porem sinceramente lastimamos estas desavenças politicas naquella prospera e futura cidade, onde sequer houve até então a menor dissidencia possivel».

## Limites

ENTRE S. LUZIA E CAMPO FORMOSO

Discurso pronunciado no Senado Goyano pelo senador Herculanio de Campos Melles.

(Continuação)

Sr. Presidente. — O vigario de Santa Luzia, padre Delfino Machado de Faria, devido á sua avançada idade, não podia fazer a visita parochial de toda a sua freguezia e, por isso, encaregava de fazel-a no bairro do Paracanjuba o vigario de Santa Cruz, padre Prego. Este, devidamente autorizado, praticava na zona alludida todos os actos religiosos; baptizava creanças, fazia casamentos, etc, e remetia ao padre Delfino os respectivos assentamentos afim de serem lançados nos livros da parochia de Santa Luzia. Desses livros é que foram extrahidos as certidões lidas por mim, e pelas quaes viram que as fazendas do Laniarão, Corrego Fundo, Burity, Japão, Mandaguahy e outras pertencem á freguezia de Santa Luzia; e o respectivo vigario, padre Domingos de Moraes Sarmento, até hoje, as percorre em visita parochial todos os annos, sem reclamação do vigario de Santa

## O PLANALTO

ficará para lembrança do seu curto mas bom governo. Encontrando o município anarchizado, não lhe foi possível levar a effeito diversos melhoramentos que tinha em vista realisar; não obstante isso, a sua administração pôde ser considerada como uma das melhores que temos tido nestes últimos annos. Para ser justo é preciso que assim se diga.

A anarchia municipal precisa desaparecer; ella não concilia com os nossos fóros de município civilisado. O povo deve comprehender que os melhoramentos que forem realisados, não aproveitam somente a este ou áquelle e sim a toda a commuhão. Havendo boa vontade da parte da administração, não ha razão para se tentar empiecer lhe a marcha bemfazeja; e quem encarar as coisas por esse prisma anarchico, deverá ser tido pelos homens sensatos como um retrogrado, como um egoista divorciado, por completo, dos sublimes sentimentos de patriotismo.

Nestas columnas estarei sempre prompto a prestar ao sr. intendente o meu fraco concurso em tudo quanto visar o bem do povo e o progresso desta terra que amo com verdadeiro ardor.

JOHN SWEET.

### Cousas municipaes

Em todas as cidades goianas, até nas villas e povoações, a falta de abundancia d'agua potavel, pura e de facil colheita, é geral e lastimavel. Resolverem os particulares esta difficuldade, é quasi impossivel em logares faltos de toda iniciativa, como o são todas as povoações sertanejas.

Nesta contingencia, só o município em seu governo poderá encontrar os meios de realisar um dos principaes melhoramentos que reclamam suas sedes.

E esta tarefa, longe de sacrificar o futuro ou a prosperidade actual do município, tornar-se-á uma das melhores garantias de seu en-

grandecimento, alem das vantagens trazidas pela commodidade e pela hygiene publica, como passo a demonstrar.

Supponhamos um município dispendendo uns 10 ou 12 contos de réis com o encanamento d'agua potavel em sua sede. É comprehensivel que em qualquer povoação ha, no minimo, 100 casas abastadas que possam pedir ou requerer uma penna d'agua para o seu serventuario. Estas 100 pennas d'agua a 5000 réis cada uma produzem uma contribuição indirecta ao cofre municipal, da quantia de 500\$ mensaes ou sejam 6 contos de réis por anno. Em 2 annos o município salvará o seu capital e ficará com uma bella dotação annual de 6 contos e um proprio municipal de grande estimativa, constituindo uma garantia solida para o caso de contrahir um emprestimo para qualquer melhoramento; o que se tem verificado ser difficil se obter, por que raramente os municípios goianos possuem garantias desta ordem.

Este simples argumento não exige amplificação para reforçar a sua conclusão, que é positivamente logica e incontestavel, só podendo acrescentar-se que a cifra da contribuição elevar-se á infallivelmente, uma vez que toda a população de um logar comprehenda as vantagens de um tal melhoramento e que o governo municipal faça obrigatorio o uso da agua publica, fechando as fontes particulares, a bem da hygiene publica e do engrandecimento local e cobrando o imposto geralmente entre os habitantes das povoações, assim servidas do precioso liquido.

E' só riqueza e bonito futuro que se poderão colher com uma empresa desta natureza. O mesmo poder-se-á dizer do monopolio das carnes verdes e outros relativos a generos alimenticios de custosa aquisição em localidades cen-

traes como as nossas, onde a matanea livre ou o livre abastecimento de carnes verdes e outros productos constituem um embaraço, uma grande perda de tempo para os consumidores.

Hoje, em poucos logares, ha cortes de gado, protegidos pelas leis municipaes. Todo mundo abate rezes para o consumo publico, e, numa guerra de interesse mal comprehendido, tudo anarchisam e difficultam para todos, e o povo é que ordinariamente soffre as devidas consequencias, pagando preços exorbitantes, e consumindo carne inferior e, ás vezes, de animaes pesteados ou emmagrecidos em curraes e pastos sem as condições precisas. Assim, a carne de consumo no sertão é sempre pessima.

A. EUSEBIO.

### A capital da União

NO PLANALTO

Traduzimos do *Diario do Congresso* para estas columnas o pequeno, mas substancioso discurso com que o incaçavel deputado goiano, dr. Eduardo Socrates justifica perante a Camara federal o projecto de mudança da capital da União para o Planalto Central do Brazil. Elle é:

O Sr. Eduardo Socrates. — Peço a palavra.

O Sr. Presidente. — Tem a palavra o nobre Deputado.

O Sr. Eduardo Socrates. — Sr. Presidente, pedi a palavra para submeter á apreciação da Camara dos Deputados um projecto de lei, que diz respeito ao estabelecimento da capital da Republica, nos termos do art. 3.º da nossa Constituição, no planalto central do Brazil.

O art. 3.º da nossa carta constitucional diz o seguinte: «Fica pertencendo á União, no planalto central da Republica, uma zona de 14.400 kilometros quadrados, que será opportunamente demarcada, para nella estabelecer-se a futura Capital Federal.»

Ora, cumprindo o preceituado neste artigo, o governo do saudoso marechal Floriano Peixoto organizou uma commissão de technicos competentissimos, commissão que, depois de alguns longos mezes de trabalhos, chegou ao termo dos seus estudos, demarcando no planalto central do Brazil, no Estado de Goyaz, uma area de 14.400 kilometros quadrados, destinada á locação de futura capital da Republica.

Não preciso, Sr. Presidente, justificar o alcance de semelhante medida, que, como disse, consta do texto da nossa Constituição.

Não caberia neste momento desvenhar á Camara e ao paiz as vantagens extraordinarias que decorreriam do estabelecimento, no centro da Republica, da capital da União.

Si eu o tentasse fazer, Sr. Presidente, teria de recordar á Camara os momentos, que não são poucos, em que o poder publico se tem encontrado em serias difficuldades, em consequencia do estabelecimento da capital na cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro.

O facto muito recente, Sr. Presidente, da revolta da nossa natinhagem, ahí está provando o inconveniente do poder publico se encontrar em um ponto como este, porto maritimo, sujeito a revoltas por parte dos navios da nossa esquadra que põem em perigo o principio da autoridade e a propria integridade das instituições.

Nessa occasião, Sr. Presidente, varios órgãos da nossa imprensa local, entre elles *O Paiz*, *A Imprensa* e *Jornal do Commercio* e outros, em artigos luminosos e brillhantes, demonstraram a necessidade da mudança da capital para um ponto central do paiz, desviando-a da cidade do Rio de Janeiro.

Creio que o anno passado, o nosso illustre e competente geographo, o estudioso Sr. Dr. Joaquim Nogueira Paragná, dirigiu ao Sr. Presidente da Republica e aos membros do Congresso Nacional uma carta aberta em que solicitava a attenção dos poderes publicos da União para que se tornasse effectivo o dispositivo constante do art. 3.º da Constituição da Republica.

Como já tive occasião de ponderar, uma parte importante deste dispositivo, isto é, aquella que determinou que no planalto central da Republica fosse demarcada uma zona de 14.400 kilometros quadrados já foi cumprida, estando essa zona já demarcada no Estado de Goyaz. Resta, portanto, que os poderes da União deem cumprimento a esta segunda parte, tornando effectivo o que dispõe o art. 3.º quando manda estabelecer naquelle ponto a Capital Federal.

Ha poucos dias veio ter a esta Casa uma petição assignada pelos Srs. Drs. Adolpho Leret e Mario Teixeira Lopes Guimarães, que se propunham a construir a Capital Federal sem o menor sacrificio pecuniario para a União. Elles se contentam com os favores da ordem daquelles que commumente aqui são concedidos.

Penso, entretanto, que se excederam um pouco pedindo a concessão de todo o territorio demarcado, isto é, dos 14.400 kilometros quadrados.

E' possível, porém, que em uma concorrência publica outras propostas se apresentem em condições mais favoráveis.

O meu projecto autorisa o governo da Republica a abrir concorrência, não só no paiz, como no estrangeiro, para que propostas se apresentem no sentido de se construir a capital naquella zona, com a menor somma de sacrificios para a União, ou antes sem o menor onus pecuniario para o Thesouro Nacional.

Submetto, pois á consideração da Camara o meu projecto. *(Muito bem; muito bem.)*  
Veio á Mesa e é lido o seguinte

## PROJECTO

O Congresso Nacional decreta: Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a mandar abrir concorrência publica no paiz e no estrangeiro e contractar com quem melhores vantagens offerecer os serviços e construcções necessarias ao estabelecimento da capital da Republica no planalto central do Brazil, na zona estudada e demarcada pela comissão Cruz no Estado de Goyaz, incluindo no contracto, que vier a affimar, clausula da contribuição previa para os effeitos da fiscalização das obras, todo de forma a excluir qualquer onus pecuniario ao Thesouro.

Art. 2.º Para o effeito da presente lei, e na forma do artigo 3.º da Constituição da Republica, é desanexada do territorio do Estado de Goyaz, para constituir a zona do novo Districto Federal a referida area demarcada de 14.400 kilometros quadrados, que continuará a ser administrada pelo dito Estado até que alli se installe o Governo Federal.

Art. 3.º A empresa se obrigara a construir uma estrada de ferro ligando a nova capital ao ponto mais conveniente da viação ao paiz.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrario.  
Sala das sessões, 11 de outubro de 1911.— *Eduardo Soares.*  
— *Ramos Caiado.* — *Bethencourt de Silva Filho.* — *Pereira Braga.* — *Balthes Marcial.*

*(\*)* Este discurso não foi revisto pelo orador.

Queiram ler a importancia e o valor da «Emulsão de Scott» no attestado junto, que dois distinctos medicos assignam. «Attestamos que todas as vezes em que empregamos a «Emulsão de Scott» tivemos occasião de verificar seu valor e importancia, que são muito satisfatorios.

• Dr. J. Dias de Moracs,  
• Dr. Americo P. da Silva,  
• Bahia.»

## De Alta-Mir

Caros amigos, Evangelino e Placido.

Com profundo pesar cumpre-nos registrar a seguinte entristecedora nota: Victima de um laboriosissimo parto e de outros encommodos consequentes, falleceu aqui, ante-hontem, a inditiza sra. d. Francisca Alexandrina Salgado, esposa do nosso particular amigo, sr. Epaminondas da Silva Campos.

D. Francisca que contava apenas dezoito annos de idade e dons de casada, era filha do nosso amigo, cap. Benedicto Pereira Salgado.

A infeliz morta era dotada d' excellentes qualidades, pelo que foi sempre uma filha idolatrada, uma esposa exemplar, e contava no meio altamirano innumeradas admirações; vindo a sua morte cauzar na nossa sociedade e especialmente na familia—Almeida Campos, uma dor indizível.

O enterro teve logar hontem ás 4 horas da tarde, sendo muito concorrido. Pelo numero de corações que foram offerecidas, vê-se o quanto era estimada a morta, em o nosso meio. Aos chorosos paes, d. Rita de Almeida Campos e cap. Benedicto Salgado; avô, d. Rozalina da Silva Rocha; inconsolavel esposo sr. Epaminondas da Silva Campos, como a toda a grande familia—Almeida Campos, nossas sentidas condolencias.  
22—8brº.—1911.

DATO LOULY.

## Rococós

Passaram-se as eleições Municipaes calmamente; De modo que a barulhada Não passou de tempo quente.

Agora, que los mantenas Já têm á bocca as mammatas, O xé-povinho eleitor Bem pode ir plantar batatas.

Mas isso só, não senhores; Pagar imposto empençado, E ver-se, no fim de contas, Sem lá, manqueba, esfolado.

Em quanto o povo for peço Em materia de eleição, Teremos todo assim, chocho, Nas garras do ramerrão.

Si querem que lhes aponte Uma boa directriz, Não todos comer formiga Co'o Dr. Pé de Perdiz.

## BARBA DE MILHO

Emprega-se com grande proveito o cosimento ou infusão dos filamentos secos da massaroca do milho, conhecidos vulgarmente por *barba de milho*, para debellar todas as molestias das vias urinaarias. Dose: duas chiecaras de cosimento frio por dia.

## SANTA LUZIA

*Descripção historica, politica e geographica por*  
JOSEPH DE MELLO ALVARES  
(Continuação)  
ANNO—1770

Em 4 de de Janeiro d'este anno o capitão José Pereira Lisboa e outros obtiveram do visitador geral provisio para a erecção de uma nova capella para Santo Antonio, nos Montes Claros.

Foram publicados os editaes annunciando que tendo fallecido repentinamente em 13 de Abril, João Manoel de Mello, governador e capitão general da Capitania, succedeu-lhe no governo um triumvirato, e que a 17 de Agosto empossou-se do mesmo governo o brigadeiro Antonio Carlos Furtado de Mendonça, commandante do regimento de Moura.

Chegaram de Portugal pelo porto do Rio de Janeiro, Gabriel Fernandes Roriz e Manoel Fernandes Roriz, primos de Manoel Dias Roriz e José Caetano de Souza; do Rio de Janeiro, d'onde era natural, Manoel Ferreira Ribeiro. Falleceu a 4 do Março Francisco de Paula Bastos, natural da cidade do Porto, sem filhos. Era um advogado que não só sabia os preceitos e regras da sua nobre profissão, como a amava e respeitava de tal maneira que sempre a exerceu com a mais admiravel independencia e hombridade. A morte deste homem, que collocou sempre o cumprimento do dever acima de toda e qualquer outra considera-

ção quer lucrativa, quer desinteressada, contristou de modo sobejo a sociedade em que vivia e que tanto soube honrar.

O conselho funcionou regularmente e encarregou da arrecadação das rendas, o tabellião José Coelho de Silqueira Rondão. Orçou a despesa em 150 oitavas e a receita em 300 oitavas.

(Continúa)

## Despedida

Retirando-me para Bomfim, onde vou fixar minha residencia, e não podendo, como era meu desejo, me despedir pessoalmente de todos os meus prezados e inestimaveis amigos, o faço por este meio, pondo á disposição dos mesmos os meus limitados prestimos naquella cidade.

Annapolis, 28—8brº.—1911.  
JERONYMO DE CARVALHO.

## Edital

O cidadão Philemon Fendón Meirelles, 2.º suppleto do Juiz Municipal em exercicio nesta cidade de Santa Luzia, Estado de Goyaz, na forma da lei, &

Faço saber que por este juizo e cartorio do escrivão de orphans, se promove o inventario dos bens deixados pelo finado Carlindo José Mafiel, e achando-se ausentes alguns herdeiros do mesmo, pelo presente edital cito, chamo e requiero a todos os que se julgarem com direito á herança, para dentro do prazo de sessenta (60) dias, contados da data da publicação deste na folha local, a virem se habilitar na forma da lei e tomarem parte em todos os actos do inventario e da partilha até final julgamento e requererem o que for a bem de seus interesses.

E' para que chegue ao conhecimento de todos, se passa o presente edital, que será affixado no logar do costume e publicado tres vezes pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de Santa Luzia, aos 21 de outubro de 1911. Eu, Placido de Paiva, escrivão de orphans e ausentes, que o escrevi.

Philemon Fendón Meirelles.



# O PLANALTO

DIRECTORES: Plácido de Paiva e Evangelino Meirelles

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

SEMANARIO INDEPENDENTE

ANNO II

Assinatura — R\$.  
Também ao  
annualmente

S. Luzia, 9 de dezembro de 1911  
ESTADO DE GOYAZ

A REDACÇÃO  
não se responsabiliza  
pelas idéas dos  
colaboradores.

NUM. 70

## VARIOS REGISTROS

Deixou de ser instalado, hontem, em Pirenópolis, o «Collegio da Immaculada Conceição», dirigido por cinco competentes educadores religiosos, das «Filhas de Jesus», vindas de Salamanca, na Hespanha, especialmente para esse fim. O collegio é para meninas e promete ser um excellente estabelecimento de instrucção. Recomendamos-lhe, pois, ás exms. mães sul-goyazas.

Ao nosso bom amigo Manoel Rodrigues levamos muitos pesares pela morte de seu paiz, o estimado cidadão Francisco Antonio Rodrigues, occorrida em Araguary, onde residia o finado.

Está enfermo, no Rio, o sr. visconde de Ouro Preto. O seu estado não deixa de ser grave.

Está na cidade o sympathico moço Patricio de Sant'Anna, residente em Paracatú, de onde veio a tratar de um inventario no foro daqui. Amistosa visita.

Seguiu ante-hontem para Goyaz, o nosso joven e caro amigo, Hugo Pereira de Abreu, que deixou nesta cidade numerosos admiradores conquistados no pequeno periodo de sua permanencia entre nós. Bonissima viagem.

A cidade hospeda desde hontem ao nosso presado amigo Francisco de Paula Soares, cidadão geralmente estimado neste Estado, onde reside ha tempos. Ao Chiquinho Dentista, como é conhecido, apresentamos, pois, cordial visita.

Despediu-se hoje nesta redacção, de partida, para Pirenópolis, o illustre sr. André Assença, habil cirurgião dentista. Boa viagem.

Falleceu, na Capital Federal, o general Percilio da Fonseca, chefe da casa militar do sr. presidente da Republica.

Em Espirito Santo da Forquilha, termo de Santa Rita de Casia, foi achado dentro de uma *typhlogona*, um diamante, cujo valor está orçado em dois mil e oitocentos de réis. O felizado é um inspector escolar de Bello Horizonte, que andava viajando no exercicio de seu cargo.

Do virtuoso irmão José Borges, director do acreditado «Gymnasio Diocesano», de Uberaba, recebemos pela carta de convite para as festas collegiaes alli realisadas a 26 do passado. Foi paranympho da turma bacharelada, o fecundo belletrista goyano, sr. Ricardo Paranhos. Gratos

Seguem hoje para o Estado de Minas, levando uma boiada, os nossos amigos Olympio de Araujo Leite e Virgilio Curado. Boa viagem, optimos negocios, desejamos-lhes.

Na 1ª. quinzena do mez passado, foram vendidas na feira de Trez Corações 3.684 rezes, sendo a media do preço, por cabeça, a quantia de 119\$107 e por arroba 7\$940 réis.

Acham-se nesta cidade os fidejessarios e necessarios aparelhos telephonicos destinados a São José do Tocantins, onde o nosso patrio e optimo amigo, coronel Delfino de Paula Curado vai fazer os assentamentos de sua fazenda aquella villa. Sendo mais um passo para o progresso, felicitamos aos josephinos por esse melhoramento local.

De passagem para Formosa, se acha entre nós o distincto moço, Velusiano Rodrigues de Castro, filho do nosso velho e querido amigo, coronel Valeriano R. de Castro. Nossa visita.

Falleceu, no Rio, a 18 do preterito, o grande estadista brasileiro, dr. Joaquim Murinho, o restaurador das nossas «Inancas», quando ministro da fazenda, de Campos Salles, 1898 — 1902. Pensemos a Patria Brasileira.

## SEMI-CHRONICA

Já passou, em primeira discussão, na Camara Federal, o projecto do deputado Eduardo Socrates, que autorisa a mudança da Capital da Republica para o Planalto Central, tendo Fonseca Hermes, *leader* daquelle casa legislativa, apresentado felicitações ao nosso caro representante pela victoria que vai alcançando o seu projecto.

A mudança da Capital Federal para o Planalto Central do paiz, alem de ser o cumprimento do preceito estatuido no art. 3º. da nossa Constituição, é tambem o aproveitamento de todo o esquecido e rico interior do Brazil; é a segurança do governo contra possíveis ataques futuros como os que já tivemos a desdita de presenciar; é a irradiação do progresso por todos os pontos de nossa soberba patria; enfim, é a felicidade completa do povo brasileiro e o inicio do futuro que nos aguarda de sermos, pelos poderosos elementos de que dispomos, a nação mais rica e mais forte do mundo.

Os incredulos, os egoistas, os adeptos do enervante pessimismo que domina as corações insensíveis aos interesses patrios, zombam dos promotores dessa elevada propaganda de grandeza e de progresso; mas, envergonhados, um dia se rebotarão ao cubiculo de suas atrophiadas idéas para dali contemplarem o triumpho das aspirações patrioticas: o evoluir e as luzes do seculo actual assim o exigem.

O projecto Socrates tem tomado grande vulto no seio do Congresso e peran-

te toda a Nação, e para esse fim tudo ha feito aquelle nosso incançavel representante, tendo ao lado o seu não menos patriota e operoso collega de bancada, dr. Marcello Silva, o qual, embora commungue outra crença politica, nunca se mostrou adversario quando se trata de beneficiar o seu Estado, cujos interesses falam mais alto em sua consciencia que as desavenças partidarias.

As felicitações que o deputado Fonseca Hermes dirigiu ao dr. Socrates pela victoria do projecto na 1ª. discussão, são muito significativas: todos sabem, que aquelle representante do Rio G. do Sul é irmão do marechal Hermes e o reflexo de sua vontade; segue-se disto que o governo é favoravel ao projecto, sendo inadmissivel a hypothese de serem ironicas as palavras do talentoso parlamentar que guia os destinos politicos da maioria da Camara.

Marechal, immortalize o vosso nome, secundae o vosso invicto collega Floriano, assignalae o vosso governo com a execução da grandiosa obra nacional que é a transferencia da metropole brasileira para o coração deste gigante que governaes, afim de que a seiva do progresso possa circular em todo o seu vasto organismo, e sercis benedito pelas gerações futuras!

JOHN SWEET.

## QUEIMADURAS

Glyceróico de Debreyne  
Hydrato de cal recentemente precipitado, 3 grms. — Glycerina, 150 grms. — Ether chlorhydrato chlorado, 3 grms. F. S. A. Pomba-se no lugar queimado e o effecto será certo. Na falta de ether, empregue-se o laudano.

## O PLANALTO

## Variedades

Segundo descobertas e medições recentes, deixou de ser o Itatiaia, com 2.841 metros de altitude, o ponto culminante do Brazil.

O Pontão da Bandeira tem 2.856 metros, tomando, portanto, o lugar de destaque que o pico das Agulhas Negras gozava na nossa orographia.

E' situado na serra do Caparaó, entre Minas e Espirito Santo, zona contestada.

O novo ministro da Republica Portuguesa no Brazil chama-se Bernardino Machado, a quem os monarchistas cognominaram Bernardino Rachado, e acham que só mesmo um instrumento desse seria capaz de harmonisar a colonia portugueza no Brazil.

Um dos actuaes representantes do Districto Federal na Camara, Sr. Pereira Braga, entrevistado, declarou que se faz cada vez mais conveniente a mudança da capital do Brazil para o interior, no planalto central, como dispõe a Constituição.

Quem, porem, já visitou o Rio, conhece os seus encantos, as bellezas que a natureza ali creou, não encontradas em nenhum outro ponto do Paiz e as que o engenho humano ali tem formado, descreve da realisação desse sonho dos constituintes.

Reunio-se em S. Paulo uma commissão para tratar da construcção de uma nova cathedral naquella capital. Logo alli na primeira reunião, a subscrição subiu a 1.000.000\$000.

O Conde de Prates subscreeveu com 200.000\$000; diversos com 100.000\$000, 50, e 20.000\$000.

A cathedral está orçada em 6.000.000\$000.

Isto já é ter dinheiro!

RAPSODISTA

## A estrêa de Izaura

— Já annunciei em todos os jornaes que hoje entras na peça para desempenhares o papel de Clotilde.

— Mas... como hei de apresentar-me assim, cadaverica, deante de um auditorio tão exigente?... E' impossivel... A molestia priva-me de tudo. Vê se transferes o espectáculo...

Que?... transferir o espectáculo? Nunca! Ainda que a tua vida termine em scena, quero ver-te hoje no palco!

— Papae!... que é isso!... que vaes fazer?! Mamãe-sinha não pôde andar. O medico recommendou repouso. Coitada de minha mãesinha!

A pobre Izaura com os olhos humedecidos, supplica de Homero, seu pae, o descanço de sua querida mãe que, gravemente enferma, espera a hora fatal.

O maldito artista, attrahido pela ambição e pelas ovações recebidas nas grandes cidades onde andara, resolveu, custasse o que custasse, realizar definitivamente o espectáculo na populosa aldeia e com a estrêa de Izaura.

Certa, era a enchente, no theatro.

— E' preciso dar fim a esta representação — exclamou Homero, com voz ameaçadora; não admitto lamurias; mãe e filha vistam-se que a hora se approxima.

Oito horas da noite.

Inteiraente repleta a casa de diversões, vê-se a multidão acotovellar-se, ansiosa, a espera da annunciada peça e da estrêa da joven Izaura...

Grande algazarra surge das bancadas ao ouvir o primeiro toque da sineta.

Ao segundo signal, a grande orchestra move-se e interrompe a conversação que reina entre as innumeras pessoas.

Um trecho harmonioso, no qual os violinos dão ex-

pañão á seductora musica, torna o auditorio attento.

E o panno vagarosamente vai subindo. A scena representa uma sala luxuosamente ornada, denominada «sala do crime» (coincidência!). Luiza, a esposa de Homero, está pallida e cabisbaixa; os olhos já não se mexem; Luiza desempenha o papel de Clotilde, a martyr (incrivel!).

Um pequeno movimento denuncia que Luiza vai fallar.

Silencio profundo na platêa...

— Era eu tão feliz... quando... a nu... ven do... ma r... ty... rio... veio... pro... eu... rar-me! (Luiza está representando).

As primeiras palavras são ouvidas pelo publico, mas enfraquecem-se e a mudez termina o que a pobre artista quer dizer.

Homero, o barbaro, vende a esposa desfallecer invade a scena para insultal-a e magoal-a com os seus musculosos braços.

— Queres sustentar a tua hypoerisia n'um logar destes!... E's a figura da indecencia; o trapo mais imundo deste seculo!

A platêa que não conhecia a peça admira a naturalidade com que são ditas as palavras de Homero, e conserva-se immovel.

Luiza ainda profere as ultimas palavras.

— Izaura... que... ri... da... fi... lha... tua... mãe... mor... reu!...

A pobre artista perde a existencia commovendo e deliciando o auditorio, que pacato accita tudo com uma satisfação extraordinaria.

— Morta! — grita raivoso Homero — para que me serve a filha?...

O bandido approxima-se de um dos bastidores e chama grosseiramente a filha para martyrizar-a em plena platêa.

— Minha mãe! — entra Izaura, n'um rasgo d'afflicção — morta!...

O' desgraça!... desgraça!... As palmas, as flores e os

vivas encobrem a suffocação da estreante.

Homero espera silencioso, até que brutalmente, agarra a filha para apresentar a sua victima.

Izaura mira o pae de alto a baixo, mede-o bem, e insulta-o:

— Infame!... Assassino!... Entrega-me esta arma que tens nas mãos! quero mostrar-te que não temo a morte!...

Homero n'um sorriso ironico vê a resolução de Izaura e entrega-lhe a garrucha carregada:

— Tua mãe acaba de morrer — exclama elle mui cynicamente — o que pretendes fazer? Tens coragem de morrer com ella?

Engano! Engano! Homero errou! O destino assim permitiu!

Izaura com todo o sangue frio aponta a arma contra Homero e rapidamente faz detonar.

Fulminado, o artista cae estupidamente morto, sem proferir uma palavra!

A estreante é calorosamente applaudida; dos camarotes e das bancadas os bouquets de flores caem-lhe na cabeça.

A joven, pallida e muda, recebe em soltações toda a ovação.

— Senhores! E' bem triste a minha actual situação!

Todo o theatro está completamente silencioso.

— Lastimo que sendo esta a primeira vez que piso nesta magnanima terra, seja para dar a minha primeira estrêa! Lastimo que esses sinceros applausos que recebo de uma população tão distincta e tão honrada como a que me dirijo neste momento, sirvam para entristecer, ainda mais, a tragica scena que aqui se passou! Oh! amaldiçoe-me! Montem eu era a esperancosa artista que me tornava desoçada pelo publico, hoje

## O PLANALTO

## Mudanças de Capitães

Muito se tem dito, ultimamente, com relação á mudança da capital federal para o planalto central do Brasil; e sobre as indiscutíveis vantagens desta medida tenho, mais de uma vez, expellido a minha humilíssima opinião.

Agora, é da transferência da capital de nosso estado que se trata, tendo o «Estado de Goyaz» aberto concorrência, a modo de plebiscito, de opiniões de pessoas competentes, com o fim de saber se qual o ponto, ou local de nosso estado, mais apropriado para a edificação da nova e futura capital. Que a nossa capital deve ser transferida das humidas margens do Rio Vermelho, não ha que discutir; porem a escolha de sua nova situação, dada a configuração geographica do territorio goiano e a falta de communicações fáceis e rapidas, é que emburçara por certo os nossos dirigentes.

Sua extensão, de norte a sul, é orçada, approximadamente, em 300 leguas (de 6 ks.) e sua maior largura é calculada em 150 leguas.

Ora, sem estradas de ferro nem de rodagem, que ponham em communicação as suas esparsas localidades, em curto espaço de tempo, sem vias fluviaes facilmente praticaveis, e só com os seus trilhos de carros de bois e de cavalleiros, — como se por o governo em contacto preciso com as administrações locais de seus municipios? Já existe, desde já, esta difficuldade de communicação, estando a capital situada a 200 e tantas leguas (em linha recta) da remota cidade de Boa-Vista. Trazer a capital para o sul será sacrificiar o norte; collocá-la á margem do Araguaia, será um despesa ao sul e a parte lateral do leste. Vou aqui inspirado pelo estudo da importante questão, e reformando uma opinião irreflectida que acabo de

dar pelo «Estado de Goyaz», externar o meu fraco parecer e explicar a razão de tudo.

Diante dos projectos de ligação da estrada de ferro central e da goiana ás duas grandes arterias fluviaes, Tocantins e Araguaia, modifíco a minha opinião para designar a confluencia do Rio das Almas com o Maranhão, um dos melhores, sinão o melhor local para a nova sede do governo do estado. All teriamos, no futuro, com possível facilidade, a navegação fluvial, uma estrada de ferro ligando a nova capital ao Araguaia e tambem o desvio da E. F. de Goiás, procurando, de preferencia aquelle ponto, em vez de mandar o Araguaia, passando na velha e insalubre capital. Deste modo, ficaria o norte em communicação directa e facil com o sul, sem prejuizo para o leste e para o oeste do estado, por causa da ligação da central de Pirapora, á cidade da Palma, e da goiana ao Araguaia. Pirenopolis é preferível á antiga Villa-Boa; porem, attendendo-se á vantagem geral do estado, o pino que naquelle ponto á margem do Maranhão ou local visinho, que melhores condições offereça, é que se deverá estabelecer a nova capital. Desnecessario seria ajuntar-se a estas a razão de ali, por toda a parte, se encontrarem riquissimas jazidas de metaes e pedras preciosas, fecundas matas e demais elementos de valor.

(Continua)

TOLENTINO SAVIO.

## O dever

A maior perfeição do homem consiste em cumprir o seu dever por dever. Cumpre o teu dever, a despeito de todos os obstaculos. Certo queridos leitores, que por vezes tendes visto um batalhão desfildando galhardamente ao rufo marcial dos tambores, ao toque estridente dos clarins.

A voz do commandante, os soldados voltam-se para a direita ou esquerda, marcham, manobram, calam bayonetas, ensarilham armas, obedecendo todos á mesma ordem, submettidos á mesma disciplina, á mesma lei.

Entrae em uma escola ou em uma officina bem organizada e notareis a mesma disciplina, a mesma lei; assim tambem, queridos leitores, tanto na familia como na sociedade ha leis a que todos devem obedecer sem excepção.

Todavia, existe uma lei anterior e superior a todas as outras, que domina todos os homens desde o mais rico até o mais pobre, que está gravada em todas as consciencias — é a lei moral, o dever. E' ella quem nos diz imperiosamente: «Faz ou não»; quem ordena o que é bem, justo e honesto e prohibe o que é mal, torpe e iníquo. Para qualquer lado que nos voltamos, eis-o ali está o nosso dever, hoje como hontem, em toda a parte e até ao ultimo instante da vida: é um companheiro eterno da humanidade e infallivel como a morte, que não dispensa ninguém. Como vedes, queridos leitores, não ha pois a menor difficuldade em conhecermos o nosso dever; o mais difficil é o seu rigoroso desempenho, que reveste o homem de uma superioridade moral, que o colloca acima de todos os triumphos da intelligencia.

O que custa é a sujeição á disciplina do dever, o predomínio de uma vontade bem dirigida contra as tentações que por vezes assaltam os sentidos, fazendo-nos vacillar entre o bem e o mal entre a verdade e o erro, entre a virtude e o vicio.

E é justamente sobre a distincção entre o bem e o mal que devemos basear as nossas acções, firmar o nosso caracter, a nossa conducta de todos os dias; e cada um tem a sua escolha seguir o bom ou máu cami-

nho, ser digno ou indigno, moral ou immoral. Mas não basta simplesmente o querermos para atingirmos o bom exito em nossas acções; repito, é necessario que a vontade tenha uma direcção conveniente, seja inspirada pela honestidade do pensamento, associada á moral, ao sentimento da virtude. Certo que a vontade é uma força poderosa, entretanto pode ser mal empregada por falta de cultivo. Toda sciencia moral consiste, pois, em sabermos o que é o justo e o injusto, o moral e o immoral, o bem e o mal, e, uma vez descoberto o caminho recto do dever, custe o que custar — é seguiu desassombradamente. E' na vossa cidade, queridos jovens, que as tentações commecam a sua obra de destruição e assentam o seu imperio despotico e fatal, si não encontram a necessaria resistencia. E' por tanto chegado o momento de rebate, queridos jovens e ainda podeis sabir triumphantes.

Bomfim, 31 — 3 — 912.

JUVENAL.

## Bomfim

Aqui tivemos, como de costume, as tocantes ceremonias da semana santa, durante a qual, com a suppressão dos dias santos, feita pelo santo Padre, o povo trabalhou e pandegou menos que nos annos anteriores.

O tal Judas, o celebre inventor da arto manhá e da trahição, neste mundo; o Judas, como diz a meninada, o qual legou á humanidade toda, essa numerosa descendencia que, desde aquellos tempos, até hoje, constitue o que de mais selecto possuímos na santa politica, — soffren no alto da embahada, o seu justo e annual castigo para exemplo edificante, mas pouco proveitoso, a seus descendentes nos 21 estados do Brasil e nas 5 partes do mundo. E para mais claramente symbolisar a significativa cerimonia, mais civil que religiosa e contemporânea, gatos são postos no ventre do justicado, os quaes se engalinhavam nos outros mas acabam por se acomodarem, em seu estreito carcere até que livres, em seu antagonismo enraçado, se separam ao espoucar das bombas dilacerantes, no meio da garrucha tripudiante, que, armada de bengalas flexiveis, vibrantes, contundentes, persegue os fugiti-

## O PLANALTO

## Mudanças de Capitais

(Continuação)

Da confluencia do Rio das Almas com o Maranhão á do Tocantinsinho com este, estende-se, de lado a lado, linha fluvial, numerosas pequenas vertentes supplementares, ora cobertas de verdejantes capões, ora bordadas de longas campinas, recortadas de extensas filas de buritizais, que acompanham a sinuosidade dos limpides regatos. São approximalmente 30 leguas, em linha recta, de um ponto ao outro, entre as duas confluencias. D'ali á margem do Araguaia medeiam 30 leguas e a Pirenópolis outras tantas. Eis ahi um local que, sobre por em aproveitamento as nossas duas grandes vias fluviaes e suas riquezas marginaes, consulta o interesse geral do estado, sem preferir o norte, sem desprezar o sul.

Intervir a politicagem nesta importante medida futura, será sacrificar todas as conveniencias desta e o futuro de nosso estado.

Julgo ainda bastante cedo para se por em pratica este indispensavel projecto, e, em quanto se espera a melhoria de nossas condições financeiras, para se fazer obra acabada, urge que a capital se transfira para Pirenópolis, onde brevemente, segundo se pensa, estarão os filhos da E. F. de Goiás, que, diante das vantagens de um novo traçado inargando o Maranhão ou o Rio das Almas, confirmará o plano da definitiva mudança da capital. Por esse tempo, já será tambem possivel que a capital federal esteja no planalto central, e dará lugar a uma outra via-ferrea que a ligue á capital goiana. O plano é incontestavelmente bonito; porém a sua realisacão é que talvez fique para além de ver ou, quicá, executar. Si não quizerem assim, poderão adoptar os dirigentes o systema de capital ambulante: 3. annos

## PECCADORA

Levou-te a morte ao ultimo desterro,  
Remota estancia azul na eternidade;  
Gemêr em funereal minha saudade,  
No cortejo fúnebre do teu enterro.

No cemiterio junto d'esse aterro  
Que sobre ti fizera, sem piedade,  
Disse-me alguém que tua mocidade  
Fôra na vida dissipada em erro.

Lembro-me, sim, que, teu caixão fechando,  
Vi-te as mãos postas, como se rezando  
Tivesses fenecido arrependida...

E n'elle, fria, hirta, inteiriçada,  
Dormias para sempre, amortalhada,  
Sonhavas para sempre adormecida.

Ceará.

BOMFIM SOBRINHO.

em Pirenópolis, 3 em Catalão, outros tantos em Rio Verde, um triennio em Boa Vista etc. Deste modo accbaria o espirito de melhoramentos. Para onde fosse o governo, iriam tambem os estabelecimentos de instrucção e o pajol do milho, que arrastaria uma nuvem de papagaios. Capital ambulante, lyceus ambulantes, policia ambulante, tudo isto calha na indole de nosso povo. A prova temol-a em que a vida ambulante, os negocios ambulantes, são de grande vantagem a quem pretende ganhar facilmente a vida em Goiás. Ao ambulismo devo eu, devemos nós.

TOLENTINO SAVIO.

## Progresso de Rabo de Cavallo

Nenhum estado do Brasil, depois da proclamação da republica, tem, mais do que o de S. Paulo, comprehendido a sua autonomia, a sua parte na federação brasileira.

Fomentando, desde logo a immigração estrangeira, indispensavel elemento de progresso e prosperidade, de todo paiz novo, S. Paulo não se desviou de firmemente desceidou de adoptar de um governo moderado, patriotico e fe- alargando a escala de encaminhal-o na conquista

de um futuro, que encomoda, impressiona os que sonham com o avassalamento do paiz, pelo aniquilamento e pela decadencia que sabem gerar machiavellicos planos. Perturbar a vida da melhor e mais adiantada parcella do paiz, com o pretexto de extinguir a imaginaria olygarchia, é denunciar ao resto do Brasil a mesquinhez e a malevolencia de um intuito disfarçado e tenebroso, que visa unicamente o africanizamento desta appetitosa parte da America dosul. Porém, felizmente, o mau exito da conquista de Pernambuco e, posteriormente, a da Bahia, vieram provar que nem sempre os fins justificam os meios.

D'ahi originou-se a desconfiança geral do paiz e o estado de excitação em que se puzeram S. Paulo e tros estados, choga-se naquella a formar-se uma liga antifederalista, em que tomam parte estrangeiros e nacionaes.

Si o governo federal se empenha na extincção dos mandonismos locais dos estados, lance mão de outros meios, que os ha muitos, praticaveis e seguros, avultando-se, entre todos, a instrucção geral do povo e a realidade de seus privilegios, especialmente, o de escolher os seus representantes.

A Olygarchia tem as suas fundas raizes no congresso nacional, onde é representada pelos seus membros mais decididos. Olhe para isto o governo e cauterize o cancro sem derramar sangue, sem aniquillar o resto do corpo da hydra de cem cabeças e sem um olho.

Em Goiás, o caso é muito differente do de S. Paulo: os nossos patriotas têm feito crescer e prosperar o estado, e não o cavallo faz crescer o proprio rabo: para baixo, só para baixo, nada para cima.

TOLENTINO SAVIO

sua actividade industrial e criando, conseguintemente, confiança e credito no estrangeiro e no resto do paiz.

Enquanto, por toda a parte, nos demais estados do Brasil, a incerteza, a desordem e anarchia lavram intensamente, ameaçando até a integridade da patria, S. Paulo, impavido e confiante na sua jornada de engrandecimento, ainda é uma garantia, um peuhor para a autonomia de seus coirmãos da grande federação sul americana. Pois, no momento grave e sombrio, em que muitos estados, argidos por excepcionaes circumstâncias, abdicam os seus direitos de autonomos, S. Paulo, cioso de suas prerogativas e conscio de seu respeitavel poder, levanta-se, formidavel, diante do espantallo militarista, que tenta empolgar a nação brasileira, contra o assentimento do povo, e até de uma boa parte do nosso brilhante e glorioso exercito.

E' certo que, em diversos estados, ha olygarchias odiosas e tyrannicas, que indispõem as populações inteiramente distincto: ali, si ha alguma olygarchia, é a dos patriotas, a dos benemeritos, que têm sabido

# O PLANALTO

DIRECTORES: Plácido de Paiva e Evangelino Meirelles

DEUS — PATRIA — LIBERDADE

SEMANARIO INDEPENDENTE

ANNO I

Assignatura—\$\$.  
Tomada só  
anualmente.

S. Luzia, 6 de Maio de 1911  
ESTADO DE GOYAZ

A REDACÇÃO  
não se responsabilisa  
pelas idéas dos  
colaboradores.

NUM. 40

## Ao Congresso

No dia 13 do corrente, reunir-se-á na capital do Estado o Congresso goyano, para dar começo ás suas sessões ordinarias, na conformidade da nossa constituição estadual.

E tempo, pois, de se fazer sentir aos illustres congressistas a necessidade de alguns melhoramentos, cuja execução se impõe como medida productora do bem estar do povo goyano; deste povo que, pela sua indole ordeira e pacifica, pelo respeito que sabe tributar ás leis e ás instituições, tudo mercede dos poderes publicos.

Como santaluzianos e extremos adoradores da nossa terra natal, trataremos, em primeiro lugar, das nossas necessidades, entre as quaes está uma, cuja satisfação não pôde ser adiada.

Referimo-nos ás pontes sobre os rios Descoberto e Areias, de que nos occupamos na edição desta folha, nº. 32, de 11 de março ultimo. Essas pontes, como já demonstramos, são de uma utilidade capital para as relações mercantis deste municipio com os de Corumbá, Pyrenopolis, Jaraguá, Curralinho e Goyaz. Santa Luzia parece ter-se isolado desses seus irmãos desde que deixaram de existir as pontes que nos ligavam a elles, e este facto, tão lamentavel, não pôde ser alheio aos patrióticos representantes dos goyanos, os quaes têm o dever de facilitar as communicações entre os municipios, afim de que, cohesos, posamos, com maior rapidez, attingir o nosso fim — o progresso de Goyaz.

A reconstrução da ponte do Paranauá, que nos une aos municipios de Alta-Mir, Formosa e outros do norte, é tambem de grande necessidade, attendendo-se ás mesmas razões atraz expendidas.

E, pois, nosso intento hoje pedirmos aos illustres legisladores goyanos uma verba para o objecto de que tratamos, o que fazemos conscios de estarmos cumprindo um dever patriótico, que visa unicamente o desenvolvimento da nossa querida terra.

Solicitando igualmente o patrocínio do honrado e justo dr. Urbano de Gouvêa, presidente do Estado, nesse sentido, esperamos que o nosso pedido seja de ferido de accordo com as nossas aspirações.

## ESTR. DE FERRO GOYAZ

Diz a *Imprensa*, de Goyaz: — Do illustre e cirur. aspecto dr. Abreu Lima, digno engenheiro fiscal da « Goyaz », recebeu o dr. Eduardo Socrates communicação de que os trilhos della devem attingir o Paranauá nos primeiros dias de Maio, já estando concluido o corte grande da serra.

Desde o dia 3 deste mez se acha em exercicio do cargo de juiz de direito desta comarca, o nosso criterioso e querido amigo, major João Paulo dos Reis, que é o 1.º supplente do juiz municipal deste termo.

Enoqueceu no Rio o marinheiro João Candido, chefe que foi da revolta ultima marinha brasileira.

*Reis & Comp. já receberam grande stock de excellente cerveja e se acham á disposição dos encalorados com lindos e convidativos copos. A cerveja, freguezes!*

## Senador Meirelles

Seguiu hontem com destino á capital de Goyaz, onde vai tomar parte nos trabalhos do Senado, o nosso illustre e prestante conterraneo, senador Herculano de Campos Meirelles, nome que se acha ligado aos corações de todos os santaluzianos que sabem comprehender os meritos do verdadeiro e abnegado patriota.

A acção benéfica do senador Meirelles não vem de hoje: desde a mocidade que a sua mais anhelante preocupação tem sido a do engrandecimento desta terra que lhe presenciou o nascimento. Ultimamente, na restauração e conservação da comarca de Santa Luzia, tivemos em s. a. um poderoso auxiliar que, para isso, teve de arrostar embaraços de caracter serio e superior.

Si não tivéssemos ao Congresso o senador Meirelles, nossa terra estaria a esta hora reduzida a simples termo e com um de crescimento lamentavel na integridade do seu territorio que tem sido muitas vezes ameaçado de se questru pela ambição visinha.

Em summa, tudo devemos ao senador Meirelles que, ao lado dos seus valentes compauheiros de politica, entre os quaes salienta-se o valoroso coronel Antonio Corriola, tem sido incançavel em tudo quanto respeita ao bem estar de seus patrióticos.

Viagem feliz, confortavel estada na capital, breve regresso — eis o que lhe desejam os seus admiradores cá d' O Planalto.

## Dr. Arthur Abreu

Com licença de 3 mezes, tambem seguiu para a capital, a 5 do corrente, acompanhado de sua Excmª. Esposa e filhos, o nosso estimado juiz de direito e bonissimo amigo, dr. Arthur Pereira de Abreu, onde vão em visita aos seus illustres parentes. Sentimos, sobremaneira, a privação do convivio desse criterioso magistrado que, pela sua affabilidade, modestia e bondade, como particular, e pela sua rectidão, como juiz, hoje tem em cada santaluziano um verdadeiro amigo.

Auguramos aos distinctos viajantes um trajecto feliz daqui á capital e uma volta não demorada ao seio de seus numerosos amigos de Santa Luzia.

## Idéas e comentarios VI

Agitou-se no Rio, depois da revolta do Minas a questão, a magna questão, da mudança da Capital Federal do litoral para o interior do paiz.

Quasi todo o jornalismo carioca tratou desse assumpto, sobre o qual a *Imprensa* abriu um inquerito, publicando opiniões abalissadas de diversos competentes.

E no entanto, circumstancia admiravel! esse problema, cuja solução seria para este Estado o mais seguro penhor de um progresso maximo e immediato, só muito friamente repercutiu aquem Paranahyba.

E' que os goyanos não têm mais esperança na realisação de tal transferencia, assumpto esse que desperta na maioria delles o rir sarcastico da descrença.

O dr. Joaquim Nogueira Paranaquá, esforçado propugnador da mudança da Capital e auctor do projecto, a esse respeito apresentado em 1905 ao Congresso, escreveu em janeiro deste anno uma « Carta aberta » ao Presidente da Republica e aos Membros do Congresso, mostrando as vantagens decorrentes da transferencia da Capital para o Planalto Central do Brazil.

Inclino-me a crer que esse folheto não teve em Goyaz a acceitação que merece e que talvez bem poucos se tenham dado ao trabalho de o ler.

Entretanto o dr. Paranaquá produziu um importante trabalho.

Si o governo e o Congresso meditassem seriamente,